



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua Desembargador Francisco César Soares Montenegro, n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330

Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

EDITAL N. 041/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO, DE 26 DE MAIO DE 2026.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA - UASG 925006

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0015297-46.2025.8.22.8000

MENOR PREÇO

PREGÃO ELETRÔNICO N. 041/2026

Encerramento do recebimento de propostas e abertura da sessão pública:
01/07/2026, às 09:30h (horário de Brasília), no site
<https://www.gov.br/compras/pt-br>

Limite para esclarecimentos e
impugnações ao Edital:
25/06/2026.

Objeto:

Locação de Solução de Circuito Fechado de Televisão (CFTV) em nuvem, para atender o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, conforme as disposições deste Edital e seus Anexos.

Valor Total Estimado:

O orçamento desta Administração é sigiloso, com fundamento no art. 24 da Lei n. 14.133/2021, e será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

Registro de Preços?	Vistoria	Modo de disputa	Intervalo mínimo de entre lances	
(x) não	(x) Facultativa	(x) Aberto	(x) R\$ 0,01	
Licitação Exclusiva ME/EPP?	Reserva ME/EPP? Cota	Ampla Concorrência?	Prioridade ME/EPP local ou regional?	Exige amostra/demonstração?
(x) não	(x) não	(x) sim	(x) não	(x) não

Telefone para contato:

e-mail para contato:

(69) 3309-6652

licitacoes@tjro.jus.br

Observações Gerais:

- Tendo em vista a ausência de descrições idênticas de alguns itens, por ocasião do cadastramento junto ao Sistema de Compras do Governo Federal (CATMAT), os mesmos foram cadastrados com descritivos similares, todavia, para cadastramento da proposta, deve-se observar e atender aos descritivos constantes no **ANEXO III** - Termo de Referência e **ANEXO I** - Modelo de apresentação de proposta detalhada após o encerramento dos lances.

- Após a fase de lances as licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço atualizado e os documentos de habilitação exigidos no Edital, quando convocada pelo(a) Pregoeiro(a).

- Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados serão encaminhados pela licitante, quando convocada pelo(a) Pregoeiro(a).



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua Desembargador Francisco César Soares Montenegro, n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330

Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

1. PREÂMBULO

1.1. O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA (TJRO), doravante denominado Tribunal, **TORNA PÚBLICA A ABERTURA DE LICITAÇÃO** na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, tipo menor preço, execução indireta, sob o regime de empreitada por **PREÇO UNITÁRIO** tendo por finalidade a qualificação de **EMPRESAS** e a seleção de propostas, sendo regida pela Lei Federal n. 14.133/2021, pela Lei Complementar n. 123/2006 e com observância da Lei Estadual n. 2.414/2011, suas respectivas alterações e demais legislações pertinentes, segundo as condições e especificações deste Edital e seus Anexos.

1.2. DO OBJETO

1.2.1. **Locação de Solução de Circuito Fechado de Televisão (CFTV) em nuvem, para atender o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, conforme as disposições deste Edital e seus Anexos.**

1.3. DA SESSÃO DE DISPUTA

SESSÃO PÚBLICA DA DISPUTA: **09:30h do dia 01/07/2026 (horário de Brasília)**

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras/pt-br

2. DA AUTORIZAÇÃO

2.1. A realização desta licitação encontra-se devidamente autorizada pelo Ordenador de Despesas deste Tribunal, conforme Processo Administrativo n. 0015297-46.2025.8.22.8000.

3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Não poderão participar desta licitação os interessados:

- a) que se enquadrem nas vedações previstas no art. 14 da Lei n. 14.133/2021; e
- b) que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação.

3.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n. 123/2006 e do Decreto n. 8.538/2015.

3.3. Somente para as licitantes cadastradas como microempresa ou empresa de pequeno porte:

- a) que não ultrapassou os limites de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 a 49 da referida Lei Complementar;
- b) nos itens exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame; e
- c) nos itens não exclusivos, a manifestação no campo “não” apenas produzirá o efeito se a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n. 123/2006, mesmo sendo qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.4. Não será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte quando o valor estimado da contratação for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme art. 4º, § 1º, da Lei n. 14.133/2021.

3.5. Não será permitida a participação de empresa em consórcio, uma vez que o objeto em questão apresenta ampla competitividade no mercado e não apresenta complexidade técnica ou econômica que exija a união de esforços de múltiplas empresas para o cumprimento das obrigações contratuais.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua Desembargador Francisco César Soares Montenegro, n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO -
CEP 76801-330

Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

4. DO VALOR ESTIMADO

4.1. O orçamento desta Administração é sigiloso, com fundamento no art. 24 da Lei n. 14.133/2021, e será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

5. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO

5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral do SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras/pt-br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

5.3. A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.4. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. A licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PROCEDIMENTO DESTA PREGÃO ELETRÔNICO

6.1. Do envio da proposta pelo sistema eletrônico

6.1.1. A licitante credenciada interessada em participar deste Pregão Eletrônico deverá enviar sua proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo considerada inválida a proposta apresentada por meio diverso.

6.1.2. Após acessar o sistema, o representante credenciado inserirá sua proposta inicial informando o **valor unitário** e o **valor total** proposto para cada item ofertado, em moeda nacional, com DUAS casas decimais, sem pontos e com vírgulas, para o objeto deste Edital até a data e horário previstos em seu Preâmbulo e, ainda, em campo próprio do sistema manifestar-se sobre todas as declarações exigidas.

6.1.2.1. É vedada a cotação parcial de itens, de quantidade inferior à demandada nesta licitação e de preços unitários distintos para o mesmo item licitado, independentemente da localidade de entrega.

6.1.3. Todas as despesas necessárias à perfeita execução do contrato (custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias, transporte em veículos apropriados, seguros, embalagens, instalação e configuração ou quaisquer outros encargos decorrentes do exercício profissional de seus funcionários ou terceirizados...) devem estar inclusas nos preços cotados.

6.1.4. O prazo de validade da proposta será de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data marcada para a abertura das propostas, podendo a licitante ofertar prazo superior, declarando-o expressamente no campo Descrição Complementar.

6.1.5. Caso a licitante entenda ser necessário, para fins de elaboração de sua proposta comercial, poderá realizar visita técnica nas unidades indicadas no **ANEXO II (Localidades de Instalação dos Componentes da Solução)** do Termo de Referência, **ANEXO III** deste Edital, para que tenha pleno conhecimento dos serviços especificados, do ambiente operacional e de todas as condições previstas para a elaboração da proposta e para prestação dos serviços.

6.1.6. Optando pela visita técnica, a licitante deverá agendá-la, **com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis**, junto ao Coordenadoria de Segurança Patrimonial e Humana - Coseph, no horário de 7h às 14h, de



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua Desembargador Francisco César Soares Montenegro, n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO -
CEP 76801-330

Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

segunda a sexta-feira, pelos telefones (69) 3309-6600 e 3309-6601, ou pelos e-mails coseph@tjro.jus.br e/ou nop@tjro.jus.br.

6.1.7. A licitante fica ciente de que, optando ou não por realizar a visita técnica, posteriormente não será admitida qualquer alegação de desconhecimento das condições para a execução do Objeto deste Edital.

6.1.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou ao direito de preferência sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

6.1.9. A licitante terá oportunidade de rever as condições de sua proposta, cancelando-a e enviando nova proposta, desde que não tenha encerrado o período de tempo previsto para o seu encaminhamento. Uma vez abertas as propostas, o sistema não permitirá a retirada, alteração e/ou encaminhamento de nova proposta. Após a abertura das propostas, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

6.1.10. No caso de haver divergência entre a descrição do código do serviço no aviso do COMPRAS.GOV.BR e o disposto nos Anexos deste Edital (Especificações), a licitante deverá obedecer ao que está disposto nestes Anexos.

6.2. Da abertura e do critério de julgamento da proposta

6.2.1. Na data e horário previstos no Preâmbulo deste Edital serão abertas as propostas, passando o(a) Pregoeiro(a) a avaliar sua aceitabilidade, verificando a sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

6.2.2. O(A) Pregoeiro(a) efetuará o julgamento das propostas pelo critério **MENOR PREÇO**, observados os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.

6.2.3. **Será desclassificada** a proposta elaborada em desacordo com os termos deste Edital, que se oponha a qualquer dispositivo legal vigente ou que: contenha vícios insanáveis; não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital; apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para o item; não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital, desde que insanável.

6.2.3.1. É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% do valor máximo estimado para o item.

6.2.3.1.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem 6.2.3.1 deste Edital, só será considerada após diligência do(a) Pregoeiro(a), que comprove:

a) que o custo da licitante ultrapassa o valor da proposta; e

b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.2.4. O critério de aceitabilidade dos preços propostos será o da compatibilidade com os preços de mercado.

6.2.5. Para divergência entre valores unitários e os totais, prevalecerão os primeiros. Em caso de divergência entre os algarismos do preço e seu valor por extenso, será considerado este último.

6.2.6. No julgamento das propostas e dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, sempre assegurada a todas as licitantes paridade de tratamento neste aspecto.

6.3. Da fase de disputa e da formulação de lance

6.3.1. Classificadas as propostas, na data e horário previstos no Preâmbulo deste Edital, o(a) Pregoeiro(a) dará início à fase de disputa da sessão pública. Todas as propostas classificadas serão consideradas lances na fase de disputa e ordenadas por valor.

6.3.2. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) Pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de disputa.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua Desembargador Francisco César Soares Montenegro, n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO -
CEP 76801-330

Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

6.3.3. Para participar da fase de disputa, as licitantes deverão acessar o site www.gov.br/compras/pt-br, opção Fornecedor > Acesso ao sistema > Fornecedor Brasileiro/Estrangeiro > Login e Senha.

6.3.4. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão formular lances sucessivos de menor valor, sendo informadas, imediatamente, sobre o seu recebimento com a indicação do respectivo horário e valor. Caso não se realizem lances, será verificada a conformidade da proposta de menor preço.

6.3.4.1. Os lances serão ordenados pelo sistema e divulgados em ordem crescente.

6.3.5. A licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado pelo sistema, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.3.6. Durante o transcurso da fase de disputa, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará a autora do lance.

6.3.7. Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.3.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.3.8.1. A etapa de envio de lances durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração desta etapa.

6.3.8.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 6.3.8.1 deste Edital, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.3.8.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos subitens 6.3.8.1 e 6.3.8.2 deste Edital, a etapa será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no subitem 6.3.4.1 deste Edital.

6.3.8.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5%, o(a) Pregoeiro(a), auxiliado(a) pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos neste Edital, para a definição das demais colocações.

6.3.8.5. Após o reinício previsto no subitem 6.3.8.4 deste Edital as licitantes serão convocadas para apresentarem lances intermediários.

6.3.8.6. Encerrada a etapa de que trata o subitem 6.3.8.5 deste Edital, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no subitem 6.3.4.1 deste Edital.

6.3.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.3.10. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.3.11. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

6.3.12. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.3.13. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

6.3.14. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.3.15. Em caso de empate entre duas ou mais propostas iniciais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei n. 14.133/2021.

6.3.15.1. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público a ser realizado no próprio Sistema Eletrônico, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua Desembargador Francisco César Soares Montenegro, n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO -
CEP 76801-330

Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

6.3.16. Encerrada a etapa de lances, ocorrendo a situação denominada empate ficto, prevista no art. 44, § 2º, da Lei Complementar n. 123/2006, o Sistema Eletrônico se encarregará automaticamente de assegurar o exercício dos direitos inerentes à preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, na forma regulamentada pelo art. 45 do mesmo Estatuto.

6.3.16.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte forem iguais ou até 5% superiores à proposta mais bem classificada, desde que esta também não se enquadre nessas categorias.

6.3.16.2. Nos termos do art. 44 da Lei Complementar n. 123/2006, é assegurado, como critério de **desempate**, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

6.3.17. Encerrado o tempo normal de disputa, o sistema identificará automaticamente a existência da situação de empate na sala de disputa, informando o nome da licitante. Em seguida, o(a) Pregoeiro(a) convocará a licitante que se encontre em situação de empate para, **no prazo de 5 (cinco) minutos**, sob pena de preclusão, ofertar novo lance, inferior ao menor lance registrado para o item/grupo.

6.3.18. Não havendo manifestação da licitante convocada para registrar novo lance, o sistema verificará se há outra em situação de empate, realizando o chamado de forma automática. Não havendo mais nenhuma licitante em situação de empate, o sistema emitirá mensagem, cabendo ao(à) Pregoeiro(a) dar encerramento à disputa do item/grupo.

6.3.19. Após o encerramento da fase de disputa da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

6.3.20. Após o encerramento da fase de disputa da sessão pública, as licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante mais bem classificada. Para tanto, deverá se manifestar quando da convocação pelo(a) Pregoeiro(a), em campo próprio do sistema eletrônico. A apresentação dessas novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.

6.3.21. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

6.3.22. Quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo estimado para o item, a negociação poderá ser feita com às demais licitantes classificadas, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação estabelecida no subitem 6.3.4.1 deste Edital, ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos no subitem 6.3.15 deste Edital.

6.3.23. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.3.24. Observado o prazo de que trata o subitem 6.5.1 deste Edital, o(a) Pregoeiro(a), deverá solicitar, no sistema, o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação.

6.3.25. Todas as informações relativas à sessão pública deste Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

6.3.26. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.3.27. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.3.28. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua Desembargador Francisco César Soares Montenegro, n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO -
CEP 76801-330

Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) de data diversa.

6.4. Dos benefícios às microempresas e empresas de pequeno porte

6.4.1. Nos termos do art. 44 da Lei Complementar n. 123/2006, é assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

6.5. Da proposta detalhada e da habilitação

6.5.1. A **PROPOSTA DETALHADA** (modelo constante no **ANEXO I** deste Edital), **atualizada em conformidade com o menor lance eventualmente ofertado**, deverá ser encaminhada, pela licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, no prazo de até 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado do momento da convocação pelo(a) Pregoeiro(a), em campo próprio do sistema eletrônico, e deverá conter:

a) Razão social da proponente, endereço, CNPJ, número da conta corrente, agência e respectivo banco, fone fixo/celular e endereço eletrônico (e-mail);

b) Descrição detalhada do objeto ofertado, incluindo prazo de validade/garantia caso haja, em conformidade com as características exigidas no Termo de Referência, **ANEXO III** deste Edital; e

c) Valor unitário e valor total de cada item.

6.5.1.1. Para fins de classificação, a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, juntamente com a Proposta Detalhada, conforme disposição contida no subitem 6.5.1 deste Edital, deverá encaminhar:

a) **comprovar** que está autorizada pela fabricante, a comercializar a Solução ofertada (equipamentos, licença/software relacionados a solução VMS (Video Management System);

b) **comprovar**, mediante documentação emitida pelo fabricante ou distribuidor autorizado, que os equipamentos ofertados atendem ao prazo mínimo de garantia e assistência técnica **on-site**, compatíveis com a vigência contratual e as condições de operação contínua exigidas neste Edital;

c) **comprovar** que a manutenção e substituição de equipamentos podem utilizar assistência técnica própria ou de terceiros, desde que mantenha o cumprimento do **Acordo de Nível de Serviço** descrito no subitem **13.7** do Termo de Referência, **ANEXO III** deste Edital;

d) **apresentar** a descrição detalhada dos equipamentos ofertados, anexando a respectiva documentação técnica para comprovação das especificações técnicas mínimas;

e) **apresentar declaração** indicando o(s) **Engenheiro(s) responsável(is)** pela implantação e manutenção da Solução de infraestrutura de monitoramento. O(s) Engenheiro(s) responsável(is) indicado(s) pela licitante deverá(ão) efetivamente participar da execução do Contrato, admitindo-se a substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada previamente pelo Tribunal;

f) **comprovar** que possui em seu quadro, na data prevista para entrega da proposta, o(s) **Engenheiro(s) responsável(is)** indicado(s) na alínea "e" deste subitem. A comprovação do vínculo profissional será efetuada mediante a apresentação de cópia autenticada da ficha de registro de empregado, com o respectivo carimbo do Ministério do Trabalho; registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, Contrato de Prestação de Serviços ou, ainda, qualquer outro meio admitido pela legislação pertinente. Para os dirigentes de empresas, tal comprovação poderá ser feita através de cópia da Ata da Assembleia em que se deu sua investidura no cargo ou, ainda, do contrato social;

g) **declaração** do(s) **Engenheiro(s) responsável(is)**, indicado(s) na alínea "e" deste subitem aceitando o exercício da função de responsável(is) técnico(s) pela implantação e manutenção da Solução de infraestrutura de monitoramento;

h) **certidão(ões) de Acervo Técnico**, expedida(s) por entidade competente, do(s) **Engenheiro(s) responsável(is)** indicado(s) na alínea "e" deste subitem, comprovando a implantação e manutenção de Solução de infraestrutura de monitoramento; e



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua Desembargador Francisco César Soares Montenegro, n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO -
CEP 76801-330

Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

i) **certidão** emitida pela instância judicial competente, declarando que a empresa está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, caso se encontre em recuperação judicial, em consonância com o [Acórdão 1201/2020 - Plenário](#), do Tribunal de Contas da União - TCU.

6.5.1.2. A condição disposta na alínea "i" do subitem anterior, considerou que a exigência de apresentação de certidão negativa de recuperação judicial deve ser relativizada, a fim de possibilitar à empresa em recuperação judicial participar do Certame, desde que demonstre sua viabilidade econômica e financeira.

6.5.1.3. Nos casos em que os serviços de assistência técnica **on-site** forem executados por meio da fabricante dos equipamentos ofertados ou por outra empresa autorizadas por esta, deverão ser apresentados, para fins de identificação, o nome e o telefone da empresa credenciada que prestará atendimento aos eventuais chamados técnicos.

6.5.1.4. Caso sejam inseridos na proposta comercial equipamentos que estejam descontinuados (fora de produção) por seu fabricante, a licitante será desclassificada do Certame.

6.5.1.5. O Tribunal se reserva à verificação das informações apresentadas pela licitante, por meio de possíveis diligências, conforme prescreve o art. 17, § 3º, da Lei n. 14.133/2021.

6.5.1.6. No prazo previsto no subitem 6.5.1 deste Edital, a prorrogação poderá ocorrer nas seguintes situações:

- a) por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a); ou
- b) de ofício, a critério do(a) Pregoeiro(a), quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos neste Edital.

6.5.2. A **HABILITAÇÃO** consistirá em:

- a) regularidade perante a Fazenda federal, estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente e municipal, na forma da lei;
- b) regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- c) regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- d) certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante;
- e) balanço patrimonial e demonstração de resultado de exercício dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, conforme Parecer de Orientação n. 2/2026 - SEPREC/DICONT/DFC/SOF/PRESI/TJRO, comprovação de índices relativos à boa situação financeira da licitante (Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral) iguais ou maiores que 1 (um). Caso qualquer dos índices esteja inferior a 1 (um), será verificada a comprovação de Patrimônio Líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;
- f) **certidão de Registro** em seu nome, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, dentro de seu prazo de validade; e
- g) **atestado(s) de capacidade técnica**, emitido(s) em seu nome, expedido(s) por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado, que comprove(m) a prestação de serviços ou execução de atividades de complexidade tecnológica e operacional igual ou superior à exigida neste Edital, **evidenciando a implantação e manutenção de Solução de monitoramento, por meio de câmeras de circuito fechado de televisão - CFTV, com fornecimento de links de acesso dedicado à internet.**

6.5.2.1. Os documentos exigidos nas alíneas "a", "b", "c" e "d" do subitem 6.5.2 deste Edital serão verificados, pelo(a) Pregoeiro(a), em consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF** e/ou em sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões que constituirá meio legal de prova.

6.5.2.2. O documento exigido na alínea "e" do subitem 6.5.2 deste Edital será verificado, pelo(a) Pregoeiro(a), em consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF** que constituirá meio legal de prova.

6.5.2.3. Os documentos exigidos nas alíneas "f" e "g" do subitem 6.5.2 deste Edital deverão ser apresentados pela licitante quando solicitados pelo(a) Pregoeiro(a).



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua Desembargador Francisco César Soares Montenegro, n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO -
CEP 76801-330

Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

6.5.2.4. Caso os documentos exigidos para atendimento das alíneas "d" e "e" do subitem 6.5.2 deste Edital estejam com prazo de validade vencidos e/ou não estejam disponíveis no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, deverão ser apresentados pela licitante quando solicitados pelo(a) Pregoeiro(a).

6.5.2.5. O marco temporal para apresentação das demonstrações do último exercício social exigível será a data limite definida pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

6.5.2.6. As demonstrações contábeis exigidas limitar-se-ão ao último exercício no caso de a licitante ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

6.5.2.6.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

6.5.2.7. A licitante poderá apresentar quantos atestados forem necessários para a comprovação da exigência contida na alínea "g", do subitem 6.5.2 deste Edital. Essa exigência visa assegurar que a licitante comprove experiência específica na parcela de maior relevância técnica do objeto, nos termos do art. 67, § 1º, da Lei n. 14.133/2021, requisito fundamental para a adequada execução contratual.

6.5.2.8. O(s) atestado(s) apresentado(s) deve(em) conter no mínimo o CNPJ e endereço da entidade emitente, a data de emissão, o nome do responsável e a qualidade dos serviços apresentados.

6.5.2.9. A comprovação de capacidade técnica estará sujeita à confirmação da veracidade de suas informações por meio de possíveis diligências, conforme prescreve o art. 64, inciso I, da Lei n. 14.133/2021.

6.5.2.10. Os documentos para habilitação serão exigidos apenas da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar e o prazo para a sua apresentação, quando solicitada pelo(a) Pregoeiro(a), será de até 2 (duas) horas, prorrogado por igual período.

6.5.2.11. No prazo previsto no subitem 6.5.2.10 deste Edital, a prorrogação poderá ocorrer nas seguintes situações:

a) por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a); ou

b) de ofício, a critério do(a) Pregoeiro(a), quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos neste Edital.

6.5.2.12. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

6.5.3. A documentação exigida deverá ter validade mínima até a data prevista para a sessão pública. Se o prazo de validade das certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias corridos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição.

6.5.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que for declarada vencedora desta licitação, prorrogável por igual período, a critério do Tribunal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.5.4.1. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará na decadência do direito à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação, sendo facultado ao Tribunal convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação ou, ainda, revogar esta licitação.

6.5.5. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Departamento de Aquisições e Gestão de Patrimônio do Tribunal, no endereço mencionado neste Edital, dentro do prazo assinalado pelo(a) Pregoeiro(a).



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua Desembargador Francisco César Soares Montenegro, n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO -
CEP 76801-330

Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

6.5.5.1. As cópias poderão ser autenticadas por tabelião de notas, Pregoeiro(a) ou membro da equipe de apoio mediante apresentação do original ou publicação em órgão da imprensa oficial e ainda por declaração de autenticidade por advogado.

6.5.6. As certidões apresentadas pela licitante, conforme disposição do subitem 6.5.2 deste Edital, estarão sujeitas à verificação de sua validade e autenticidade pelo(a) Pregoeiro(a) ou membro da equipe de apoio. A verificação pelo Tribunal nos sites oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

6.5.7. A licitante deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.5.8. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

b) em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz; e

c) se a licitante for a matriz e a fornecedora do objeto deste Edital ou a emissora da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente for a filial, os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente.

6.5.9. Se a proposta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital, quando então poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

6.5.10. Se a documentação exigida para habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, ou se a licitante estiver em suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, ou se for identificada como inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, tal licitante será inabilitada, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

6.5.11. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

6.6. Do recurso

6.6.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

6.6.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

6.6.2.1. As demais licitantes ficarão intimadas para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

6.6.3. Será assegurado à licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

6.6.4. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.6.5. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade superior.

6.6.6. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza a autoridade superior a adjudicar e homologar o objeto à licitante vencedora.

6.6.7. Findo o prazo do subitem 6.6.2 deste Edital, impugnado ou não o recurso, o(a) Pregoeiro(a) o apreciará no prazo de 3 (três) dias úteis, quando opinará pela manutenção ou reforma do ato recorrido. Não havendo a reconsideração do ato, os autos serão encaminhados à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua Desembargador Francisco César Soares Montenegro, n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO -
CEP 76801-330

Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

7. DO CONTRATO

7.1. Da adjudicação e homologação

7.1.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei n. 14.133/2021.

7.2. Da assinatura e vigência do contrato

7.2.1. Conforme descrito no Item 12 do Termo de Referência, **ANEXO III** deste Edital.

7.2.2. Fica vedada a contratação de mais de uma empresa para a execução do mesmo objeto, exceto nos casos em que, mediante justificativa, o objeto possa ser executado de forma concomitante por mais de um contratado ou a múltipla execução se mostrar conveniente.

7.3. Da alteração, do reajuste de preços, da inexecução e da extinção do contrato

7.3.1. Conforme descrito no Item 19 do Termo de Referência, **ANEXO III** deste Edital.

8. DAS PENALIDADES DO PROCEDIMENTO

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, a licitante que, com dolo ou culpa:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Pregoeiro(a) durante o certame, desde que cause prejuízo à Administração;

b) salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

1. não enviar a proposta detalhada e adequada ao último lance ofertado ou após a negociação; e

2. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.

c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

d) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

e) fraudar a licitação;

f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

2. induzir deliberadamente a erro no julgamento; e

3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

g) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e

h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n. 12.846/2013](#).

8.2. Com fulcro na [Lei n. 14.133/2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às licitantes e/ou aos adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar; e

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua Desembargador Francisco César Soares Montenegro, n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO -
CEP 76801-330

Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública; e
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da comunicação oficial.

8.4.1. Para as infrações previstas nas alíneas “a” e “b” do subitem 8.1 deste Edital, a multa será de 1% do valor estimado da contratação.

8.4.2. Para a infração prevista na alínea “c” do subitem 8.1 deste Edital, a multa será de 5% do valor do contrato.

8.4.3. Para as infrações previstas nas alíneas “d”, “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 8.1 deste Edital, a multa será de 30% do valor estimado da contratação.

8.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

8.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do subitem 8.1 deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração direta e indireta do Estado de Rondônia, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações previstas nas alíneas “d”, “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 8.1 deste Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do subitem 8.1 deste Edital que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, § 5º, da Lei n. 14.133/2021](#).

8.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

8.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

8.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9. DO PAGAMENTO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua Desembargador Francisco César Soares Montenegro, n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO -
CEP 76801-330

Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

9.1. Conforme descrito no Item 21 do Termo de Referência, **ANEXO III** deste Edital.

10. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

10.1. Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações aos termos deste Edital poderão ser interpostos por qualquer pessoa, dirigidas ao(à) Pregoeiro(a) e por meio do e-mail licitacoes@tjro.jus.br, até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura do certame.

10.1.1. Caberá ao(à) Pregoeiro(a), auxiliado(a) pelos(as) responsáveis pela elaboração deste Edital e seus Anexos, decidir sobre os pedidos de esclarecimentos e as impugnações no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.1.2. Acolhida a impugnação contra este Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

10.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital a licitante que, tendo-os aceito sem objeção, venha, após a abertura das propostas, apontar falhas ou irregularidades, ou não o fizer no prazo estabelecido.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Para contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias corridos, **exceto** quando explicitamente disposto em contrário.

11.2. A contagem dos prazos somente se inicia e vence em dia de expediente neste Tribunal.

11.3. A simples participação nesta licitação implica em total aceitação das normas contidas neste Edital.

11.4. As despesas de elaboração das propostas para este certame licitatório serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não conferindo direito a qualquer indenização ou ressarcimento.

11.5. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados **em qualquer fase da licitação**. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, implicará na extinção contratual, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

11.6. É facultado ao(à) Pregoeiro(a), ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

11.6.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem 6.2.6 deste Edital, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11.7. As licitantes intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo, sob pena de desclassificação/inabilitação, no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), ao qual se reserva o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

11.8. O(A) Pregoeiro(a) poderá subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

11.9. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.10. O resultado da licitação será divulgado mediante aviso, o qual será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia, no *site* www.tjro.jus.br, bem como afixado no quadro próprio localizado na Sede deste Tribunal, na Rua José Camacho, n. 585, Térreo, Bairro Olaria, Porto Velho/RO.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua Desembargador Francisco César Soares Montenegro, n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO -
CEP 76801-330

Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

11.11. Qualquer modificação neste Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

11.12. Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a), que decidirá com base na legislação em vigor.

11.13. Fica eleito o foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir quaisquer questões oriundas da presente licitação.

11.14. Este Edital encontra-se à disposição dos interessados nos *sites* www.tjro.jus.br ou www.gov.br/compras/pt-br, bem como na sala do Departamento de Aquisições e Gestão de Patrimônio (DEAGESP/TJRO), situada na Rua José Camacho, n. 585, Sala 207, 2º Andar, Bairro Olaria, nesta Capital, no horário das 7h às 14h, onde poderá ser retirado, preferencialmente em meio eletrônico, sem ônus para o Tribunal.

11.15. O(A) Pregoeiro(a) e sua equipe de apoio encontram-se à disposição **para esclarecimento de dúvidas ou informações complementares** no endereço citado no subitem anterior ou pelo fone (69) 3309-6652, e ainda pelo e-mail licitacoes@tjro.jus.br. O(A) Pregoeiro(a) não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos por ele em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto deste Tribunal quanto do emissor.

11.16. ATENÇÃO: Fica instituída a assinatura eletrônica de documentos, conforme Resolução n. 027/2016-PR. Para tanto, os representantes das licitantes vencedoras, após a homologação do Certame, deverão obrigatoriamente, se cadastrar, no prazo de 2 (dois) dias úteis, no acesso externo do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no endereço: http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0, **para assinatura digital do contrato**, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Item 8 deste Edital.

11.17. Após o cadastro no SEI as respectivas unidades poderão disponibilizar o acesso para a licitante assinar os documentos, nos prazos estabelecidos neste Edital.

11.18. A licitante vencedora se compromete a respeitar todas as obrigações estabelecidas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei n. 13.709/2018) e outras leis aplicáveis em relação às diretrizes para o tratamento de dados pessoais relacionados ao objeto deste Edital, protegendo os direitos e garantias fundamentais envolvidos, incluindo a confidencialidade das informações.

11.19. São partes integrantes do presente Edital:

- a) ANEXO I - Modelo de apresentação de proposta detalhada após o encerramento dos lances;
- b) ANEXO II - Preços de referência;
- c) ANEXO III – Termo de Referência; e
- d) ANEXO IV - Minuta do Contrato.

Porto Velho/RO, de de 20____.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO
Rua Desembargador Francisco César Soares Montenegro, n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO -
CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

ANEXO I

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DETALHADA

APÓS O ENCERRAMENTO DOS LANCES

PREGÃO ELETRÔNICO n. 90041/2026.

Razão Social:

Número do CNPJ:

Endereço completo com CEP:

Fone/Celular:

Outros (correio eletrônico...):

Banco/Nome e n. da Agência/Conta Corrente:

Responsável legal para assinatura do Contrato (nome, documentação de identificação oficial e CPF):

OBJETO: Locação de Solução de Circuito Fechado de Televisão (CFTV) em nuvem, para atender o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, nos termos do Pregão em epígrafe.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QUANT./UN.	VALOR UNITÁRIO DO ITEM (R\$)	VALOR TOTAL DO ITEM (R\$)
1	1	_____[Descrever as especificações do item]_____.	50 un		
	2	_____[Descrever as especificações do item]_____.	51 un		
VALOR TOTAL DO GRUPO (R\$)					

Declaro que nos preços cotados estão inclusas todas as despesas, tais como custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias, transporte em veículos apropriados, seguros, embalagens, instalação e configuração ou quaisquer outros encargos decorrentes do exercício profissional de seus funcionários ou terceirizados e outros gravames que possam incidir sobre o objeto licitado.

O prazo de validade desta proposta é de 90 (noventa) dias corridos, nos termos do subitem 6.1.4 do presente Edital.

O Prazo de entrega:



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua Desembargador Francisco César Soares Montenegro, n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO -
CEP 76801-330

Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

OBSERVAÇÃO:

1. Quando solicitado pelo(a) Pregoeiro(a), a licitante deve:

- a)** Encaminhar as declarações e documentos exigidos nas alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h" e "i" do subitem 6.5.1.1 deste Edital;
- b)** Encaminhar os documentos exigidos nas alíneas "f" e "g" do subitem 6.5.2 deste Edital; e
- c)** Encaminhar os documentos exigidos nas alíneas "d" e "e" do subitem 6.5.2 deste Edital, caso estejam com prazo de validade vencidos e/ou não estejam disponíveis no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

Porto Velho/RO, ____ de ____ de 20____.

Assinatura do Representante Legal

Documentação de identificação oficial e CPF



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua Desembargador Francisco César Soares Montenegro, n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO -
CEP 76801-330

Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

ANEXO II

PREÇOS DE REFERÊNCIA

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÕES	PREÇO DE REFERÊNCIA UNITÁRIO MÁXIMO (R\$)
1	1	Ponto de Câmera IP Tipo 1 - Bullet.	-
	2	Ponto de Câmera IP Tipo 2 - Fisheye.	-

Edital redigido, com base no Termo de Referência, por:

Diego Sousa
Técnico Judiciário
Seção de Preparação de Contratação/Diaq/Deagesp/SA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Rua José Camacho, 585 - Bairro Olaria - CEP 76801-330 - Porto Velho - RO - www.tjro.jus.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 51 / 2025 - SEA/DATIC/DEGOV/STIC/PRESI/TJRO

2026.PCA.6945

1. DO OBJETO

1.1. Descrição

1.1.1. Locação de Solução de Circuito Fechado de Televisão (CFTV) em nuvem, para atender o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

1.2. Detalhamento

1.2.1. A Solução em nuvem consiste na locação de equipamentos destinados ao monitoramento das Salas de Audiências localizadas nas Unidades Prisionais, Unidades Socioeducativas e Centros de Ressocialização do Estado de Rondônia, incluindo câmeras, sistema de gerenciamento de vídeo - VMS, gravação, infraestrutura de rede, link de acesso dedicado à internet, backup, instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva.

Item	Especificação	Quant./Unidade
1	Ponto de Câmera IP Tipo 1 - Bullet	50 un
2	Ponto de Câmera IP Tipo 2 - Fisheye	51 un

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A demanda tem origem na necessidade institucional da Corregedoria-Geral da Justiça - CGJ, conforme Processo SEI n. 0019464-43.2024.8.22.8000, visando assegurar a continuidade das audiências de custódia e de outros atos processuais realizados nas unidades prisionais, em atendimento às diretrizes das Resoluções do Conselho Nacional de Justiça - CNJ n. 213/2015 e n. 562/2024, que estabelecem requisitos específicos para a realização de audiências presenciais e por videoconferência, como o uso de múltiplas câmeras ou câmeras 360º, a preservação da privacidade do custodiado e o registro audiovisual seguro.

2.2. A manutenção e aprimoramento da infraestrutura de videomonitoramento se justificam pelos seguintes fatores:

- a)** atender ao interesse institucional da Corregedoria-Geral da Justiça;
- b)** garantir a observância às normas emanadas pelo CNJ;
- c)** assegurar a prestação jurisdicional com segurança, economicidade e continuidade;
- d)** viabilizar a adaptação do Tribunal ao novo regime processual instituído, com a criação do Juiz das Garantias (Resolução CNJ n. 562/2024);
- e)** disponibilizar infraestrutura completa de videomonitoramento, com câmeras de alta resolução, inclusive câmeras 360º, para cobertura integral dos ambientes;
- f)** armazenar de forma segura as gravações pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, com possibilidade de auditoria e rastreabilidade;
- g)** disponível de forma contínua, com níveis de serviço - ANS compatíveis com a criticidade da atividade; e
- h)** garantir confidencialidade e segurança da informação, em observância à Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709/2018).

2.3. A ausência do objeto poderá ocasionar dano regular (grave) à prestação jurisdicional, com potencial de evolução negativa em curto prazo, afetando diretamente a realização de audiências de custódia, gerando

riscos à segurança pública (com deslocamentos físicos de presos/custodiados), aumento de custos logísticos e prejuízos à conformidade normativa do Tribunal perante o CNJ.

2.4. A contratação tem como resultados esperados assegurar a melhoria do modelo atualmente em funcionamento, de modo a garantir a realização das audiências de custódia em conformidade com as Resoluções do CNJ, observando-se os requisitos técnicos e legais estabelecidos. Espera-se, ainda, a redução dos riscos à segurança pública, mediante a diminuição do deslocamento físico de presos/custodiados entre unidades prisionais e fóruns, promovendo maior controle e mitigando a possibilidade de incidentes.

2.5. Do mesmo modo, a medida contribuirá para a economicidade, por meio da redução dos custos logísticos relacionados ao transporte de custodiados e às despesas com escoltas, além de fortalecer a transparência e a integridade das audiências, com registros seguros e passíveis de auditoria. Por fim, a contratação possibilitará a adaptação tecnológica e estrutural do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia ao novo regime processual instituído pelo Juiz das Garantias, reforçando a prestação jurisdicional com maior eficiência e segurança.

2.6. Ressalte-se que o modelo de **locação da Solução** tem se mostrado mais eficiente, ágil e economicamente vantajoso para a Administração, pois permite acesso imediato a tecnologias atualizadas, reduz a necessidade de investimentos iniciais elevados, transfere à Contratada a responsabilidade pela manutenção e substituição dos equipamentos, e garante maior flexibilidade para adequações futuras, evitando a rápida obsolescência típica da aquisição direta.

2.7. Portanto, considerando os aspectos de segurança da rede institucional, confidencialidade dos dados, economicidade, padronização tecnológica, sustentabilidade e conformidade com os normativos do CNJ e deste Tribunal, a **locação da Solução** é a recomendada e tecnicamente mais vantajosa para a Administração, garantindo continuidade operacional, segurança cibernética e aderência às melhores práticas de governança de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia.

2.8. A pretensa contratação se mostra técnica e economicamente vantajosa, dentre as disponibilizadas pelo mercado, conforme Estudo Técnico Preliminar n. 215/2025 (5076277), acostado ao processo SEI n. 0015297-46.2025.8.22.8000. As demais informações relativas ao objeto deste Termo, encontram-se no mesmo instrumento.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. A contratação será regida pela Lei Federal n. 14.133/2021, com observância da Lei Estadual n. 2.414/2011, suas respectivas alterações e demais legislações pertinentes.

3.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte poderão usufruir do tratamento estabelecido pela Lei Complementar n. 123/2006.

4. DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. O objeto deste Termo de Referência deverá ser realizado por execução indireta, sob o regime de Empreitada por Preço Unitário, nos termos do art. 6º, inciso XXVIII, da Lei n. 14.133/2021.

5. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E VALORES ESTIMADOS

5.1. As especificações técnicas e quantidades encontram-se registradas no **ANEXO I (Especificação Técnica e Quantitativo)** deste Termo de Referência.

5.2. Do Sigilo do Valor Estimado para a Contratação

5.2.1. Os valores estimados para a pretendida contratação serão mantidos em sigilo, nos termos do art. 24 da Lei n. 14.133/2021, com fundamento nos princípios de preservação da competitividade, economicidade e segurança.

5.2.2. O sigilo do valor busca evitar que as empresas ajustem suas propostas de forma oportunista, aproximando-se do teto estabelecido pela Administração, o que comprometeria a competitividade e resultaria em propostas menos vantajosas. Dessa forma, manter o valor oculto incentiva as empresas a apresentarem suas melhores ofertas com base em suas próprias análises de mercado e custos, o que pode gerar preços mais competitivos e uma contratação mais econômica para o Tribunal.

5.2.3. Além disso, o sigilo reduz o risco de realização de acordos entre as empresas, impedindo a manipulação de suas propostas para simular uma concorrência, mas com valores artificialmente elevados.

5.2.4. Esse procedimento está em conformidade com as diretrizes da Lei n. 14.133/2021, que permite a adoção do sigilo do valor estimado até o momento da abertura das propostas, quando há justificativa técnica para tal. Ao manter o valor em sigilo, a Administração Pública garante que o processo licitatório ocorra de forma mais eficiente e segura, promovendo uma competição justa e favorecendo a obtenção de propostas mais vantajosas.

6. DOS PREÇOS, DO PARCELAMENTO DO OBJETO, DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO E COOPERATIVAS, APLICAÇÃO DE COTAS PARA ME/EPP E DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Dos Preços

6.1.1. Os preços propostos serão aqueles discriminados pela empresa em sua proposta, cotado em reais (R\$), devendo prevalecer, em caso de divergência, o preço unitário sobre o preço total.

6.1.2. Todas as despesas necessárias à perfeita execução do Contrato (custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias, transporte em veículos apropriados, seguros, embalagens, instalação e configuração ou quaisquer outros encargos decorrentes do exercício profissional de seus funcionários ou terceirizados...) devem estar inclusas na proposta apresentada.

6.1.3. Os custos envolvidos na implantação da Solução (alocação de profissionais, instalação dos equipamentos...) deverão estar inclusos na proposta de preços, inclusive, o custo do serviço de comunicação de dados. A substituição dos equipamentos em caso de problemas é de inteira responsabilidade da empresa.

6.1.4. A empresa deverá prever na sua proposta as despesas de estadia, deslocamento, alimentação e qualquer outra despesa necessária da sua equipe técnica.

6.2. Do Parcelamento do Objeto

6.2.1. O parcelamento do objeto constitui a regra, devendo a licitação ser promovida por item sempre que o objeto for divisível, salvo quando o fracionamento causar prejuízo à solução do conjunto ou perda da economia de escala, nos termos do art. 40, inciso V, alínea "b", da Lei n. 14.133/2021.

6.2.2. Com o parcelamento, é possível a contratação de múltiplas empresas para a execução dos itens previstos à Solução pretendida. Tal multiplicidade acarreta a divisão de responsabilidades decorrentes dos contratos celebrados, o que pode gerar dúvidas quanto à identificação do responsável pela resolução de eventuais incertezas ou problemas. Além disso, qualquer desencontro na execução contratual resultará em atrasos na implementação da Solução.

6.2.3. A centralização da responsabilização em única empresa revela-se mais adequada, pois facilita o acompanhamento de eventuais problemas e respectivas soluções, além de permitir a identificação das causas e a correta atribuição de responsabilidades, fortalecendo o controle sobre a execução do objeto contratado.

6.2.4. Após análise das necessidades desta Administração, a Equipe de Planejamento da Contratação concluiu, sob perspectiva técnica, a existência de interdependência entre os eventos constantes dos itens a serem licitados, o que inviabiliza o fracionamento do objeto.

6.2.5. Assim, com fundamento nas razões técnicas expostas neste Termo de Referência, recomenda-se a contratação de uma única empresa para a execução do Contrato, nos termos do art. 40, § 3º, inciso II, da Lei n. 14.133/2021.

6.3. Da Participação de Empresas em Consórcio e Cooperativas

6.3.1. Fica vedada a participação de empresas organizadas sob a forma de consórcio ou cooperativa, nos termos dos arts. 15 e 16 da Lei Federal n. 14.133/2021. Tal vedação fundamenta-se na necessidade de garantir a eficiência administrativa e de mitigar riscos operacionais relevantes para o adequado funcionamento da Solução a ser contratada, conforme previsto no subitem **6.2** deste Termo de Referência.

6.3.2. A restrição estabelecida pelo subitem anterior não configura limitação arbitrária à competitividade, mas visa garantir que a futura contratada possua estrutura técnica e operacional integrada, assegurando a estabilidade necessária à adequada prestação dos serviços ao Tribunal.

6.4. Da Aplicação de Cotas para ME/EPP

6.4.1. Considerando a natureza técnica indivisível do objeto, a Equipe de Planejamento da Contratação concluiu pela **não aplicação da reserva ou exclusividade de cota para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP)**, nos termos do art. 47, § 1º, da Lei Complementar no 123/2006 e art. 40, § 3º, inciso II, da Lei n. 14.133/2021.

6.4.2. A não adoção de cota exclusiva se justifica em razão:

- a)** da indivisibilidade técnica e funcional dos itens, atestada nos subitens **2.2** a **2.8** deste Termo de Referência;
- b)** da necessidade de padronização, manutenção centralizada e interoperabilidade entre todos os componentes e serviços da Solução;
- c)** da potencial perda de economia de escala, aumento de custos administrativos e agravamento de riscos operacionais caso o objeto seja fracionado; e
- d)** da exigência de responsabilidade de uma única Contratada, manutenção do SLA unificado e garantia de segurança institucional.

6.4.3. Além disso, a aplicação de cotas para ME/EPP comprometeria a rastreabilidade técnica e administrativa, pois eventuais atrasos ou não conformidades escapariam ao controle de um único responsável; o atendimento aos requisitos de *compliance*; a fiscalização, tendo em vista o alto número de pontos e localidades, exigindo relatórios mensais de SLA, manutenção e backup, além de garantia de padronização documental e operacional.

6.4.4. A aplicação da reserva de cota pode resultar em riscos operacionais e no aumento de despesas destinadas à resolução de conflitos entre empresas contratadas. A realização de contratação única, por

outro lado, propicia a atualização tecnológica, atribui a responsabilidade pela substituição e manutenção dos equipamentos, reduz os custos de transporte, facilita o gerenciamento de incidentes e previne a obsolescência.

6.5. Da Subcontratação

6.5.1. De acordo com o art. 122, da Lei n. 14.133/2021, será permitida a subcontratação de empresas para executar serviços que exijam comprovada especialização ou de interesse de técnica para continuidade do Contrato, desde que aprovado pela Equipe de Gestão do Contrato, a exemplo de:

- a) link de acesso dedicado à internet;
- b) abrigo para equipamentos e obras civis;
- c) serviços especializados de armazenamento em nuvem; e
- d) serviços de infraestrutura e instalação, necessários à implantação dos equipamentos e sistemas.

6.5.2. A Contratada deverá encaminhar ao(à) Gestor(a) do Contrato a documentação detalhada dos serviços que deverão ser subcontratados.

6.5.3. A subcontratação não gerará, em hipótese alguma, vínculo contratual entre o Tribunal e a subcontratada, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

7. DA VISITA TÉCNICA

7.1. Caso a empresa entenda ser necessário, para fins de elaboração de sua Proposta Comercial, poderá realizar Visita Técnica nas unidades indicadas no **ANEXO II (Localidades de Instalação dos Componentes da Solução)** deste Termo de Referência, para que tenha pleno conhecimento dos serviços especificados, do ambiente operacional e de todas as condições previstas para a elaboração da proposta e para prestação dos serviços.

7.2. Optando pela visita técnica, a empresa deverá agendá-la, **com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis**, junto ao Coordenadoria de Segurança Patrimonial e Humana - Coseph, no horário de 7h às 14h, de segunda a sexta-feira, pelos telefones (69) 3309-6600 e 3309-6601, ou pelos e-mails coseph@tjro.jus.br e/ou nop@tjro.jus.br.

7.3. A empresa fica ciente de que, optando ou não por realizar a Visita Técnica, posteriormente não será admitida qualquer alegação de desconhecimento das condições para a execução do objeto deste Termo de Referência.

8. DA PROPOSTA

8.1. Juntamente com sua PROPOSTA, a empresa deverá:

- a) **comprovar** que está autorizada pela fabricante, a comercializar a Solução ofertada (equipamentos, licença/software relacionados a solução VMS (Video Management System));
- b) **comprovar**, mediante documentação emitida pelo fabricante ou distribuidor autorizado, que os equipamentos ofertados atendem ao prazo mínimo de garantia e assistência técnica **on-site**, compatíveis com a vigência contratual e as condições de operação contínua exigidas neste Termo de Referência;
- c) **comprovar** que a manutenção e substituição de equipamentos podem utilizar assistência técnica própria ou de terceiros, desde que mantenha o cumprimento do **Acordo de Nível de Serviço** descrito no subitem **13.7** deste Termo de Referência;
- d) **apresentar** a descrição detalhada dos equipamentos ofertados, anexando a respectiva documentação técnica para comprovação das especificações técnicas mínimas;
- e) **apresentar declaração** indicando o(s) **Engenheiro(s) responsável(is)** pela implantação e manutenção da Solução de infraestrutura de monitoramento. O(s) Engenheiro(s) responsável(is) indicado pela empresa deverá(ão) efetivamente participar da execução do Contrato, admitindo-se a substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada previamente pelo Tribunal;
- f) **comprovar** que possui em seu quadro, na data prevista para entrega da proposta, o(s) **Engenheiro(s) responsável(is)** indicado(s) na alínea "e" deste subitem. A comprovação do vínculo profissional será efetuada mediante a apresentação de cópia autenticada da ficha de registro de empregado, com o respectivo carimbo do Ministério do Trabalho; registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, Contrato de Prestação de Serviços ou, ainda, qualquer outro meio admitido pela legislação pertinente. Para os dirigentes de empresas, tal comprovação poderá ser feita através de cópia da Ata da Assembleia em que se deu sua investidura no cargo ou, ainda, do contrato social;
- g) **declaração** do(s) **Engenheiro(s) responsável(is)**, indicado(s) na alínea "e" deste subitem aceitando o exercício da função de responsável(is) técnico(s) pela implantação e manutenção da Solução de infraestrutura de monitoramento;
- h) **certidão(ões) de Acervo Técnico**, expedida(s) por entidade competente, do(s) **Engenheiro(s) responsável(is)** indicado(s) na alínea "e" deste subitem, comprovando a implantação e manutenção de Solução de infraestrutura de monitoramento;

i) certidão emitida pela instância judicial competente, declarando que a empresa está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, caso se encontre em recuperação judicial, em consonância com o [Acórdão 1201/2020 - Plenário](#), do Tribunal de Contas da União - TCU.

8.2. A condição disposta na alínea "i" do subitem anterior, considerou que a exigência de apresentação de certidão negativa de recuperação judicial deve ser relativizada, a fim de possibilitar à empresa em recuperação judicial participar do Certame, desde que demonstre sua viabilidade econômica e financeira.

8.3. Nos casos em que os serviços de assistência técnica **on-site** forem executados por meio da fabricante dos equipamentos ofertados ou por outra empresa autorizadas por esta, deverão ser apresentados, para fins de identificação, o nome e o telefone da empresa credenciada que prestará atendimento aos eventuais chamados técnicos.

8.4. Caso sejam inseridos na proposta comercial equipamentos que estejam descontinuados (fora de produção) por seu fabricante, a empresa será desclassificada do Certame.

8.5. O Tribunal se reserva à verificação das informações apresentadas pela empresa, por meio de possíveis diligências, conforme prescreve o art. 17, § 3º, da Lei n. 14.133/2021.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. A empresa deverá apresentar, **para fins de HABILITAÇÃO**:

a) certidão de Registro em seu nome, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, dentro de seu prazo de validade; e

b) atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) em seu nome, expedido(s) por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado, que comprove(m) a prestação de serviços ou execução de atividades de complexidade tecnológica e operacional igual ou superior à exigida no Termo de Referência, **evidenciando a implantação e manutenção de Solução de monitoramento, por meio de câmeras de circuito fechado de televisão - CFTV, com fornecimento de links de acesso dedicado à internet.**

9.2. O(s) atestado(s) apresentado(s) deve conter no mínimo o CNPJ e endereço da entidade emitente, a data de emissão, o nome do responsável e a qualidade dos serviços apresentados.

9.3. A empresa poderá apresentar quantos atestados forem necessários para a comprovação da exigência contida na alínea "b", do subitem **9.1** deste Termo de Referência. Essa exigência visa assegurar que a empresa comprove experiência específica na parcela de maior relevância técnica do objeto, nos termos do art. 67, § 1º, da Lei n. 14.133/2021, requisito fundamental para a adequada execução contratual.

9.4. A comprovação de capacidade técnica estará sujeita à confirmação da veracidade de suas informações, por meio de possíveis diligências, conforme prescreve o art. 64, inciso I, da Lei n. 14.133/2021.

10. DO PEDIDO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

10.1. A empresa convocada no item/grupo, QUANDO NECESSÁRIO, deverá apresentar INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES da Solução ofertada, para verificar se este atende às especificações e aos requisitos de qualidade previstos neste Termo de Referência, no prazo de **até 2 (duas) horas corridas**, contado a partir da notificação pelo Pregoeiro.

10.2. A empresa que não apresentar maiores informações dentro do prazo notificado será desclassificada no item/grupo.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A despesa decorrente de eventual contratação será coberta por recursos específicos consignados no orçamento do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, Unidade Orçamentária: 03.011 - Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU, Funcional Programática: 02.122.1014.4078 - Gerir Atividades de Segurança Pessoal e Patrimonial do Poder Judiciário do Estado de Rondônia; Elementos de Despesa: 33.90.40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica; Subitem: 27 - Locação de Sistemas Eletrônicos de Segurança.

12. DA ASSINATURA E DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

12.1. O Tribunal convocará a empresa para assinar eletronicamente o Contrato, dentro do prazo de **2 (dois) dias úteis**, contado a partir do primeiro dia útil após sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação - SEI.

12.1.1. Antes da convocação para assinatura do Contrato serão consultados o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, o Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP e o Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, bem como será verificada a validade dos documentos de habilitação fiscal, social e trabalhista apresentados na licitação, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, certificando nos autos a regularidade e anexando os documentos obtidos.

12.1.2. A recusa injustificada da empresa em assinar o Contrato, notificada nos prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a à perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas neste Termo.

12.1.3. O prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez e por igual período, quando solicitado pela empresa e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Tribunal.

12.2. Apenas em função da total impossibilidade da utilização de meio digital, far-se-á a remessa do Contrato por via postal, para assinatura da empresa.

12.3. Na data da assinatura do Contrato, o representante da empresa deverá:

a) atualizar todos os documentos apresentados quando da habilitação, se vencidos;

b) apresentar ao Tribunal, para efeito do disposto nos incisos III, IV e XI do *caput* do art. 4º da Instrução Normativa n. 1.234/2012 - Receita Federal do Brasil, declaração de acordo com os modelos constantes dos Anexos II, III ou IV da referida Instrução Normativa, conforme o caso, assinada pelo seu representante legal, podendo ser apresentada por meio eletrônico, sem prejuízo de o declarante informar, imediatamente, qualquer alteração na situação declarada; e

c) indicar formalmente um preposto, apto a representar a empresa junto ao Tribunal, que deverá responder pela fiel execução do Contrato.

12.4. Na hipótese da não assinatura do Contrato, nos prazos e condições estabelecidos, o Tribunal poderá convocar outra empresa, respeitada a ordem de classificação, para, após, comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o Contrato, sem prejuízo das penalidades previstas neste Termo de Referência e das demais cominações legais.

12.5. A vigência do Contrato será de **4 (quatro) anos**, contada da data de sua última assinatura pelas partes, podendo ser prorrogada por sucessivos períodos, com vista à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, até o limite de **10 (dez) anos**, conforme disposição do art. 106 c/c art. 107, ambos da Lei n. 14.133/2021, se houver interesse do Tribunal e de acordo com o respectivo crédito orçamentário.

13. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

13.1. Da Reunião de Alinhamento

13.1.1. Deverá ser realizada, **até o 7º (sétimo) dia útil após a última assinatura do Contrato pelas partes**, uma **reunião de alinhamento remota** e com a participação do preposto da Contratada, conforme agendamento efetuado pelo(a) Gestor(a) do Contrato, com o objetivo de:

a) identificar as expectativas a respeito da Solução contratada;

b) nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Contrato, no Edital e em seus Anexos, esclarecendo, caso necessário, possíveis dúvidas acerca do objeto;

c) apresentação ao Tribunal de um número de telefone que possibilite ligações gratuitas ou com custo de ligações locais para sua central de atendimento, para fins de abertura e acompanhamento de chamados;

d) apresentação, pelo Tribunal, dos contatos dos responsáveis pelas Unidades Prisionais, Unidades Socioeducativas e Centros de Ressocialização do Estado de Rondônia, os quais serão instalados a Solução. e

e) repasse de informações, pelo Tribunal, a respeito dos sistemas corporativos e outras que porventura venham a agregar valores ao bom desempenho da execução do objeto.

13.1.2. O(a) Gestor(a) do Contrato apresentará, ainda, à Contratada a relação nominal da Equipe Técnica autorizada a abrir e fechar chamados.

13.1.3. Após a reunião de alinhamento deverá ser gerada uma Ata com o seu resultado e esta deverá ser assinada pelo(a) Gestor(a), Fiscais do Contrato e pela Contratada.

13.1.4. A Contratada deverá enviar ao(à) Gestor(a) do Contrato, após a reunião de alinhamento, cópia dos documentos CPF, RG e comprovante de residência do preposto e representante da empresa e que participaram da reunião, com o intuito de que seja realizado o cadastro no Sistema Eletrônico de Informação - SEI no Tribunal para fins de assinatura da Ata.

13.2. Do Plano de Implantação da Solução

13.2.1. A Contratada deverá apresentar ao(à) Gestor(a) do Contrato, no prazo de **até 10 (dez) dias corridos**, contado a partir do primeiro dia útil seguinte à data da realização da reunião de alinhamento, o **Projeto de Implantação da Solução, com base nos requisitos mínimos estabelecidos neste Termo de Referência.**

13.2.2. A Equipe de Gestão do Contrato fará a análise do **Projeto de Implantação da Solução** apresentado pela Contratada, podendo ainda propor alterações e/ou ajustes pontuais.

13.2.3. Caso haja a necessidade de alterações e/ou ajustes no **Projeto de Implantação da Solução**, a Contratada terá o prazo de **até 2 (dois) dias úteis**, contado a partir do primeiro dia útil após o recebimento da notificação expedida pelo Tribunal, para reapresentá-lo ao(à) Gestor(a) do Contrato.

13.2.4. Após as alterações/ajustes, caso haja necessidade, a Equipe de Gestão do Contrato aprovará o **Projeto de Implantação da Solução** apresentado pela Contratada.

13.2.5. Após sua aprovação, o **Projeto de Implantação da Solução** fará parte integrante do Contrato.

13.2.6. Com a devida justificativa e respeitando-se o prazo de fornecimento da Solução, o **Projeto de Implantação da Solução** poderá sofrer ajustes, desde que seja solicitado pela Contratada e aprovado pela Equipe de Gestão do Contrato.

13.3. Da Disponibilização da Solução

13.3.1. A Solução deverá ser implantada no prazo de **até 90 (noventa) dias consecutivos**, contado a partir do primeiro dia útil após a última assinatura do Contrato pelas partes, nas localidades constantes no **ANEXO II (Localidades de Instalação dos Componentes da Solução)** deste Termo de Referência.

13.3.2. A especificação técnica da Solução a ser implantada consta no **ANEXO I (Especificação Técnica e Quantitativo)** deste Termo de Referência. Todos os componentes da Solução deverão ser novos e de primeiro uso, não podendo ser recondicionados.

13.3.3. Após disponibilização da Solução, a Contratada deverá encaminhar comunicação escrita ao(à) Gestor(a) do Contrato, nos e-mails **mirianlameira@tjro.jus.br** e **coseph@tjro.jus.br**, informando sobre a disponibilização do objeto.

13.3.4. A Contratada será responsável pela execução e pelo custeio de toda e qualquer obra de infraestrutura, interna ou externa, necessária à prestação dos serviços. Também incumbirá à Contratada restaurar as instalações originais das unidades descritas no **ANEXO II (Localidades de Instalação dos Componentes da Solução)** deste Termo de Referência, caso sofram danos durante a implantação da Solução, incluindo, a título exemplificativo, a demolição e recomposição de gesso, emassamento e pintura, bem como a recomposição de calçadas e jardins.

13.3.5. A execução dos serviços de implantação da Solução deverá ocorrer em dias úteis, durante o expediente das unidades indicadas no **ANEXO II (Localidades de Instalação dos Componentes da Solução)** deste Termo de Referência, em horários previamente acordados com os respectivos responsáveis das unidades.

13.4. Da Capacitação para uso da Solução

13.4.1. A Contratada deverá elaborar e ministrar **plano de capacitação** para uso da Solução, com conteúdo programático e roteiro de avaliação dos participantes, sujeito à aprovação prévia do Tribunal.

13.4.2. A capacitação será realizada, preferencialmente, na modalidade de ensino a distância (EaD), desde que:

a) a formação da turma deverá compreender 150 (cento e cinquenta) usuários, organizados em grupos, cujas datas de treinamento serão definidas conforme a conveniência da Administração Pública. Ao término do treinamento, os usuários deverão estar aptos a operar a Solução, aplicando corretamente os procedimentos técnicos rotineiros e a resolução de eventuais ocorrências;

b) a carga horária mínima do treinamento deverá ser de 4 (quatro) horas;

c) a Contratada deverá apresentar, de forma técnica, conceitual e prática, a Solução implantada, descrevendo-a detalhadamente e demonstrando os procedimentos necessários para que os usuários estejam devidamente preparados para executar a rotina gerencial;

d) a Contratada deverá fornecer apostilas, manuais técnicos e outros insumos necessários ao treinamento; e

e) o material indicado na alínea "d", do subitem **13.4.2** deste Termo de Referência, deverá ser devidamente certificado por responsável técnico e apresentado ao Tribunal.

13.4.3. Os treinamentos serão realizados em datas a ser definidas pelo Tribunal, mediante agendamento prévio, observando-se o prazo mínimo de **15 (quinze) dias úteis** entre a solicitação formal e a execução dos eventos. Os treinamentos ocorrerão, preferencialmente, em datas próximas à entrega da Solução pela Contratada, condicionados à disponibilidade da agenda institucional.

13.5. Do Recebimento da Solução

13.5.1. Os **recebimentos Provisório e Definitivo** da Solução serão realizados de acordo com a entrega **em cada unidade** listada no **ANEXO II (Das Localidades de Instalação dos Componentes da Solução)** deste Termo de Referência.

13.5.2. O **Recebimento Provisório** será realizado pelo(a) Fiscal Técnico(a) do Contrato, no prazo de **até 15 (quinze) dias úteis**, contado do primeiro dia útil subsequente à comunicação, pela Contratada, de que

a instalação da Solução na unidade foi devidamente concluída. O recebimento está condicionado à:

- a) realização de testes dos componentes da Solução;
- b) vistoria para aceitação dos serviços executados.

13.5.3. Verificada a compatibilidade entre os serviços contratados com os executados, bem como com a qualidade e conformidade técnica da Solução, o(a) Fiscal Técnico(a) do Contrato emitirá o **Termo de Recebimento Provisório**.

13.5.4. Após o recebimento provisório, o(a) Gestor(a) do Contrato fará o recebimento definitivo da Solução implantada na respectiva unidade, mediante **Termo de Recebimento e Aceitação**, após constatada a quantidade e a qualidade do objeto.

13.5.5. O **Termo de Recebimento e Aceitação** será dado após o Tribunal verificar a inexistência de deficiências da Solução, e por um período de funcionamento experimental de **até 10 (dez) dias corridos**, contados do primeiro dia útil após o recebimento provisório.

13.5.6. Na hipótese de qualquer divergência aos termos pactuados, não ocorrerá o recebimento definitivo, sendo a Contratada notificada para, no prazo de **até 15 (quinze) dias corridos**, contado a partir do primeiro dia útil após o recebimento da notificação, proceder à regularização, sem ônus para o Tribunal, observada a disposição do art. 119 da Lei n. 14.133/2021.

13.5.7. Após a regularização pertinente, e contando-se da data de apresentação para apreciação do Tribunal, este terá o prazo de **até 5 (cinco) dias corridos** para verificação em face dos termos pactuados. Constatada a conformidade, será procedido o recebimento definitivo.

13.5.8. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da Contratada pelo objeto adquirido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando de sua utilização.

13.5.9. Os efeitos financeiros para fins de pagamento mensal terão início a partir do recebimento definitivo a ser realizado após a implantação da Solução em cada cidade listada no **ANEXO II (Das Localidades de Instalação dos Componentes da Solução)** deste Termo de Referência.

13.6. Da Garantia e Manutenção da Solução

13.6.1. Licenciamento e Software (VMS)

13.6.1.1. A Contratada será integralmente responsável pela disponibilização, manutenção e atualização das licenças necessárias ao funcionamento do sistema de gerenciamento de vídeo (VMS), *analytics*, gravação e backup em nuvem.

13.6.1.2. Todas as atualizações, releases e versões corretivas/evolutivas deverão ser fornecidas sem qualquer custo adicional ao Tribunal.

13.6.1.3. O suporte técnico deverá incluir manutenção corretiva (restauração plena da Solução em caso de falhas) e manutenção evolutiva (atualizações tecnológicas e de segurança).

13.6.1.4. O atendimento deverá estar disponível em dias úteis, das 8h às 18h (horário de Brasília), via telefone, e-mail ou outros canais digitais, com registro formal de chamados.

13.6.1.5. Caso o fabricante não preste o suporte diretamente, a Contratada assumirá integralmente essa responsabilidade.

13.6.2. Equipamentos e Infraestrutura Associada

13.6.2.1. A Contratada será responsável pela instalação, manutenção e substituição de equipamentos que compõem a Solução.

13.6.2.2. Eventuais substituições deverão ocorrer por equipamentos equivalentes ou superiores, sem ônus adicional ao Tribunal.

13.6.2.3. A Contratada deverá **assegurar** a manutenção e substituição de equipamentos, podendo utilizar assistência técnica própria ou de terceiros, desde que mantenha o cumprimento do **Acordo de Nível de Serviços** definido neste Termo de Referência.

13.6.2.4. Caso não seja possível o reparo dentro do prazo, a Contratada deverá fornecer imediatamente equipamento de backup/substituto com características compatíveis.

13.6.2.5. Todos os custos de transporte, logística, deslocamento e instalação correrão por conta da Contratada.

13.6.2.6. Será exigido relatório mensal de atendimentos, contendo número do chamado, identificação do ponto/câmera, datas de abertura e fechamento, tempo de resolução, responsável técnico e descrição das ações realizadas.

13.6.3. Link de Internet Dedicado

13.6.3.1. A Contratada deverá disponibilizar link de internet dedicado e estável para o correto funcionamento da Solução, garantindo a transmissão contínua de dados e vídeos entre os pontos de captação (câmeras), o sistema de gerenciamento (VMS) e o ambiente em nuvem.

13.6.3.2. A disponibilidade mínima exigida para o link de Internet dedicado deverá ser de 98%

(noventa e oito por cento), garantindo tempo máximo de indisponibilidade mensal de até 14h24. Esse valor assegura que, mesmo em caso de falhas temporárias de conectividade, as câmeras mantenham gravação local (em microSD de 128 GB com autonomia de até 29h) e realizem a sincronização completa dos dados com os servidores em nuvem assim que o link for restabelecido.

13.6.3.3. Caberá à Contratada o fornecimento, gestão, monitoramento e manutenção desse link dedicado, sem custos adicionais ao Tribunal, bem como a substituição ou ampliação de capacidade sempre que necessário para manter a qualidade do serviço.

13.6.4. Ambiente SaaS (Serviço em Nuvem e Backup)

13.6.4.1. A Contratada deverá assegurar o funcionamento ininterrupto do ambiente SaaS, incluindo VMS, gravação, backup em nuvem e segurança lógica, durante toda a vigência contratual.

13.6.4.2. É responsabilidade da Contratada a gestão da infraestrutura em nuvem, contemplando armazenamento, redundância, failover, backups automáticos, segurança cibernética, conformidade com a LGPD e manutenção da disponibilidade, conforme **Acordo de Nível de Serviços** contratado.

13.6.4.3. A garantia deverá abranger todos os elementos da Solução, incluindo software, hardware, rede e serviços correlatos, de forma a garantir a entrega contínua e segura ao Tribunal.

13.6.4.4. Todos os profissionais da Contratada envolvidos deverão possuir qualificação técnica comprovada e experiência na Solução contratada.

13.6.5. Serviços de Suporte e Relatórios

13.6.5.1. O suporte técnico abrangerá resolução de problemas, atualização de versões, configuração, dúvidas operacionais e apoio em integrações autorizadas.

13.6.5.2. O Tribunal poderá realizar configurações adicionais ou integrações, sem que isso desonere a Contratada de manter a garantia e o suporte da Solução.

13.6.5.3. A Contratada deverá enviar relatórios mensais de suporte e manutenção ao(à) Gestor(a) do Contrato, preferencialmente em formato eletrônico (PDF ou planilha), contendo histórico dos chamados e ocorrências.

13.6.6. Manutenção

13.6.6.1. Entende-se por **manutenção preventiva** os procedimentos realizados, em intervalos predeterminados, com o propósito de prevenir a ocorrência de defeitos ou o mau funcionamento da Solução, conservando-os em perfeito estado de uso e funcionamento, de acordo com as normas e recomendações técnicas, bem como das necessidades do Tribunal.

13.6.6.2. Serviços de **manutenção corretiva** consistem na execução de medidas destinadas à eliminação de problemas, danos ou defeitos que possam surgir durante a vigência do Contrato, visando assegurar o restabelecimento pleno do estado operacional da Solução.

13.6.6.3. As manutenções serão realizadas, quando necessário, pela Contratada. Os custos correspondentes deverão estar integralmente incluídos no valor apresentado para a locação da Solução.

13.6.6.4. Na realização dos serviços de manutenção preventiva ou corretiva, caso seja necessária a remoção de componentes da Solução para reparo fora das dependências constantes do **ANEXO II (Localidades de Instalação dos Componentes da Solução)** deste Termo de Referência, tais componentes deverão ser provisoriamente substituídos por equivalentes, assegurando-se que a continuidade dos serviços prestados não seja prejudicada.

13.6.6.5. Constituem ainda, serviços de manutenção preventiva e corretiva, a execução dos seguintes serviços:

- a)** reinstalação e mudança de posição de câmeras de vídeo no prazo de **até 7 (sete) dias corridos**, contado a partir do recebimento do chamado de solicitação;
- b)** identificação, em ambas as extremidades, do cabeamento de todas as câmeras do módulo de CFTV (anilhas ou etiquetas poliéster); e
- c)** as Built decorrente das alterações verificadas, tais como identificação das câmeras e outros componentes e modificações realizadas.

13.6.6.6. Em caso de impossibilidade de atendimento a chamado causada por inacessibilidade da unidades constantes do **ANEXO II (Localidades de Instalação dos Componentes da Solução)** deste Termo de Referência, não será imputada responsabilidade à Contratada quanto ao cumprimento dos prazos previstos, desde que a tentativa de atendimento tenha ocorrido dentro do prazo previsto.

13.6.6.7. A Contratada deverá detalhar quando o problema for de comunicação (internet).

13.6.6.8. Na hipótese de perda, furto ou roubo de equipamentos, será de responsabilidade da Contratada a substituição dos componentes, sem obrigação de reparação de eventual prejuízo material por parte do Tribunal.

13.6.6.9. Manutenção Preventiva

13.6.6.9.1. A manutenção preventiva deverá ser realizada ao menos a cada três meses. Após

cada execução, deverá ser elaborado relatório técnico, que será encaminhado ao(à) Fiscal Técnico(a) do Contrato.

13.6.6.9.2. O relatório deverá detalhar os serviços realizados, mencionando os parâmetros verificados, eventuais indícios de problemas futuros, as providências adotadas e as recomendações e orientações técnicas.

13.6.6.9.3. O relatório deverá ser encaminhado juntamente com a nota fiscal ou documento equivalente de cobrança dos serviços contratados, relativo ao mês em que a manutenção preventiva foi realizada.

13.6.6.9.4. Na execução dos serviços de manutenção preventiva, devem ser observados, além dos itens relacionados a seguir, todos os procedimentos necessários para assegurar o pleno funcionamento dos componentes integrantes da Solução:

a) Componentes eletrônicos:

a.1) verificar o funcionamento de softwares, aplicativos, firmwares, bem como providenciar o fornecimento e a instalação de suas novas versões ou atualizações, sempre que disponibilizados pelo fabricante;

a.2) efetuar limpeza dos equipamentos; e

a.3) ajustes de configurações (sensibilidade de detecção de movimento, regras de análise de vídeos, correções de falhas de configurações, criação de usuários...).

b) Câmeras:

b.1) verificar imagens de modo a identificar possíveis falhas: foco, interferência, resolução, contraste, cores, enquadramento;

b.2) ajustes das lentes; e

b.3) realizar limpeza das lentes e das câmeras.

13.6.6.10. Manutenção Corretiva

13.6.6.10.1. Os serviços de manutenção corretiva visam sanar problemas, danos ou defeitos eventualmente identificados durante a execução do Contrato, assegurando o restabelecimento do funcionamento adequado dos componentes integrantes da Solução.

13.6.6.10.2. Os serviços deverão ser executados de forma ininterrupta, 24 horas por dia, 7 dias por semana, no local de instalação da Solução, por técnicos devidamente habilitados.

13.6.6.10.3. A Contratada deverá disponibilizar uma Central de Atendimento para atendimento de requisições relativas à execução de serviços de manutenção corretiva e esclarecimento de dúvidas, funcionando 24 horas por dia, 7 dias por semana, por meio de número do tipo 0800 ou com tarifa local para Porto Velho/RO. O serviço poderá ser disponibilizado também por meio eletrônico.

13.6.6.10.4. Para cada chamado técnico deverá ser informado um número de controle (protocolo) para registro, bem como manter histórico de ações e atividades realizadas, contendo no mínimo:

a) data e hora de abertura e fechamento dos chamados;

b) descrição do serviço solicitado ou do erro ou falha relatada ou detectada;

c) classificação do chamado conforme o nível de criticidade;

d) identificação do técnico do Tribunal que realizou o chamado;

e) identificação do técnico da eventual contratada responsável pela execução do chamado, bem como outras informações pertinentes; e

f) descrição das atividades realizadas nos chamados e da solução aplicada.

13.7. Acordo de Nível de Serviço

13.7.1. Os chamados abertos pelo Tribunal deverão ser classificados conforme os níveis de **severidade** a seguir descritos:

a) normal; e

b) prioritária.

13.7.2. Classifica-se como **severidade normal** aquela em que a Solução permanece em funcionamento, ainda que haja comprometimento pontual da disponibilidade ou do desempenho de seus componentes. Considera-se comprometimento pontual quando menos de 10% (dez por cento) dos equipamentos ou aparelhos que integram a Solução, em cada unidade listada no **ANEXO II (Localidades de Instalação dos Componentes da Solução)** deste Termo de Referência, não estejam plenamente operacionais.

13.7.3. Considera-se como **severidade prioritária** o atendimento às situações em que a Solução se encontra inoperante ou apresenta funcionamento com desempenho ou disponibilidade significativamente comprometidos. Considera-se comprometimento significativo quando, em cada unidade prisional, 10%

(dez por cento) ou mais dos componentes da Solução estejam inoperantes ou não funcionando plenamente.

13.7.4. Os chamados do tipo "**severidade normal**" deverão ser solucionados pela Contratada, nos seguintes prazos:

- a) 12 (doze) horas, quando relacionados as unidades localizadas em Porto Velho/RO; e
- b) 24 (vinte e quatro) horas, quando relacionados às unidades localizadas no interior do Estado de Rondônia.

13.7.5. Os chamados do tipo "**severidade prioritária**" deverão ser solucionados pela Contratada, nos seguintes prazos:

- a) 4 (quatro) horas, quando relacionados às unidades localizadas em Porto Velho/RO; e
- b) 12 (doze) horas, quando relacionados às unidades localizadas no interior do Estado de Rondônia.

13.7.6. Considerar-se-á solucionado o chamado referente aos casos previstos nos subitens **13.7.4** e **13.7.5** deste Termo de Referência, quando a Solução estiver em pleno funcionamento, sem qualquer comprometimento relevante de sua disponibilidade ou desempenho.

13.7.7. A Contratada, também ficará sujeita às seguintes glosas:

13.7.7.1. Atraso **para a resolução dos** chamados do tipo "**severidade normal**", conforme disposições do subitem **13.7.1** deste Termo de Referência.

- a) **até uma hora ou fração de atraso:** aplicação de glosa na nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor mensal da Solução;
- b) **de uma a duas horas ou fração de atraso:** aplicação de glosa na nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, equivalente a 1% (um por cento) sobre o valor mensal da Solução;
- c) **de duas a três horas ou fração de atraso:** aplicação de glosa na nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, equivalente a 2% (dois por cento) sobre o valor mensal da Solução;
- d) **acima de três horas ou fração de atraso:** aplicação de glosa na nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, equivalente a 3% (três por cento) sobre o valor mensal da Solução, acrescendo-se 0,5% (cinco décimos por cento) a cada hora ou fração, que ultrapassar a quarta hora sem o início do atendimento; e
- e) caso seja atingido o prazo de 36 (trinta e seis) horas **sem atendimento**, o Tribunal poderá aplicar a glosa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado do Contrato.

13.7.7.2. Atraso **para a resolução dos** chamados do tipo "**severidade prioritária**", conforme disposições do subitem **13.7.1** deste Termo de Referência.

- a) **até uma hora ou fração de atraso:** aplicação de glosa na nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, equivalente a 1% (um por cento) sobre o valor mensal da Solução;
- b) **de uma a duas horas ou fração de atraso:** aplicação de glosa na nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, equivalente a 2% (dois por cento) sobre o valor mensal da Solução;
- c) **de duas a três horas ou fração de atraso:** aplicação de glosa na nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, equivalente a 3% (três por cento) sobre o valor mensal da Solução;
- d) **acima de três horas ou fração de atraso:** aplicação de glosa na nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor mensal da Solução, acrescendo-se 0,5% (cinco décimos por cento) a cada hora ou fração, que ultrapassar a quarta hora sem o início do atendimento; e
- e) caso seja atingido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas **sem atendimento**, o Tribunal poderá aplicar a glosa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado do Contrato.

13.8. Estratégia de Transição Contratual

13.8.1. Ao término da vigência contratual ou em caso de extinção do Contrato, a Contratada deverá observar as regras de transição e encerramento já estabelecidos, com o objetivo de garantir a continuidade dos serviços, a proteção das informações e a transferência eficiente do conhecimento técnico, de forma a não causar prejuízo ao Tribunal, entre elas:

- a) entrega das versões finais dos produtos, relatórios e documentações técnicas, incluindo topologia de rede, parametrizações do sistema de gerenciamento de vídeo - VMS, registros de manutenção e credenciais administrativas;
- b) devolução de todos os recursos materiais e equipamentos locados, devidamente conferidos, preservando-se o estado de conservação e funcionalidade conforme inventário;
- c) revogação de todos os perfis de acesso, senhas administrativas e autenticações vinculadas à Contratada, com transferência das credenciais à equipe do Tribunal, se aplicável à contratação;
- d) eliminação e/ou desativação de caixas postais, contas de e-mail, repositórios temporários e demais

acessos eletrônicos utilizados durante a execução contratual, se aplicável à contratação; e

e) validação técnica final da transição, assegurando a integridade das gravações, bancos de dados e imagens armazenadas, bem como a plena operação do sistema sob gestão do Tribunal ou da nova contratada.

13.9. Estratégia de Independência

13.9.1. Com o objetivo de garantir a continuidade dos serviços e preservar a autonomia técnica da Administração, estabelecem-se as seguintes diretrizes destinadas a assegurar a independência tecnológica do Tribunal em relação à Contratada, especialmente no que se refere à operação e à manutenção do Sistema de Circuito Fechado de Televisão – CFTV:

13.9.1.1. Transferência de Conhecimento

13.9.1.1.1. A Contratada deverá garantir a transferência integral de conhecimento técnico-operacional à equipe designada pela Administração, abrangendo:

- a)** a estrutura lógica e física da Solução (infraestrutura de rede, topologia, protocolos, padrões de comunicação e integração entre equipamentos e softwares);
- b)** o funcionamento detalhado do sistema de gerenciamento de vídeo - VMS, incluindo configurações de câmeras, gravações, alarmes, analytics e backup em nuvem;
- c)** o fornecimento de toda a documentação técnica e manuais atualizados, em formato digital, contendo diagramas, fluxos de configuração, parametrizações, licenciamento e instruções de manutenção;
- d)** a realização de treinamentos presenciais ou à distância voltados aos servidores indicados, de modo a possibilitar o pleno entendimento e a operação autônoma do sistema, inclusive nos casos de encerramento contratual ou substituição de fornecedor; e
- e)** a obrigação de disponibilizar, ao final da vigência contratual, um relatório técnico consolidado contendo informações necessárias à continuidade operacional do sistema, sem dependência de ferramentas ou credenciais de uso exclusivo da Contratada.

13.9.1.2. Direitos de Propriedade Intelectual

13.9.1.2.1. Todos os direitos de propriedade intelectual e autoral relativos à Solução implantada, inclusive quanto à documentação técnica, topologias, parametrizações, manuais, bases de dados, modelos de integração e relatórios operacionais, serão de propriedade do Tribunal.

13.9.1.2.2. A Contratada não poderá reter, restringir ou condicionar o acesso aos dados, licenças, senhas administrativas, ou demais informações necessárias à manutenção e continuidade da Solução.

13.9.1.2.3. Nos casos em que o sistema de gerenciamento - VMS ou componentes complementares utilizem tecnologias proprietárias de mercado, deverá ser garantido que:

- a)** os dados gerados sejam exportáveis em formatos abertos e interoperáveis (por exemplo, CSV, JSON, MP4, ou equivalentes);
- b)** a transferência de domínio administrativo e de autenticações (contas mestres, licenças de uso, perfis de usuário) ocorra imediatamente após o término contratual, sem prejuízo ao funcionamento do sistema; e
- c)** a Administração detenha cópia integral das configurações e registros técnicos, inclusive banco de dados e arquivos de vídeo, de forma a assegurar a continuidade operacional.

14. DAS OBRIGAÇÕES DO TRIBUNAL

14.1. Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento na forma prevista neste Termo de Referência.

14.2. Proporcionar todas as condições necessárias para que a Contratada possa cumprir com o objeto do Contrato.

14.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. Obrigações gerais

15.1.1. Responder pelos danos causados diretamente ao Tribunal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Tribunal, conforme art. 120 da Lei n. 14.133/2021.

15.1.2. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, de acordo com o art.

92, inciso XVI, da Lei n. 14.133/2021.

15.1.3. Executar diretamente o objeto do Contrato, **vedada a subcontratação**, salvo nas hipóteses e condições **expressamente previstas no subitem 6.5** deste Termo de Referência.

15.1.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais nela empregados, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido por parte do Tribunal, conforme art. 119 da Lei n. 14.133/2021.

15.1.5. Responsabilizar-se integralmente pela execução do objeto deste Termo de Referência, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade na execução dos trabalhos, dentro dos prazos estipulados e cujo descumprimento será considerado infração passível de aplicação das penalidades previstas.

15.1.6. Responsabilizar-se pelas obrigações, vícios e danos decorrentes do objeto deste Termo de Referência de acordo com a Lei n. 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, no que lhe couber.

15.1.7. Comunicar formal e imediatamente ao(à) Gestor(a) do Contrato sobre possíveis alterações nos dados para contato com a Central de Atendimento.

15.1.8. Responsabilizar-se integralmente pela execução do suporte técnico, primando pela qualidade, desempenho e eficiência do serviço contratado.

15.1.9. Responder por escrito, no prazo de **até 2 (dois) dias corridos**, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes à execução do Contrato e que venham a ser solicitados pelo Tribunal.

15.1.10. Comunicar ao Tribunal, por escrito, qualquer anormalidade que possa colocar em risco o êxito e o cumprimento dos prazos de execução do Contrato, propondo as ações corretivas necessárias.

15.1.11. Submeter, sob autorização expressa do Tribunal, qualquer alteração que se tornar essencial à continuidade na execução do Contrato.

15.1.12. Indicar endereço de e-mail para envio de comunicações relativas à execução do Contrato.

15.1.13. Monitorar o e-mail indicado para verificação de possíveis comunicações do Tribunal.

15.1.13.1. Em caso de alteração de e-mail, a Contratada deverá informar ao(à) Gestor(a) do Contrato.

15.1.14. Apresentar endereço de e-mail da emitente da garantia contratual, caso haja, para envio de notificações no caso de eventual início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, em cumprimento ao art. 137,§ 4º, da Lei n. 14.133/2021.

15.1.15. Disponibilizar, durante a implantação, profissionais com conhecimento avançado sobre o funcionamento da solução, nos aspectos teórico, prático e técnico.

15.1.16. Disponibilizar "**Sistema de Monitoramento do Serviço**" e "**Central de Atendimento**" para acompanhamento dos serviços executados, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

15.1.17. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, quando for o caso, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

15.1.18. Executar, no prazo de **até 30 (trinta) dias corridos**, contado do primeiro dia útil após o recebimento do pedido, eventuais solicitações do Tribunal referentes a alteração de endereço de instalação de alguma unidade que compõe a Solução, sem qualquer custo adicional para o Tribunal.

15.1.19. Em caso de alteração de endereço em que seja necessário que a manutenção de algum dos componentes da Solução seja feita por terceiros, em razão de eventuais regras de manutenção do novo prédio em que será instalada, o pagamento em relação a essa unidade não será afetado.

15.1.20. Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-la na execução do Contrato, participando de reuniões de acompanhamento quando solicitado.

15.1.21. Implantar, de forma adequada, juntamente com a equipe de gestão contratual, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante.

15.1.22. Disponibilizar uniforme e crachá aos técnicos responsáveis pela execução dos serviços no ambiente do Tribunal e demais unidades previstas no **ANEXO II (Localidades de Instalação dos Componentes da Solução)** deste Termo de Referência.

15.1.23. Quando do encerramento do Contrato, providenciar a retirada de todos os componentes da Solução das dependências das unidades dispostas no **ANEXO II (Localidades de Instalação dos Componentes da Solução)** deste Termo de Referência, no prazo de **até 30 (trinta) dias consecutivos**, salvo se houver autorização formal do(a) Gestor(a) do Contrato permitindo a retirada em prazo distinto.

15.1.24. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Tribunal, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações obriga-se a atender prontamente.

15.1.25. Armazenar as imagens gravadas pelo período mínimo de 90 (noventa) dias consecutivos.

15.1.26. Abster-se, durante a vigência do Contrato, de contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Tribunal ou de agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato.

15.2. Obrigações de segurança

15.2.1. Observar, rigorosamente, todas as normas e todos os procedimentos de segurança implantados no ambiente de Tecnologia da Informação do Tribunal, em especial, a Resolução n. 350/2025, que Institui a Política de Segurança da Informação Cibernética - PSIC do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, bem como possuir nas suas instalações, onde atividades serão executadas de modo remoto, padrões de segurança da informação e de tecnologia da informação para evitar a perda ou o vazamento de informação, ataques externos e tentativas de invasão, como *firewall*, *DLP (Data Loss Prevention)* e sistemas antivírus.

15.2.2. Garantir a segurança das informações confidenciais e proprietárias do Tribunal, caso houver, bem como não divulgar e nem fornecer a terceiros quaisquer dados e informações que tenha recebido do Tribunal.

15.2.3. Manter, em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou extinção do Contrato, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, as informações obtidas em razão de sua execução ou da relação contratual mantida com o Tribunal, em especial as referentes:

- a) à política de segurança adotada pelo Tribunal e às configurações de hardware e de software decorrentes;
- b) ao processo de instalação, configuração de produtos, ferramentas e equipamentos; e
- c) a quaisquer dados e informações armazenadas em sistemas do Tribunal, incluindo os relativos aos sistemas integrados ou migrados.

15.2.4. Garantir que a estrutura computacional do Tribunal não seja utilizada para fins diversos daqueles do objeto relacionado à prestação do serviço.

15.2.5. Monitorar a segurança da informação, no que tange à prevenção de acessos não autorizados, tentativas de comprometimento da integridade e disponibilidade das informações, objeto deste Termo de Referência.

15.2.6. Assinar o **Termo de Confidencialidade da Informação** disposto no **ANEXO III** deste Termo de Referência.

15.2.7. Manter, nas dependências do Tribunal, seus empregados uniformizados e identificados por meio de crachá funcional da empresa com foto recente e visível, repondo-os em casos de eventuais extravios, desgastes ou danos, mantendo-o fixado em seu vestuário e em local de tenha fácil visualização.

15.2.8. Obedecer, rigorosamente, todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente de TI e de acesso as unidades do Tribunal.

15.2.9. Providenciar cópia das normas de segurança da informação e das demais normas disponibilizadas pelo Tribunal, para todos seu profissionais alocados na execução dos serviços, bem como zelar pela observância de tais normas (Resolução n. 088/2019-PR e Instrução n. 020/2017-PR).

15.2.10. Acompanhar as suas atualizações das políticas de segurança no portal do Tribunal. Neste caso, caberá ao(à) Gestor(a) do Contrato ou fiscais encaminhar tais normativos.

15.2.11. Não realizar a instalação de softwares ou aplicativos no momento do reparo, configuração ou recuperação dos equipamentos entregues à manutenção que não sejam necessários para o funcionamento da Solução.

15.2.12. Possuir nas suas instalações, onde as atividades serão executadas de modo remoto, padrões de segurança da informação e de tecnologia da informação para evitar a perda ou o vazamento de informação, ataques externos e tentativas de invasão, como *firewall* e sistemas antivírus.

15.2.13. Manter o controle da segurança física e lógica de seus ambientes operacionais, estabelecendo as políticas de segurança a serem aplicadas aos serviços contratados, mantendo, ainda, em seus quadros técnicos, especialistas em segurança da informação, bem como prover serviços específicos de prevenção e reação a incidentes de segurança em Tecnologia da Informação.

15.2.14. Fornecer aos seus colaboradores equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços.

15.2.15. Notificar imediatamente o Tribunal, sempre que for detectada ameaça ou ataque à Solução contratada, informando o tipo da ocorrência, a ação de resposta e as recomendações pertinentes.

15.2.16. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela [Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa](#).

15.2.17. Utilizar bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima das recomendadas pelas normas técnicas.

15.2.18. Cumprir e fazer cumprir todas as normas sobre medicina e engenharia de segurança do trabalho. Tudo o que se referir a Segurança do Trabalho dos empregados será de inteira responsabilidade da Contratada (de conformidade com o que preceitua a NR-18 do Ministério do Trabalho, ou outra que vier substituí-la).

15.3. Obrigações de sustentabilidade

15.3.1. Atender, no que couber, as recomendações contidas nos seguintes normativos do Tribunal e CNJ: Resolução n. 143/2020 - Institui a Política de Sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia; Resolução n. 287-2023 - Dispõe sobre o O Plano de Logística Sustentável - PLS do Poder Judiciário do Estado de Rondônia - PJRO e as competências da comissão gestora do PLS (CGPLS) e do Núcleo de acessibilidade, inclusão e gestão socioambiental (Nages); Resolução n. 550/2024-CNJ - Dispõe sobre a Política de Sustentabilidade no Âmbito do Poder Judiciário.

15.3.2. Fornecer, em formato digital, todos documentos ou artefatos gerados em razão do Contrato, salvo manifestação explícita do Tribunal.

15.3.3. Apresentar a documentação dos produtos que integram a presente Solução, preferencialmente, na língua portuguesa do Brasil.

15.3.4. Dar preferência ao uso de bens constituídos por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2.

15.3.5. Garantir que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima das recomendadas pelas normas técnicas.

15.3.6. Coibir atitudes discriminatórias ou preconceituosas de qualquer natureza, em relação a etnia, a sexo, a religião, a estado civil, a orientação sexual, a faixa etária ou a condição física especial, intimidação, hostilidade ou ameaça, humilhação por qualquer motivo ou assédio moral e sexual.

15.3.7. Manter a operação plena e contínua do sistema de CFTV, incluindo o funcionamento das câmeras, gravação, analytics, armazenamento em nuvem e link de internet dedicado, assegurando disponibilidade mínima de 98% e suporte técnico especializado.

15.3.8. Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, incluindo práticas de logística reversa.

15.3.9. Observar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, incluindo práticas de logística reversa, conforme o caso.

15.4. Obrigações técnicas

15.4.1. Prover, manter e garantir a plena operação da infraestrutura tecnológica necessária à Solução contratada.

15.4.2. Fornecer, instalar, configurar e manter todos os componentes necessários ao funcionamento contínuo da Solução, incluindo hardware, software, conectividade, proteção elétrica e acessórios de instalação.

15.4.3. Garantir a manutenção corretiva, preventiva e/ou reposição imediata de equipamentos ou módulos que apresentem falhas, assegurando a continuidade do serviço sem ônus adicional ao Tribunal.

15.4.4. Disponibilizar todas as licenças de software necessárias para o funcionamento da Solução (VMS, analytics, gravação e backup em nuvem), devidamente atualizadas e legalizadas.

15.4.5. Assegurar atualizações corretivas, evolutivas e de segurança de todos os sistemas e softwares fornecidos, sem custos adicionais.

15.4.6. Prover suporte técnico especializado para configuração, esclarecimento de dúvidas e correção de falhas relacionadas ao software e demais componentes da solução.

15.4.7. Implementar mecanismos de criptografia de dados em trânsito (TLS 1.2 ou superior) e em repouso (AES-256), além de garantir a geração e manutenção de logs de auditoria imutáveis.

15.4.8. Adotar políticas de autenticação multifator (MFA) e segregação de perfis de acesso, assegurando controle e rastreabilidade das ações realizadas nos sistemas.

15.4.9. Garantir gravação local contingencial, utilizando mídia interna (microSD) nas câmeras, com replicação automática para storage central e backup em nuvem, assegurando redundância operacional.

15.4.10. Cumprir o prazo mínimo de retenção de 90 (noventa) dias consecutivos para as gravações, realizando exclusão automática após o período, mantendo registros de auditoria dos acessos e exclusões.

15.4.11. Monitorar continuamente a integridade e disponibilidade dos dados gravados, adotando medidas preventivas e corretivas para assegurar a recuperação em caso de falhas.

15.4.12. Executar manutenções corretivas e preventivas em toda a infraestrutura contratada, incluindo substituição de peças e equipamentos defeituosos, de modo a manter a Solução em pleno funcionamento.

15.4.13. Assegurar que todos os equipamentos fornecidos sejam homologados pela Anatel e pela ABNT, atendendo às normas técnicas e ambientais aplicáveis.

16. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

16.1. Conforme art. 117 da Lei n. 14.133/2021 e Instrução n. 146/2024-PR do Tribunal, o Contrato será acompanhado e fiscalizado pelos(as) seguintes servidores(as):

a) Gestor(a): Mirian Lameira Pereira Marcolino, e-mail: mirianlameira@tjro.jus.br, telefone: (69) 3309-6601;

b) Gestor(a) Substituto(a): Fabiano Sérgio Paiva Dias de Sá, e-mail: **paivadias@tjro.jus.br**, telefone: (69) 3309-6600;

c) Fiscal Técnico: Cristiano Batista Ramos, e-mail: **cristianoramos@tjro.jus.br**, telefone (69) 3309-6541;

d) Fiscal Técnico(a) Substituto(a): Fábio Dias Leite, e-mail: **fabio.leite@tjro.jus.br**, telefone: (69) 3309-6543;

e) Fiscal Demandante: Lucas Muniz Ferreira, e-mail: **lucas.muniz@tjro.jus.br**, telefone (69) 3309-6603;

f) Fiscal Demandante Substituto(a): Josué Passos de Melo, e-mail: **josue@tjro.jus.br**, telefone:(69) 3309-6604;

g) Fiscal Administrativo: Nilson Pinho, e-mail: **nilsonnn@tjro.jus.br**, telefone: (69) 3309-6601; e

h) Fiscal Administrativo Substituto(a): Francinilson da Silva Oliveira, e-mail: **francinilsonoliveira@tjro.jus.br**, telefone: (69) 3309-6601.

16.2. A fiscalização de que trata o subitem anterior não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada quanto aos danos causados diretamente ao Tribunal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato ou, ainda, resultante de imperfeições técnicas, vício redibitório ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior.

16.3. Os(As) Gestores(as) e os(a) Fiscais do Contrato poderão ser localizados na sede do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, com endereço na Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76801-330.

16.4. Compete ao(à) **Gestor(a) do Contrato**, além de outras atribuições, nos termos da lei:

a) acompanhar os prazos de execução e de vigência do Contrato, comunicando ao(à) contratado(a) e à unidade competente da Administração eventuais atrasos e encaminhando, em tempo hábil, expediente para a prorrogação do Contrato;

b) receber e conferir as faturas/notas fiscais ou documento equivalente emitidos pelo(a) contratado(a), e encaminhar, devidamente certificadas/atestadas ao setor competente, observando, previamente, se a fatura/nota fiscal ou documento equivalente apresentado pelo(a) contratado(a) refere-se ao objeto que foi efetivamente contratado;

c) emitir documento autenticando as notas fiscais, bem como certificar o recebimento do objeto adquirido/contratado;

d) encaminhar o processo à unidade competente para proceder a liquidação da despesa, alertando para a data limite para pagamento das faturas/notas fiscais ou documento equivalente;

e) elaborar a prorrogação de Contrato, se possível, junto à autoridade competente (ou às instâncias competentes), que deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas necessárias;

f) elaborar a comunicação à área competente para abertura de nova licitação, antes de finda a prestação de serviços e com antecedência razoável;

g) cuidar das alterações de interesse do(a) contratado(a), que deverão ser por ele(a) formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação, sendo que, no caso de pedido de prorrogação de prazo, deverá ser comprovado o fato impeditivo da execução;

h) esclarecer dúvidas e transmitir instruções ao(à) contratado(a), comunicando alterações de prazos, cronogramas de execução e especificações do projeto, inclusive solicitando ao setor competente da Administração, quando necessária a emissão de parecer técnico;

i) deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização ao(à) contratado(a), com base nos termos contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa do(a) contratado(a), acionando as instâncias superiores e/ou os órgãos públicos competentes quando o fato exigir;

j) verificar se a entrega de materiais ou a prestação do serviço está sendo executada em conformidade com o pactuado, no tocante a prazo, especificações, preço e quantidade; e

k) rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado.

16.5. Compete ao(à) **Fiscal Técnico(a)**, além de outras atribuições, nos termos da lei:

a) acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nos aspectos técnicos da solução, conforme o respectivo regramento técnico aplicável;

b) zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados;

c) ler atentamente o instrumento contratual e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

d) esclarecer dúvidas do(a) preposto(a)/representante do(a) contratado(a) que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

e) receber provisoriamente o objeto do Contrato, no prazo estabelecido, mediante termo circunstanciado

assinado pelas partes;

f) tomar conhecimento da Lei n. 14.133/2021, que estabelece Normas Gerais sobre Licitações e Contratos Administrativos, e da Resolução n. 468/2022-CNJ (Contratações de Soluções TIC), que regerão sua função;

g) informar ao(à) gestor(a) de Contrato, em tempo hábil, irregularidades passíveis de punição, nos termos do art. 156 da Lei n. 14.133/2021;

h) avaliar a qualidade dos serviços realizados ou dos bens entregues e justificativas, de acordo com os critérios de aceitação definidos em Contrato; e

i) orientar o(a) contratado(a), por intermédio do(a) preposto(a), sobre a correta execução do Contrato e, pelo mesmo meio, levar ao seu conhecimento as situações temerárias, recomendando medidas e estabelecendo prazo de resolução.

16.6. Compete ao(à) Fiscal Administrativo(a), além de outras atribuições, nos termos da lei:

a) acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) nos aspectos administrativos, conforme rotinas e procedimentos estabelecidos pelo TJRO e cláusulas do Contrato ou instrumento equivalente;

b) zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados;

c) tomar conhecimento da Lei n. 14.133/2021, que estabelece Normas Gerais sobre Licitações e Contratos Administrativos, e da Resolução n. 468/2022-CNJ (Contratações de Soluções de TIC), que regerão sua função;

d) manter cópia eletrônica, sempre que julgar necessário, do termo contratual e de todos os aditivos, se existentes, do edital da licitação, da especificação técnica, do projeto básico ou termo de referência, conforme o caso, juntamente com outros documentos que possam dirimir dúvidas originárias do cumprimento das obrigações assumidas pelo(a) contratado(a);

e) elaborar, por segurança, registro próprio e individualizado de cada Contrato em que conste o controle dos pagamentos e saldo;

f) realizar o acompanhamento e controle dos prazos previstos no instrumento contratual, sob sua responsabilidade, para a correta execução de seu objeto, não obstante as atribuições da DCC;

g) notificar ao(à) contratado(a) em qualquer ocorrência desconforme com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo);

h) verificar a regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e CAGEFIMP do(a) contratado(a) para fins de pagamento; e

i) orientar a Contratada, por intermédio do preposto, sobre a correta execução do Contrato e, pelo mesmo meio, levar ao seu conhecimento as situações temerárias, recomendando medidas e estabelecendo prazo de resolução.

16.7. Compete ao(à) Fiscal Demandante, além de outras atribuições, nos termos da lei:

a) a coordenação dos trabalhos necessários para a efetiva concretização de demanda de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação;

b) acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nos aspectos operacionais, incluindo a fiscalização "*in loco*";

c) zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados;

d) procurar auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas para dirimir eventuais dúvidas e esclarecimentos;

e) tomar conhecimento da Lei n. 14.133/2021, que estabelece Normas Gerais sobre Licitações e Contratos Administrativos, e da Resolução n. 468/2022-CNJ (Contratações de Soluções TIC), que regerão sua função; e

f) orientar o(a) contratado(a), por intermédio do(a) preposto(a), sobre a correta execução do Contrato e, pelo mesmo meio, levar ao seu conhecimento as situações temerárias, recomendando medidas e estabelecendo prazo de resolução

17. DA GARANTIA CONTRATUAL

17.1. A Contratada deverá, no prazo de até **10 (dez) dias úteis** contado a partir do primeiro dia útil após a data da última assinatura do Contrato pelas partes, prorrogável por igual período, a critério do Tribunal, prestar garantia de **5% (cinco por cento)** sobre o seu respectivo valor anual estimado, em nome do **Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU, CNPJ n. 10.466.386/0001-85**, caso o valor estimado do Contrato seja igual ou superior ao dobro do valor previsto no art. 70, inciso III, da Lei n. 14.133/2021, atualizado conforme a disposição contida no art. 182 do mesmo normativo legal, podendo optar por uma das seguintes modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei n. 14.133/2021:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária, emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil; ou

d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

17.1.1. Se a opção de garantia recair em caução em dinheiro, seu valor será depositado junto a uma instituição financeira, na conta indicada pela Divisão de Contratos e Convênios (DCC/TJRO).

17.1.2. Se a opção de garantia se fizer na modalidade seguro-garantia ou título de capitalização, a apólice ou o título respectivo deverá ser expedido exclusivamente por qualquer das entidades controladas e fiscalizadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Deverá ser apresentado o número com que a apólice ou endosso, ou o título tenha sido registrado na SUSEP.

17.1.3. Quando a garantia for apresentada na modalidade fiança bancária, o instrumento respectivo deverá ser expedido exclusivamente por qualquer das entidades controladas e fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil e deverá ser cumprida e exequível na cidade de Porto Velho/RO.

17.1.4. Caso a garantia seja apresentada na forma de título de capitalização, deverá ser na modalidade Instrumento de Garantia, nos termos da Circular Susep n. 656/2022.

17.1.5. A garantia, nas modalidades seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, deverá ser apresentada ao Tribunal com validade não inferior a **90 (noventa) dias corridos** além da vigência contratual.

17.1.6. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.

17.1.7. A garantia, na modalidade caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, será devolvida à Contratada no prazo de **até 90 (noventa) dias corridos**, contado do término da vigência da garantia da Solução adquirida.

17.2. Na hipótese de suspensão do Contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a Contratada ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro, até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

17.3. Se, por qualquer razão, for necessária a alteração do Contrato, a Contratada ficará obrigada, caso necessário, a providenciar a complementação ou substituição da garantia, conforme a modalidade que tenha escolhido, devendo fazê-lo no prazo de **até 10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da notificação expedida pelo Tribunal.

17.4. Se a garantia apresentada, conforme o caso, deixar de ser hábil para o fim a que se destina, o Tribunal notificará a Contratada, para que a substitua no prazo de **até 10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da notificação.

17.5. Se a Contratada desatender qualquer dos prazos acima referidos incorrerá na multa de **5% (cinco por cento)** sobre os seguintes valores:

a) valor anual do Contrato, no caso de descumprimento do subitem **17.1** deste Termo de Referência; e

b) valor a ser complementado ou substituído, no caso de descumprimento do subitem **17.3** ou **17.4** deste Termo de Referência.

17.5.1. Além da multa prevista no subitem **17.5** deste Termo de Referência, a Contratada poderá ser responsabilizada por eventuais perdas ou prejuízos causados ao Tribunal, salvo na ocorrência de motivo aceitável justificado tempestivamente até o último dia do prazo. Nesse caso, o Tribunal indicará novo prazo à Contratada, que deverá cumpri-lo, caso contrário sofrerá a penalidade acima referida.

17.6. A garantia responderá pelo inadimplemento das condições contratuais, pelos danos ou prejuízos causados ao Tribunal e pelas eventuais multas ou penalidades aplicadas, podendo ainda reter créditos decorrentes do Contrato, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais.

17.7. O Tribunal executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

17.7.1. O emitente da garantia ofertada pela Contratada deverá ser notificado pelo Tribunal quanto ao início de processo administrativo para apuração de eventual descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n. 14.133/2021).

17.7.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao Contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n. 662/2022.

17.8. Uma vez aplicada multa à Contratada, e realizado o desconto do valor apresentado como garantia, o Tribunal poderá convocá-la para que complemente aquele valor inicialmente oferecido.

17.9. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de

importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Tribunal, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do Contrato.

17.10. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do Contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

17.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Tribunal, com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

17.12. Desde já, a Contratada autoriza o Tribunal a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.

17.13. No caso de extinção do Contrato determinada por ato unilateral e escrito do Tribunal, nos casos enumerados no art. 137, incisos I a IX da Lei n. 14.133/2021 (havendo culpa da Contratada), a garantia será executada para ressarcimento do Tribunal, referente aos valores das multas e indenizações a ela porventura devidos, conforme art. 139, inciso III da referida Lei.

17.14. Quando a extinção ocorrer pelos motivos relacionados no art. 137, § 2º, incisos I a V da Lei n. 14.133/2021 (sem que haja culpa da Contratada), a Contratada será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda o direito à devolução da garantia, aos pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção e ao pagamento do custo da desmobilização (conforme art. 138, § 2º da referida Lei).

17.15. Quando a garantia contratual for na modalidade caução em dinheiro, a restituição dar-se-á mediante crédito na mesma conta corrente utilizada para liquidação da despesa decorrente da execução do Contrato. Quando nas modalidades seguro-garantia, fiança bancária e título de capitalização a restituição far-se-á de ofício, após a execução do Contrato.

18. DAS PENALIDADES E GLOSAS

18.1. Havendo recusa da empresa em assinar o Contrato ou instrumento equivalente, será aplicada multa de **5% (cinco por cento)** sobre o seu respectivo valor total estimado, além de recair-lhe a responsabilidade por eventuais perdas ou prejuízos causados ao Tribunal.

18.1.1. O prazo para recolhimento da multa e/ou do ressarcimento por eventuais perdas ou prejuízos será de **até 30 (trinta) dias corridos**, contado do primeiro dia útil após o recebimento de notificação pela empresa.

18.2. O atraso injustificado **para a realização da reunião de alinhamento e/ou apresentação do Projeto de Implantação da Solução**, conforme disposições contidas nos **subitens 13.1.1 e/ou 13.2.1** deste Termo de Referência, sujeitará à Contratada a multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor total estimado do Contrato, até o 10º (décimo) dia corrido contado a partir do primeiro dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia corrido poderá cumprir-se o disposto no subitem **18.11** deste Termo.

18.3. O atraso injustificado **para a disponibilização da Solução**, conforme disposição contida no **subitem 13.3.1** deste Termo de Referência, sujeitará à Contratada a multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total estimado do Contrato, até o 10º (décimo) dia corrido contado a partir do primeiro dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia corrido poderá cumprir-se o disposto no subitem **18.11** deste Termo.

18.4. O atraso injustificado **para a regularização pertinente**, conforme disposição contida no **subitem 13.5.6** deste Termo de Referência, sujeitará à Contratada a multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total estimado do Contrato, até o 10º (décimo) dia corrido contado a partir do primeiro dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia corrido poderá cumprir-se o disposto no subitem **18.11** deste Termo.

18.5. O atraso injustificado **a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica**, conforme disposição contida no **subitem 15.1.9** deste Termo de Referência, sujeitará à Contratada a multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor total estimado do Contrato, até o 10º (décimo) dia corrido contado a partir do primeiro dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia corrido poderá cumprir-se o disposto no subitem **18.11** deste Termo.

18.6. A falta de comunicação da **alteração do endereço de e-mail**, conforme disposição contida no **subitem 15.1.13.1** deste Termo de Referência, sujeitará à Contratada a multa de 1% (um por cento) sobre o valor total estimado do Contrato.

18.7. Pelo não cumprimento dos prazos e indicadores previstos no **Acordo de Nível de Serviço** descrito no **subitem 13.7** deste Termo de Referência, a Contratada estará sujeita às glosas estabelecidas no referido subitem. A partir do quinto mês consecutivo ou intercalado de faturamento, caso haja aplicação de glosa pelo descumprimento de um mesmo Nível de Serviço, dentro de um intervalo de doze meses, contados a partir da última assinatura do Contrato, poderá ser aplicada a sanção disposta no **subitem 18.11** deste Termo.

18.8. A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução do objeto deste Termo de Referência, deverá, até o vencimento do respectivo prazo, apresentar justificativa por escrito e de forma digital ao(à) Gestor(a) do Contrato (**mirianlameira@tjro.jus.br**), **juntando documentos comprobatórios dos fatos alegados, bem como a indicação do novo prazo que considerar necessário para a execução da obrigação**, ficando a critério do Tribunal a sua aceitação.

18.9. Vencido o prazo estipulado, o Tribunal oficiará à Contratada, comunicando-lhe a data limite/hora para a execução. A partir da data/hora limite considerar-se-á recusa, podendo ser aplicada a sanção de que trata o subitem **18.12** deste Termo de Referência.

18.10. A execução do objeto deste Termo de Referência até a data/hora limite de que trata o subitem anterior não isenta a Contratada das respectivas multas previstas nos subitens **18.2, 18.3, 18.4 e 18.5** deste Termo.

18.11. Pelo descumprimento parcial do compromisso pela Contratada, o Tribunal poderá extinguir o Contrato e/ou aplicar multa de **5% (cinco por cento)** sobre o seu respectivo valor total estimado.

18.12. Pelo descumprimento total do compromisso pela Contratada, o Tribunal poderá extinguir o Contrato e/ou aplicar multa de **15% (quinze por cento)** sobre o seu respectivo valor total estimado.

18.13. As multas mencionadas nos subitens anteriores serão cumulativas.

18.14. As multas devidas, bem como os prejuízos causados ao Tribunal não possuem caráter indenizatório e serão deduzidas dos valores a serem pagos ou recolhidos na forma da Lei e o seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

18.15. A Contratada inadimplente, quando não tiver valores a receber do Tribunal, terá o prazo de **até 30 (trinta) dias corridos**, após o recebimento de notificação, para recolhimento da multa ou para o ressarcimento de danos ou prejuízos a ele causados.

18.16. A aplicação de multa e/ou a extinção do Contrato não impede que o Tribunal aplique à empresa as demais sanções previstas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021 (advertência, impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) e serão precedidas de processo administrativo mediante o qual se garantirá a ampla defesa e o contraditório.

18.17. Cautelarmente, o Tribunal poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, antes da instauração do regular procedimento administrativo.

19. DA ALTERAÇÃO, DO REAJUSTE DE PREÇOS, DA INEXECUÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

19.1. O Contrato poderá ser **alterado**, com as devidas justificativas, conforme art. 124 da Lei n. 14.133/2021.

19.1.1. A revisão contratual (revisão de preços ou recomposição) é cabível diante de fatos supervenientes à formulação da proposta e externos à relação contratual, imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, podendo se dar tanto a favor da Contratada quanto da Administração.

19.1.2. Caso a Contratada requeira a revisão de preços contratados, o pedido deverá ser obrigatoriamente formalizado e instruído, no mínimo, com os seguintes documentos:

a) ofício circunstanciado, subscrito pelo representante legal da Contratada ou outra pessoa devidamente constituída por meio de procuração, contendo exposição detalhada e fundamentada dos fatos supervenientes que motivam o pleito de revisão contratual, com a respectiva indicação dos impactos ocorridos no equilíbrio econômico-financeiro do Contrato;

b) planilha de custos demonstrando a equação econômico-financeira original apresentada na proposta de preços que fundamentou a contratação;

c) planilha de custos atualizada, contendo a nova composição de custos que reflete a situação presente do Contrato, evidenciando os efeitos dos fatos supervenientes alegados; e

d) documentos comprobatórios idôneos que evidenciem a ocorrência e a veracidade dos fatos supervenientes apresentados, capazes de demonstrar de modo claro e objetivo a necessidade de revisão contratual.

19.1.3. O Tribunal deverá analisar o pedido de revisão contratual, verificando:

a) se os fundamentos da imprevisibilidade suscitados pela Contratada efetivamente configuram fato superveniente e álea extraordinária, que guarda nexos causal com a variação de preços, apta a inviabilizar a execução contratual nos termos originalmente pactuados;

b) se foram apresentados documentos que comprovam que a Contratada efetivamente arcou com os ônus da oscilação de preços durante o período respectivo;

c) quando o pedido se embasar na oscilação de preços de apenas alguns itens, se eventuais oscilações de preços de outros insumos reduziram os encargos da Contratada, de modo a manter equilíbrio econômico-financeiro do Contrato como um todo;

d) se o pedido se fundamenta em algum fator de risco alocado no Contrato e sob a responsabilidade da Contratada;

e) se houve culpa da Contratada pela majoração dos seus encargos e/ou se ela deu causa a atrasos injustificáveis; e

f) qual o saldo remanescente posterior ao fato gerador.

19.1.4. No curso da análise do pedido de revisão contratual apresentado pela Contratada, o Tribunal poderá requerer informações ou documentos adicionais.

19.1.5. Cabe ao Tribunal confrontar os preços apresentados pela Contratada com os valores praticados no mercado, mediante realização de pesquisa própria.

19.1.6. A Contratada deverá formular seu pedido de revisão previamente à prorrogação ou à extinção do Contrato, sob pena de preclusão, na forma do art. 131, parágrafo único, da Lei Federal n. 14.133/2021.

19.1.7. A revisão deve se dar, em regra, com efeitos retroativos, a contar da data do evento que ocasionou a alteração da equação econômico-financeira da proposta, devendo a Contratada formular o pedido tão logo tenha conhecimento da repercussão dos fatos supervenientes.

19.1.8. A mera variação de preços ou flutuação cambial não é, por si só, suficiente para justificar a revisão contratual.

19.1.9. Eventual pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato deverá ser analisado e respondido pelo Tribunal, no prazo de **até 60 (sessenta) dias corridos**, contado a partir da instrução completa do requerimento pela Contratada.

19.2. A periodicidade para eventual reajuste de preços do Contrato será anual, contando-se a partir da data do orçamento estimado, ou do último reajuste, adotando-se como parâmetro o **IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado)**, **calculado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV**, ocorrido nos últimos doze meses, e ainda, os preços praticados no mercado e a negociação entre as partes.

19.3. Observadas as demais disposições constantes no Capítulo VIII, Título III, da Lei n. 14.133/2021, a **extinção** do Contrato:

a) poderá ser declarada unilateralmente pelo Tribunal, se a Contratada inexecutar obrigação contratual (total ou parcialmente), ou se houver a incidência de algum dos casos previstos no art. 137, incisos I a IX, da Lei n. 14.133/2021, conforme disposto no art. 138 da referida Lei; e

b) poderá ser declarada unilateralmente pelo Tribunal se durante a vigência do Contrato sobrevier em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, bem como atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, conforme Resolução n. 7/2005 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e art. 14, inciso IV, da Lei n. 14.133/2021; e

c) poderá ocorrer consensualmente ou por via judicial, conforme disposto no art. 138, incisos II e III, da referida Lei.

19.4. Se a extinção for unilateral ou consensual, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente. Em qualquer caso de extinção, constará nos autos a respectiva e formal motivação, assegurando-se a ampla defesa e o contraditório.

20. DO FATURAMENTO

20.1. A Contratada deverá emitir a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente em nome do **Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU, CNPJ n. 10.466.386/0001-85**. Endereço: Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76801-330.

20.1.1. Nas operações de saída de mercadoria ou de prestação de serviço sujeita à incidência de ICMS, a Contratada deverá consignar, no campo de informações gerais da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, o número da inscrição do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ n. 04.801.221/0001-10), em atendimento à Lei Estadual n. 3.490/2014.

21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento será efetuado em **30 (trinta) dias consecutivos**, contados a partir da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, conforme **Item 20** deste Termo de Referência, desde que o objeto tenha sido executado.

21.1.1. O pagamento será realizado de forma mensal.

21.1.2. A execução dos serviços e o pagamento estarão limitados ao prazo de vigência do Contrato.

21.1.3. Nos casos de apresentação de nota fiscal ou documento de cobrança equivalente em desacordo ao contratado ou com irregularidades, ausência da documentação necessária ao pagamento, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para o pagamento será interrompido, retirando-se a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente do sistema de Ordem Cronológica de Pagamentos, até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não implicando qualquer ônus para o Tribunal. Após a regularização das falhas e omissões, o crédito excluído será reinserido na Ordem Cronológica de Pagamentos, reiniciando-se a contagem do prazo, não podendo este fato ensejar direito de reajuste de preços ou de atualização monetária.

21.1.4. O Tribunal poderá descontar da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente **do período (mês)**, valores decorrentes de indenização, multas, glosas ou quaisquer prejuízos causados na execução do Contrato.

21.1.5. A emissão da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente dos serviços mensais deverá ocorrer no mês seguinte à execução dos serviços.

21.1.6. Os efeitos financeiros para fins de pagamento mensal terão início a partir do recebimento definitivo a ser realizado após a implantação da Solução em cada unidade disposta no **ANEXO II (Localidades de Instalação dos Componentes da Solução)** deste Termo de Referência.

21.2. O pagamento será efetuado mediante **crédito** na conta corrente indicada pela Contratada, em sua proposta.

21.3. Haverá retenção de tributos na forma da legislação em vigor, devendo a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente destacar os valores correspondentes com ISSQN e/ou IRRF.

21.4. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

21.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Tribunal, entre a data prevista para o pagamento até a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, serão calculados por meio da aplicação da fórmula: **EM = I x N x VP**, e quitados mediante apresentação de nota fiscal própria ou documento de cobrança equivalente, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$	$I = (6/100)/365$	$I = 0,00016438$
-------------	-------------------	------------------

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6% (seis por cento).

22. DA SUSTENTABILIDADE

22.1. Considerando a atuação institucional do Tribunal na promoção de políticas de responsabilidade social e ambiental, além da inclusão de critérios de sustentabilidade nas especificações do objeto, foram previstas, no subitem **15.3** deste Termo de Referência, as obrigações pertinentes à Contratada.

23. DA PROTEÇÃO DE DADOS

23.1. Em conformidade com a Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e a Resolução n. 363/2021, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, as partes obrigam-se a observar integralmente as normas referentes ao tratamento de dados pessoais relacionadas ao objeto deste Termo de Referência. Comprometem-se, ainda, a resguardar os direitos e garantias fundamentais, especialmente quanto à liberdade, privacidade e confidencialidade das informações, em estrita observância à legislação aplicável.

24. DOS ANEXOS

24.1. São partes integrantes do presente Termo de Referência:

a) ANEXO I - Especificação Técnica e Quantitativos;

b) ANEXO II - Localidades de Instalação dos Componentes da Solução; e

c) ANEXO III - Termo de Confidencialidade da Informação.

Mirian Lameira Pereira Marcolino

Matrícula 207268
Integrante Demandante

Cristiano Batista Ramos

Matrícula 500701
Integrante Técnico

José Leonardo Gomes Donato

Matrícula 203349
Integrante Administrativo

ANEXO I

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA E QUANTITATIVO

Grupo	Item	Descrição	Quantidade/Unidade	Valor unitário do item (R\$)	Valor Total do Item (R\$)
1	1	Ponto de Câmera IP Tipo 1 - Bullet.	50 un		
	2	Ponto de Câmera IP Tipo 2 - Fisheye.	51un		
Valor Total do Item/Grupo: R\$					

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

1. Requisitos de Arquitetura da Informação

1.1. Vocabulário e Padrões

a) **Nomenclatura única de ativos:**

Cada ativo deverá seguir o padrão CAM <UF> <Local> <Tipo> <Seq>.
Exemplo: CAM_RO_TRIBUNAL_SALA_01_FISH (Fisheye na sala de audiência).

b) **Metadados mínimos por dispositivo/câmera:**

CameraID, Modelo, Serial, IP, MAC, RTSP_URL, ONVIF_Profile, Local/Sala, Tipo (Fisheye/Bullet), PoE_Port, FirmwareVersion, DataInstalacao, Responsavel, Permissoes, AnaliticosAtivos, PoliticaRetencao.

c) **Dicionário de eventos / severidade:**

Padronização de nomes e níveis (INFO / WARNING / ALERT / CRITICAL) para todos os eventos registrados (offline, perda de frames, analytics trigger, LPR match, acesso não autorizado).

d) **Formato e fuso horário:**

Todos os timestamps e arquivos gravados deverão seguir o padrão ISO-8601, com fuso horário UTC + offset local, sincronizados via NTP.

1.2. Cadeia de Custódia e Metadados Forenses

- a) Cada frame/instantâneo deve conter assinatura digital ou watermark para garantir autenticidade e não-repúdio.
- b) Logs de acesso e auditoria centralizados, registrando usuário, data/hora e ação realizada, com retenção durante a vigência do contrato.
- c) Exportação forense: possibilidade de exportar imagens e vídeos com carimbo e código preservando a originalidade do conteúdo.

1.3. Políticas de Retenção e Exclusão Automática

- a) Backup em nuvem com retenção obrigatória de 90 (noventa) dias.
- b) Exclusão automática de dados no 91º dia, com registro de operação em log auditável.

2. Requisitos de Arquitetura Tecnológica

2.1. Software - VMS (Video Management System)

- a) A contratada será integralmente responsável pelo fornecimento, gestão e manutenção das licenças necessárias para operação do VMS, incluindo licenciamento por canal/câmera.
- b) Licenciamento mínimo: 101 câmeras, contemplando visualização e gravação.
- c) A contratada deverá comprovar formalmente a legalidade do licenciamento, mediante documentação oficial emitida pelo fabricante ou sublicenciamento autorizado.
- d) Ferramenta de gestão de licenças/ativação online/offline deverá ser fornecida.

2.2. Hardware mínimo esperado

- a) **Câmeras:** Tipo 1 (Bullet) e Tipo 2 (Fisheye). As especificações detalhadas de cada modelo encontram-se descritas no subitem 2.7.1. **deste ANEXO I.**
- b) **Switch PoE e Rack :** Equipamento de comutação de rede com portas compatíveis com o padrão IEEE 802.3af/at, capaz de prover alimentação elétrica (Power over Ethernet) às câmeras IP conforme a demanda do projeto. O conjunto deverá ser devidamente instalado em rack metálico padrão, com organização e ventilação adequadas, assegurando acesso, manutenção e dissipação térmica apropriados aos equipamentos de rede.
- c) **Proteção elétrica:** UPS/nobreak, aterramento e proteção contra surtos, conforme especificações do Caderno Técnico.

2.3. Rede e Conectividade

- a) **Capacidade mínima de uplink por câmera:** 8 Mbps + 30% de margem, conforme fórmula:
(Número de câmeras × 8 Mbps) + 30% de margem.
Exemplo: 1 câmera → 10,4 Mbps mínimo.

2.4. Infraestrutura de Nuvem e Servidores do VMS

2.4.1. A infraestrutura de computação em nuvem necessária para o pleno funcionamento da solução será de responsabilidade integral da Contratada, incluindo todos os componentes de processamento, armazenamento, rede, segurança, gerenciamento e disponibilidade necessários à execução do serviço.

2.4.2. Deverá ser disponibilizado ambiente em nuvem capaz de hospedar todos os sistemas e serviços relacionados ao VMS (Video Management System), bem como seus módulos complementares (gravação, backup, autenticação e auditoria), garantindo alta disponibilidade, escalabilidade e conformidade com os requisitos de segurança da informação estabelecidos neste Termo de Referência.

2.4.3. A Contratada deverá assegurar:

- a) Hospedagem em datacenters localizados no território nacional, certificados no mínimo com ISO 27001 ou equivalente;
- b) Responsabilidade total pela gestão e manutenção dos servidores virtuais ou físicos que compõem o ambiente do VMS, incluindo sistema operacional, patches de segurança, banco de dados e serviços auxiliares;
- c) Monitoramento contínuo (24x7) da infraestrutura e dos serviços hospedados, com mecanismos de alerta e mitigação de falhas;
- d) Criptografia de dados em repouso (AES-256) e em trânsito (TLS 1.2 ou superior), com chaves gerenciadas pela contratada;
- e) Backup automático dos dados e configurações críticas, respeitando o prazo mínimo de retenção definido neste documento;
- f) Isolamento lógico entre os ambientes de diferentes clientes, garantindo que nenhuma informação do TJRO seja compartilhada com terceiros; e
- g) Responsabilidade por custos operacionais e licenças relacionadas à infraestrutura em nuvem, sem ônus adicional ao TJRO.

2.4.4. O TJRO atuará apenas no acompanhamento e fiscalização dos serviços, sem necessidade de prover infraestrutura própria para suporte à solução hospedada.

2.5. Armazenamento e Backup

- a) **Arquitetura híbrida:** a gravação local será realizada nos **cartões de memória** microSD/microSDHC/microSDXC das próprias câmeras, conforme especificado no *subitem 2.7*, garantindo armazenamento temporário em caso de perda de conectividade.
- b) Suporte a failover e sincronização automática (self-healing).
 - b.1) **Replicação e sincronização:** os dados gravados localmente serão replicados diretamente para storage em nuvem (sistema de armazenamento centralizado na nuvem que consolida todos os vídeos das câmeras), com retenção mínima de 90 dias.
- c) **Segurança e conformidade:** os dados devem ser armazenados criptografados (AES-256 em repouso e TLS 1.2+ em trânsito) e a exclusão automática de backups após 90 dias deve ser auditável, conforme políticas descritas no subitem 1.3. Políticas de Retenção e Exclusão Automática.
- d) Criptografia: AES-256 em repouso e TLS 1.2+ em trânsito.
- e) Exclusão automática de backups **após 90 dias, com registro de operação em logs auditáveis.**

2.6. Conectividade com o Sistema VMS

- a) O acesso ao Sistema de Gerenciamento de Vídeo (VMS) deverá ser realizado, **preferencialmente, por meio de portal Web**, utilizando canal criptografado com certificado digital válido emitido por autoridade certificadora reconhecida.
- b) Alternativamente, a contratada poderá disponibilizar conexão VPN dedicada, garantindo acesso seguro dos usuários autorizados à ferramenta VMS.
- c) Em ambos os cenários, deverão ser observados os requisitos de segurança já estabelecidos neste documento, incluindo criptografia em trânsito (TLS 1.2 ou superior), autenticação multifator (MFA) e registro de logs de acesso imutáveis.

2.7. Requisitos Específicos para Modelos de Câmeras

2.7.1. Tipo 1 - Bullet

- a) Resolução: 5 MP (2592 × 1944)
- b) Sensor: 1/2.7" Progressive Scan CMOS
- c) Sensibilidade: 0,003 Lux (color, F1.4, AGC ON), 0 Lux com IR ligado
- d) Compressão: H.265+, H.265, H.264+, H.264, MJPEG
- e) Streams: até 4 streams
- f) Shutter: 1/3 s a 1/100.000 s
- g) WDR: 120 dB True WDR
- h) Armazenamento local: microSD até 256 GB (com criptografia)
- i) Alarmes: 1 entrada / 1 saída
- j) Áudio: entrada e saída
- k) Proteção: IP67
- l) Alimentação: PoE 802.3af (8,5 W) ou 12VDC
- m) Funções inteligentes: análise de vídeo básica

2.7.2. Tipo 2 - Fisheye

- a) Resolução: 6 MP (3072 × 2048 @30fps) ou superior
- b) Sensor: 1/1.8" Progressive Scan CMOS
- c) Sensibilidade: 0,3 Lux
- d) Compressão: H.265+, H.265, H.264+, H.264, MJPEG
- e) Shutter: 1 s a 1/100.000 s
- f) WDR: Digital
- g) Armazenamento local: microSD 128 GB
- h) Áudio bidirecional (microfone embutido + alto-falante)
- i) Alarmes: 1 entrada / 1 saída
- j) Proteção: IP67 + IK10
- k) Alimentação: PoE 802.3at (15 W) ou 12VDC
- l) IR: até 15 m
- m) Funções inteligentes: detecção de movimento, contraste, dia/noite

2.8. Estimativa Prática de Banda e Armazenamento

2.8.1. Upload por localização:

Tabela 1 (Estimativa de Upload por localidade)

Localização	Quant. de equipamentos	Requisito Mínimo de Largura de Banda de Upload (Mbps).
Ariquemes	4	41,6
Alta Floresta D'Oeste	4	41,6
Buritis	2	20,8
Cacoal	6	62,4
Colorado D'Oeste	2	20,8
Costa Marques	2	20,8
Guajará Mirim	6	62,4
Jaru	4	41,6
Ji Paraná	6	62,4
Machadinho D'Oeste	2	20,8
Nova Mamoré	2	20,8
Ouro Preto D'Oeste	2	20,8
Pimenta Bueno	2	20,8
Presidente Médici	2	20,8
Rolim de Moura	10	104
São Francisco do Guaporé	4	41,6
Vilhena	8	83,2
Porto Velho	33	343,2
Nota: Os valores acima correspondem à estimativa por equipamento.		

2.8.2.1. Infraestrutura de armazenamento escalável, com exclusão automática, quotas por câmera e monitoramento de integridade, de responsabilidade da contratada.

- Retenção obrigatória:** 90 (noventa) dias.
- Bitrate de referência:** 8 Mbps por câmera + 30% de margem.
- Volume utilizado em ambientes similares:** até 100 TB.

2.9. Segurança, Conformidade e LGPD

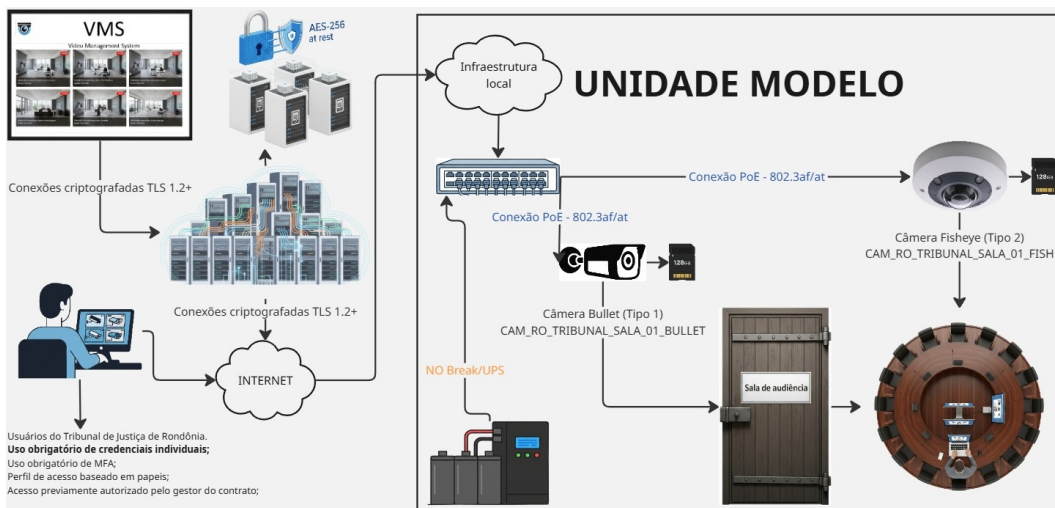
- a) Dados hospedados em datacenters no território nacional (Brasil).
- b) Implementação **obrigatória de MFA** para todos os usuários.
- c) **Criptografia** AES em repouso, TLS em trânsito.
- d) **Logs de auditoria** imutáveis e monitoramento da integridade de arquivos.

2.10. Infraestrutura de Referência

2.10.1. A figura a seguir apresenta uma ilustração meramente exemplificativa da infraestrutura mínima esperada para a locação de equipamentos e sistema de Circuito Fechado de Televisão - CFTV em nuvem, para monitoramento de Salas de Audiências em Unidades Prisionais, Unidades Socioeducativas e Centros de Ressocialização do Estado de Rondônia, incluindo câmeras, sistema de gerenciamento de Vídeo (VMS), gravação, infraestrutura de rede, link de acesso dedicado à internet, backup, instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva.

2.10.2. A imagem não isenta a Contratada da responsabilidade integral sobre o fornecimento de todos os equipamentos, softwares e componentes necessários ao perfeito funcionamento da solução, mesmo que não estejam explicitamente representados.

Imagem 1 - Descrição Técnica da Infraestrutura Ilustrada



3. Composição dos Elementos da Solução

3.1. A solução deverá contemplar, no mínimo, os seguintes elementos:

3.1.1. Câmeras (CFTV)

- a) **Tipo 1 (Bullet):** resolução mínima 5 MP, suporte a compressão H.265+/H.265/H.264+, WDR ≥ 120 dB, microSD interno para redundância, alimentação PoE (802.3af) ou 12VDC, proteção IP67, funções básicas de analytics.
- b) **Tipo 2 (Fisheye):** resolução mínima 6 MP, visão 360°, áudio bidirecional, microSD interno, proteção IP67 + IK10, IR ≥ 15 m, alimentação PoE (802.3at).
- c) Cada câmera deverá ser registrada e gerenciada no VMS, com identificação única conforme padrão definido (ex.: CAM RO TRIBUNAL SALA 01 BULLET).

3.1.2. Switch PoE Gerenciável

- Padrões IEEE 802.3af/at.
- Capacidade de alimentar todas as câmeras do ponto de instalação.
- Suporte a VLANs, SNMP, QoS e monitoramento remoto.

3.1.3. Proteção Elétrica

- a) Nobreak/UPS dedicado, com autonomia mínima suficiente para manter câmeras, switch e SD-WAN em funcionamento durante quedas de energia, garantindo gravação contínua no microSD local.
- b) Aterramento e proteção contra surtos elétricos.

3.1.4. Infraestrutura de Conectividade

- a) Conexões criptografadas **TLS 1.2+** para tráfego de vídeo e dados.
- b) Criptografia em repouso (AES-256) para gravações e backups.
- c) Banda de uplink conforme fórmula definida no documento técnico (8 Mbps por câmera + 30% de margem).

3.1.5. Ambiente de Armazenamento e Backup

- a) Gravação local em microSD para contingência de perda de link.
- b) Replicação para storage centralizado e backup em nuvem com retenção mínima de 90 dias.
- c) Exclusão automática de dados após o prazo definido, com registro em log auditável.

3.1.6. Sistema de Gerenciamento de Vídeo (VMS) e licenças necessárias para operação do VMS, incluindo licenciamento por canal/câmera.

- a) Acesso remoto por usuários do TJRO mediante credenciais individuais, MFA obrigatório e controle de perfis de acesso baseados em papéis.
- b) Registro de logs de auditoria imutáveis (acessos, ações e exportações).
- c) Interface de operação web e/ou desktop, conforme especificações do fabricante.

3.1.7. Infraestrutura local - Pontos de Rede com Infraestrutura

- a) Refere-se ao ponto de rede com infraestrutura, apto para a instalação dos componentes do sistema de CFTV, cabendo à futura Contratada realizar a instalação dos equipamentos e garantir a manutenção corretiva da infraestrutura.
- b) A reinstalação ou mudança de posição de câmeras (CFTV) e demais componentes deverá ser executada pela Contratada no prazo máximo de até 7 (sete) dias corridos, contados a partir do recebimento do chamado de solicitação.
Caso não exista ponto de infraestrutura disponível na unidade de destino, competirá à Contratada adotar as providências necessárias para a instalação da infraestrutura completa, assegurando o pleno funcionamento do sistema.

ANEXO II

LOCALIDADES DE INSTALAÇÃO DOS COMPONENTES DA SOLUÇÃO

Item	Unidade	Quantitativos de salas da unidade	Cidade	Endereço
1	Centro de Ressocialização de Ariquemes	1	Ariquemes/RO	Linha C-75, KM 01, Zona Rural de Ariquemes.
2	Casa do Albergado e Presídio Feminino de Ariquemes	1		Rua: Caraíbas, Bairro: Setor das Grandes Áreas, nº: s/n - CEP: 76.870-000. Ponto de Referência: Em Frente ao Areal Bela Vista
3	Cadeia Pública de Alta Floresta do Oeste	1	Alta Floresta do Oeste/RO	Av. Amapá, s/n, Bairro Santa Felicidade - CEP 76.954-000. Anexo a Delegacia de Polícia Civil
4	Centro de Ressocialização de Alvorada do Oeste	1	Alvorada do Oeste/RO	RO 473 KM 2,5 Zona Rural, SENTIDO URUPÁ - CEP: 76.930-000
5	Centro de Ressocialização Jonas Ferreti	1	Buritis/RO	Estrada Projetada KM 7, Zona Rural - CEP: 76.880-000
6	Casa de Detenção de Cacoal	1		Av. Itapemerim, nº 421 Bairro Brizon - CEP 76915-000

7	Casa de Prisão Albergue de Cacoal	1	Cacoal/RO	Av. Afonso Pena, 3085 – Bairro Princesa Isabel - CEP 76.915-000
8	Centro Socioeducativo de Cacoal	1		Avenida Inderval José Brasil, nº 470 - Bairro Novo - Cacoal/RO
9	Cadeia Pública de Colorado do Oeste	1	Colorado do Oeste/RO	Av. Guaporé, 3465 – Bairro Santa Luzia CEP: 76993-000
10	Casa de Detenção de Costa Marques	1	Costa Marques/RO	Avenida Cabixi, nº 1666, Setor 01, CEP: 76.971-000
11	Casa de Detenção de Guajará Mirim	1	Guajará Mirim/RO	Av. Mascarenhas de Moraes, nº 1649, Bairro 10 de Abril
12	Casa de Detenção Feminina de Guajará Mirim	1		Av. Antonio Correia da Costa, s/n, Bairro Industrial
13	Unidade Prisional Semiaberto e Aberto Masculino de Guajará Mirim	1		Av. Mascarenhas de Moraes, nº 1649, Bairro 10 de Abril
14	Centro Regional de Ressocialização Augusto Simon Kempe	2	Jaru/RO	Rodovia RO 436, km 05, Zona Rural, CEP: 76.890-000
15	Penitenciária Agenor Martins de Carvalho	1	Ji-Paraná/RO	Estrada do Nazaré, km 4,6, Zona Rural - CEP: 76.909-623
16	Centro Socioeducativo de Ji Paraná	1		Av. Transcontinental, 5862 – Santiago (BR 364) - Ji-Paraná/RO - CEP: 76.914-878
17	Casa de Detenção de Ji-Paraná	1		Avenida Dois de Abril, Bairro Urupá (em frente ao Vera Cruz) CEP: 76900-114
18	Centro de Ressocialização de Machadinho do Oeste	1	Machadinho do Oeste/RO	RO 133 Km 06, Bairro: Zona Rural, N°: s/n - CEP: 76868-000
19	Penitenciária Regional de Nova Mamoré	1	Nova Mamoré/RO	BR 425, Km 40 – Área Rural, CEP: 76850-000
20	Casa de Detenção de Ouro Preto do Oeste	1	Ouro Preto do Oeste/RO	Rua Padre Adolpho Rhol, 793, Bairro Jardim Bandeirantes, CEP: 76.920-000
21	Casa de Detenção de Pimenta Bueno	1	Pimenta Bueno/RO	Avenida Presidente Dutra, s/n, Bairro Pioneiros - CEP: 76.970-000. Anexo a Delegacia de Polícia Civil
22	Cadeia Pública de Presidente Médici	1	Presidente Médici/RO	Rua Minas Gerais, nº 2776 – Bairro Centro, CEP: 76.916-000
23	Casa de Prisão Semiaberto de Rolim de Moura - Central de Monitoramento	1	Rolim de Moura/RO	Rua Barão de Melgaço, 3507 – Bairro Planalto - CEP: 76.940-000
24	Penitenciária Regional de Rolim de Moura	2		Rua H, nº 6399 – Bairro Cidade Alta - CEP: 76.940-000
25	Unidade Socioeducativa de Rolim de Moura	1		Av. Rio Madeira, 5757 – Boa Esperança - Rolim de Moura/RO - CEP: 76.940-000
26	Casa de Detenção de Rolim de Moura	1		Av. Macapá, 5791, Bairro São Cristóvão - CEP: 76.940-000. Ponto de referência: Prédio anexo às dependências da Delegacia de Polícia Civil - UNISP
27	Casa de Detenção de São Francisco do Guaporé	1	São Francisco do Guaporé/RO	Avenida Brasil, 3742, Cidade Baixa - CEP: 76.935-970
28	Casa de Detenção de São Miguel do Guaporé	1	São Miguel do Guaporé/RO	Rua Dom Pedro II, 2605, Centro, CEP: 76.932-000
29	Centro de Ressocialização Cone Sul	1	Vilhena/RO	BR 364, KM 4 - CEP: 76.980-000, Saída para Cuiabá
30	Colônia Penal e Presídio Feminino e Monitoramento de Vilhena	1		Rua Rosalina Adélia Marangoni, 3590 – Bairro Jardim América – CEP 76980-000

31	Unidade Socioeducativa de Vilhena	1	Porto Velho/RO	Av. Capitão Castro, Nº 2081 - Vilhena/RO - CEP: 76980- 228
32	Casa de Detenção de Vilhena	2		Av. Capitão Castro, 2047 – Bairro Centro – CEP 76980-000
33	Penitenciária Aruana - PEA	1		Estrada da Penal, Bairro: Zona Rural, nº 1857 - CEP: 76.824-052
34	Penitenciária Jorge Thiago Aguiar Afonso - 603	1		Estrada da Penal, Bairro: Zona Rural de Porto Velho, nº: S/N, CEP: 76.834-899. Ponto de Referência: Entre as Penitenciárias Aruana e Milton Soares - 470
35	Penitenciária Milton Soares de Carvalho - PEMSC	1		Estrada da Penal, Bairro: Zona Rural de Porto Velho, nº: S/N, CEP: 76.834-899.
36	Centro de Detenção Provisória de Porto Velho - CDP/PVH	4		Estrada da Penal, Bairro: Zona Rural, nº: KM: 5,5 - CEP: 76.800-000. Ponto de Referência: Centro de Detenção Provisório - antigo URSO BRANCO
37	Centro de Ressocialização Vale do Guaporé - CRVDG	1		Estrada da Penal KM, 5,5, Bairro: Zona Rural, Complexo Penal de Porto Velho
38	Penitenciária Edvan Mariano Rosendo - Panda	2		Estrada da Penal, KM 4,5, Bairro: Zona Rural, Nº: S/N - CEP: 76.800-000. Ponto de Referência: em frente ao restaurante Brasileirinho.
39	Penitenciária de Médio Porte - Pandinha	1		Estrada da Penal, Km 4,5, Zona Rural, Porto VelhoRO - CEP: 76801-974.
40	Penitenciária Suely Maria Mendonça - PESMM	1		Rua Antônio Violão, Bairro: Academia de Polícia, nº 4675 - CEP: 76.824-749. Ponto de Referência: ao lado do NOA
41	Unidade de Internação Masculina Provisória (Rio de Janeiro)	1		Rua: Jacy Paraná, 2758 – Nossa Senhora das Graças -Porto Velho/RO - CEP: 76.808-000
42	Unidade de Internação Masculina Provisória Setenciada II (Amazonas)	1		Av. Amazonas, 6871 – Escola de Polícia - Porto Velho/RO - CEP: 76.824-556.
43	Unidade de Internação Provisória e Setenciada Feminina (Gorayeb)	1		Rua Elias Gorayeb,3337, Bairro - Liberdade - Porto Velho/RO - CEP:76.904-110

Quantidade estimada de salas de audiências e câmeras (CFTV) por localidade:

Número de Unidades	Unidade	Número de salas	Município	Quantidade de Ponto Tipo 1 - Câmera (Bullet)	Quantidade de Ponto Tipo 2 - Câmera (Fisheye)
1	Centro de Ressocialização de Ariquemes	1	Ariquemes/RO	1	1
2	Unidade Socioeducativa de Ariquemes	1	Ariquemes/RO	1	1
3	Cadeia Pública de Alta Floresta D'Oeste	1	Alta Floresta D'Oeste/RO	1	1
4	Centro de Ressocialização de Alvorada D'Oeste	1	Alvorada D'Oeste/RO	1	1
5	Centro de Ressocialização Jonas Ferreti	1	Buritis/RO	1	1
6	Casa de Detenção de Cacoal	1	Cacoal/RO	1	1
7	Casa de Prisão Albergue de Cacoal	1	Cacoal/RO	1	1
8	Centro Socioeducativo de Cacoal	1	Cacoal/RO	1	1
9	Cadeia Pública de Colorado D'Oeste	1	Colorado D'Oeste/RO	1	1
	Casa de Detenção de Costa				

10	Marques	1	Costa Marques/RO	1	1
11	Casa de Detenção de Guajará Mirim	1	Guajará Mirim/RO	1	1
12	Casa de Detenção feminina de Guajará Mirim	1	Guajará Mirim/RO	1	1
13	Unidade Prisional Semiaberto e Aberto Masculino de Guajará Mirim	1	Guajará Mirim/RO	1	1
14	Centro Regional de Ressocialização Augusto Simon Kempe	2	Jaru/RO	2	2
15	Penitenciária Agenor Martins de Carvalho	1	Ji Paraná/RO	1	1
16	Casa de Detenção de Ji Paraná	1	Ji Paraná/RO	1	1
17	Centro Socioeducativo de Ji Paraná	1	Ji Paraná/RO	1	1
18	Centro de Ressocialização de Machadinho D'Oeste	1	Machadinho D'Oeste/RO	1	1
19	Penitenciária Regional de Nova Mamoré	1	Nova Mamoré/RO	1	1
20	Casa de Detenção de Ouro Preto D'Oeste	1	Ouro Preto D'Oeste/RO	1	1
21	Casa de Detenção de Pimenta Bueno	1	Pimenta Bueno/RO	1	1
22	Cadeia Publica de Presidente Médici	1	Presidente Médici/RO	1	1
23	Casa de Prisão Semiaberto de Rolim de Moura - Central de Monitoramento	1	Rolim de Moura/RO	1	1
24	Penitenciária Regional de Rolim de Moura	2	Rolim de Moura/RO	2	2
25	Casa de Detenção de Rolim de Moura	1	Rolim de Moura/RO	1	1
26	Unidade Socioeducativa de Rolim de Moura	1	Rolim de Moura/RO	1	1
27	Casa de Detenção de São Francisco do Guaporé	1	São Francisco do Guaporé/RO	1	1
28	Casa de Detenção de São Miguel do Guaporé	1	São Miguel do Guaporé/RO	1	1
29	Centro de Ressocialização Cone Sul	1	Vilhena/RO	1	1
30	Colônia Penal e Presídio Feminino e Monitoramento de Vilhena	1	Vilhena/RO	1	1
31	Casa de Detenção de Vilhena	2	Vilhena/RO	1	1
32	Unidade Socioeducativa de Vilhena	1	Vilhena/RO	1	1
33	Penitenciária Aruana - PEA	1	Porto Velho/RO	1	1
34	Penitenciária Jorge Thiago Afonso Aguiar Afonso - 603	1	Porto Velho/RO	2	2
35	Penitenciária Milton Soares de Carvalho - PEMSC	1	Porto Velho/RO	1	1
36	Centro de Detenção Provisória de Porto Velho - CDP/ PVH	4	Porto Velho/RO	4	5
37	Centro de Ressocialização Vale do Guaporé - CRVDG	1	Porto Velho/RO	1	1
38	Penitenciária Edvan Mariano Rosendo - Panda	2	Porto Velho/RO	2	2
39	Penitenciária de Médio Porte - Pandinha	1	Porto Velho/RO	1	1
40	Penitenciária Suely Maria Mendonça - PESMM	1	Porto Velho/RO	1	1
41	Unidade de Internação Masculina Provisória (Rio de Janeiro)	1	Porto Velho/RO	1	1
42	Unidade de Internação Masculina Provisória Setenciada II (Amazonas)	1	Porto Velho/RO	1	1
43	Unidade de Internação Provisória e Setenciada Feminina (Gorayeb)	1	Porto Velho/RO	1	1
TOTAL		50		50	51

ANEXO III

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO

Este acordo sobre informações confidenciais é celebrado entre a empresa, entidade de direito privado sediada na, inscrita no CNPJ/MF sob nº. e com Inscrição Estadual nº....., doravante denominada Contratada, representada neste ato na forma do seu Estatuto Social, e o PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA, sediado na cidade de Porto Velho-RO, doravante denominado “PJRO”.

FUNDAMENTOS

A Contratada e o mantém relacionamento, por força do Contrato nº/....., firmado em...., de, de, e para que a Contratada possa realizar atividades nas dependências do é necessário e desejável que este revele à Contratada, sob forma escrita, verbal ou qualquer outra forma tangível, certas informações proprietárias e confidenciais relativas aos seus processos de trabalho.

As INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS do definidas no item ‘1’ são proprietárias e confidenciais, e só estão sendo reveladas à Contratada em razão da execução contratual prevista no Contrato acima referido, e por nenhuma outra razão, não desejando o transmitir à Contratada qualquer interesse ou direito de propriedade intelectual, nem tornar tais INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS públicas ou de conhecimento comum.

TERMOS E CONDIÇÕES

1. INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL

1.1. Para os propósitos do Contrato e deste Termo de Confidencialidade, o termo “INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS” irá significar quaisquer informações e dados de natureza confidencial que venham a ser revelados em decorrência da execução do Contrato nº/....., inclusive, mas sem se limitar a, segredos institucionais, informações técnicas e relativas a desenvolvimento, estratégias, operações, desempenho, tecnologia, negócios e processos, técnicas de programação de computador, e outras informações proprietárias designadas como tais, ou assim subentendidas, pelas PARTES, sejam elas apresentadas na forma escrita, oral, gráfica, eletrônica ou por outro meio qualquer de registro. O termo “INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS” irá incluir quaisquer amostras, modelos ou protótipos, ou partes destes.

2. SIGILO

2.1. A Contratada pactua que todas as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS serão mantidas no mais estrito sigilo. A Contratada se compromete a não copiar, não usar em seu próprio benefício, nem revelar ou mostrar a terceiros, nem publicar tais informações, no território brasileiro ou no exterior, persistindo a obrigação de sigilo por tempo indeterminado após o encerramento do que originou o presente termo.

2.2. Só os representantes da Contratada cuja avaliação das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS seja necessária e apropriada para os propósitos especificados da execução do Contrato terão acesso às INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS. As INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS serão usadas pela Contratada somente para os propósitos limitados estabelecidos na execução do Contrato.

2.3. Com respeito aos sócios, diretores, empregados, agentes e representantes da Contratada e outras pessoas que necessitem ter acesso às INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, a Contratada pactua obter de todas essas pessoas um Acordo de Sigilo obrigando-as a respeitar os mesmos pactos de sigilo aqui contidos.

2.4. Todas as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS de posse da Contratada e sob seu controle deverão ser guardadas e mantidas a salvo num lugar seguro, com proteção adequada para assegurar que nenhuma pessoa não autorizada tenha acesso a essas INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS.

2.5. A Contratada concorda em notificar imediatamente o , por escrito, qualquer utilização indevida, revelação não autorizada, esbulho ou apropriação indébita das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS que lhe forem reveladas, ou qualquer violação do Contrato que chegue ao seu conhecimento.

3. PROPRIEDADE

3.1. Todos os materiais, inclusive, mas sem limitações a documentos, desenhos, modelos, protótipos, dispositivos, esboços, projetos, listas de componentes, programas de computador, mapas, propostas, informações financeiras ou comerciais, e dados (juntamente com quaisquer meios de suporte, p. ex.: discos, fitas), fornecidos pelo à Contratada, permanecerão sendo de propriedade do .

3.2. Todas as anotações, juntamente com quaisquer análises, compilações, estudos ou outros documentos elaborados pela Contratada ou por seus representantes, que contenham ou reflitam de outra maneira as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, reveladas pelo , serão também consideradas INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, e serão havidas como de propriedade da Contratada somente naquilo que não conflitar com

direitos preexistentes do .

4. LIMITAÇÃO DE OBRIGAÇÕES E DIREITOS

4.1. A Contratada concorda que não adquire qualquer título, posse, direitos de propriedade intelectual ou outros direitos para usar, vender, explorar, copiar ou desenvolver mais qualquer INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL, em razão da execução do Contrato. Caso as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS sejam ou venham a ser objeto de requerimento de patente, requerimento de direito autoral, ou direito autoral, a Contratada concorda e entende que o terá todos os direitos e socorros legais disponíveis como resultado dos referidos requerimentos de patente, requerimentos de direito autoral, ou direitos autorais, e que a revelação de tais INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS à Contratada não afeta de maneira alguma esses direitos e socorros.

4.2. A Contratada entende que a revelação das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS aqui prevista tem bases não-exclusivas, e que o poderá, a qualquer tempo, e sem limitações, revelar as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS de sua propriedade a outros, sob obrigações de sigilo similares àquelas previstas em Contrato.

4.3. Nada neste instrumento irá obrigar o a revelar à Contratada qualquer informação em particular.

4.4. O nome, a marca e a logomarca da Contratada são de sua propriedade exclusiva e encontram-se devidamente registrados junto aos órgãos competentes e protegidos pelas leis de propriedade intelectual, de modo que o presente instrumento não confere ao qualquer direito, direto ou indireto, sobre o nome, a marca e a logomarca pertencentes à Contratada, sendo vedada qualquer forma de utilização, exploração, reprodução e/ou veiculação destes, em conexão ou não com o objeto deste instrumento, sem a autorização prévia e expressa da Contratada.

5. NÃO-REVELAÇÃO

5.1. Tanto a Contratada como seus respectivos representantes, prepostos, funcionários, agentes e terceiros, direta ou indiretamente relacionados, na forma dos Acordos de Sigilo assinados, concordam que durante o período de vigência do Contrato nº. /....., e após o seu encerramento será mantida, por prazo indeterminado, a proibição de revelação e de uso em benefício próprio ou de terceiros das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS.

5.2. As restrições estabelecidas neste documento não se aplicarão a quaisquer informações, dados ou outros materiais cedidos, na medida em que existir, ou vier a existir, qualquer uma das condições seguintes:

a) Fossem previamente conhecidas pela Contratada, livre de qualquer obrigação de mantê-las confidenciais conforme demonstrado pelos seus registros escritos, desde que ele não tenha recebido tais informações, direta ou indiretamente, do;

b) Sejam ou se tornem de domínio público, por revelação que não seja desautorizada;

c) Sejam obtidas independentemente pela Contratada sem conhecimento das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, conforme demonstrado pelos seus registros escritos, desde que tais informações, ou informações correlatas, não tenham sido antecipadas em processo de patentes previamente publicados, de titularidade do TJRO;

d) Sejam reveladas a terceiros, sem restrições, pelo ; ou

e) Sejam recebidas legalmente pela Contratada de uma terceira parte cuja revelação não tenha violado qualquer sigilo ou outra obrigação legal; ou

f) Que venham a ser tornadas públicas por ação ou omissão não atribuível à Contratada.

5.3. As INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS não serão consideradas pertencentes ao domínio público simplesmente por estarem parcialmente incorporadas a descobertas em geral, ou porque características individuais suas, componentes seus ou combinações disso sejam agora ou venham a ser conhecidos pelo público.

6. DEVOLUÇÃO DA INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL

6.1. Quando do encerramento do Contrato e/ou das relações de negócios entre a Contratada e o , ou mais cedo, de comum acordo entre as PARTES, a Contratada deverá entregar em até 15 (quinze) dias ao , ou a quem ele designar, toda e qualquer INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL em sua posse ou sob seu controle, exceto se o , por intermédio de prévia permissão por escrito, tenha concordado em que a informação seja retida pela Contratada.

6.2. A Contratada irá se certificar de que todas as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS e cópias, ou extrações destas, tenham sido devolvidas ao , ou a quem ela designar, bem como que sejam destruídas, de maneira irreversível, todas as cópias instaladas na memória de seus equipamentos ou em qualquer outro tipo de suporte, inclusive as cópias de segurança (backup).

7. REVELAÇÃO ORDENADA EM JUÍZO

7.1. A Contratada não será responsável pela revelação de INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS caso esta seja feita em resposta a ordem judicial, contanto que seja dada notificação ao , tão logo tal ordem seja recebida, para que este possa buscar uma medida protetora, caso seja adequado.

8. ACORDO DE OBRIGAÇÃO DOS SUCESSORES

8.1. Este Termo de Confidencialidade terá caráter obrigatório e deverá vigorar em benefício das PARTES aqui signatárias, de seus herdeiros, administradores, sucessores e depositários.

9. DA VIGÊNCIA

9.1. Este Termo de Confidencialidade se efetivará a partir da data da assinatura do Contrato a que está vinculado e terminará com a cessação do mesmo, ressalvados nos efeitos da vedação contida no item 5 do presente ajuste.

9.2. O encerramento deste Termo não eximirá a Contratada de cumprir com as obrigações e responsabilidades assumidas durante sua vigência.

10. FORO

10.1. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com este Termo de Confidencialidade, as PARTES elegem o Foro de Porto Velho - RO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais, privilegiado que seja. Assim, justas e Contratadas, as PARTES assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias.

Porto Velho, ____ de _____ de 202_.

Presidente do

Representante legal da Contratada



Documento assinado eletronicamente por **SIMONE SOARES SENA DE OLIVEIRA, Membro(a) do Comitê**, em 25/03/2026, às 12:48 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRA LIMA COSTA, Membro(a) do Comitê**, em 25/03/2026, às 12:50 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAN LAMEIRA PEREIRA MARCOLINO, Assistente Administrativo (a)**, em 25/03/2026, às 14:22 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ LEONARDO GOMES DONATO, Analista Judiciário (a)**, em 26/03/2026, às 07:15 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANO BATISTA RAMOS, Assistente Técnico (a)**, em 26/03/2026, às 07:28 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **REGINALDO DE SOUZA GADELHA, Membro(a) do Comitê**, em 26/03/2026, às 09:06 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI <https://www.tjro.jus.br/sistema-eletronico-de-informacoes-sei>, informando o código verificador **5261695** e o código CRC **54E4998F**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Rua José Camacho, 585 - Bairro Olaria - CEP 76801-330 - Porto Velho - RO - www.tjro.jus.br

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA E _____.

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, CNPJ n. 04.293.700/0001-72, sediado na Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, representado neste ato pela Juíza Secretária Geral **KARINA MIGUEL SOBRAL**, com recursos da Unidade Orçamentária n. 03.011 - Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU (CNPJ n. 10.466.386/0001-85), e, por outro lado, a empresa _____, CNPJ n. _____, situada na _____, n. _____, Bairro _____, Cidade _____, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, representada neste ato por _____, celebram o presente Contrato na melhor forma de direito, em conformidade com a Lei Federal n. 14.133/2021, com a Lei Complementar n. 123/2006 e com observância da Lei Estadual n. 2.414/2011, decorrente de procedimento licitatório conforme o Edital de Pregão Eletrônico n. **041/2026-2026.PCA.6945**, tipo menor preço, doravante denominado simplesmente EDITAL, autorizado pelo **Processo Administrativo n. 0015297-46.2025.8.22.8000**, o fazendo mediante as Cláusulas e condições a seguir:

DO OBJETO - CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1. Locação de Solução de Circuito Fechado de Televisão (CFTV) em nuvem, para atender o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, conforme as disposições contidas no EDITAL e seus Anexos.

1.2. A execução contratual será por regime de empreitada por Preço Unitário, nos termos do art. 6º, XXVIII, da Lei n. 14.133/2021.

1.3. Integram o presente Contrato, devidamente assinados, o Termo de Referência n. 51/2025 e seus Anexos, a proposta da CONTRATADA e a(s) Nota(s) de Empenho _____, constantes no referido Processo Administrativo.

DA EXECUÇÃO - CLÁUSULA SEGUNDA

2.1. Da Reunião de Alinhamento

2.1.1. Deverá ser realizada, **até o 7º (sétimo) dia útil após a última assinatura deste Contrato pelas partes**, uma **reunião de alinhamento remota** e com a participação do preposto da CONTRATADA, conforme agendamento efetuado pelo(a) Gestor(a) deste Contrato, com o objetivo de:

- a)** identificar as expectativas a respeito da Solução contratada;
- b)** nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Termo de Referência, neste Contrato, no Edital e em seus Anexos, esclarecendo, caso necessário, possíveis dúvidas acerca do objeto;
- c)** apresentação ao CONTRATANTE de um número de telefone que possibilite ligações gratuitas ou com custo de ligações locais para sua central de atendimento, para fins de abertura e acompanhamento de chamados;
- d)** apresentação, pelo CONTRATANTE, dos contatos dos responsáveis pelas Unidades Prisionais, Unidades Socioeducativas e Centros de Ressocialização do Estado de Rondônia, os quais serão instalados a Solução. e
- e)** repasse de informações, pelo CONTRATANTE, a respeito dos sistemas corporativos e outras que porventura venham a agregar valores ao bom desempenho da execução do objeto.

2.1.2. O(a) Gestor(a) deste Contrato apresentará, ainda, à CONTRATADA a relação nominal da Equipe Técnica autorizada a abrir e fechar chamados.

2.1.3. Após a reunião de alinhamento deverá ser gerada uma Ata com o seu resultado e esta deverá ser assinada pelo(a) Gestor(a), Fiscais deste Contrato e pela CONTRATADA.

2.1.4. A CONTRATADA deverá enviar ao(à) Gestor(a) deste Contrato, após a reunião de alinhamento, cópia dos documentos CPF, RG e comprovante de residência do preposto e representante da empresa e que participaram da reunião, com o intuito de que seja realizado o cadastro no Sistema Eletrônico de Informação - SEI no Tribunal para fins de assinatura da Ata.

2.2. Do Plano de Implantação da Solução

2.2.1. A CONTRATADA deverá apresentar ao(à) Gestor(a) deste Contrato, no prazo de **até 10 (dez) dias corridos**, contado a partir do primeiro dia útil seguinte à data da realização da reunião de alinhamento, o **Projeto de Implantação da Solução, com base nos requisitos mínimos estabelecidos no Termo de Referência**.

2.2.2. A Equipe de Gestão deste Contrato fará a análise do **Projeto de Implantação da Solução** apresentado pela CONTRATADA, podendo ainda propor alterações e/ou ajustes pontuais.

2.2.3. Caso haja a necessidade de alterações e/ou ajustes no **Projeto de Implantação da Solução**, a CONTRATADA terá o prazo de **até 2 (dois) dias úteis**, contado a partir do primeiro dia útil após o recebimento da notificação expedida pelo CONTRATANTE, para reapresentá-lo ao(à) Gestor(a) deste Contrato.

2.2.4. Após as alterações/ajustes, caso haja necessidade, a Equipe de Gestão deste Contrato aprovará o **Projeto de Implantação da Solução** apresentado pela CONTRATADA.

2.2.5. Após sua aprovação, o **Projeto de Implantação da Solução** fará parte integrante deste Contrato.

2.2.6. Com a devida justificativa e respeitando-se o prazo de fornecimento da Solução, o **Projeto de Implantação da Solução** poderá sofrer ajustes, desde que seja solicitado pela CONTRATADA e aprovado pela Equipe de Gestão deste Contrato.

2.3. Da Disponibilização da Solução

2.3.1. A Solução deverá ser implantada no prazo de **até 90 (noventa) dias consecutivos**, contado a partir do primeiro dia útil após a última assinatura deste Contrato pelas partes, nas localidades constantes no **ANEXO II (Localidades de Instalação dos Componentes da Solução)** deste Contrato.

2.3.2. A especificação técnica da Solução a ser implantada consta no **ANEXO I (Especificação Técnica e Quantitativo)** deste Contrato. Todos os componentes da Solução deverão ser novos e de primeiro uso, não podendo ser reconicionados.

2.3.3. Após disponibilização da Solução, a CONTRATADA deverá encaminhar comunicação escrita ao(à) Gestor(a) deste Contrato, nos e-mails **mirianlameira@tjro.jus.br** e **coseph@tjro.jus.br**, informando sobre a disponibilização do objeto.

2.3.4. A CONTRATADA será responsável pela execução e pelo custeio de toda e qualquer obra de infraestrutura, interna ou externa, necessária à prestação dos serviços. Também incumbirá à CONTRATADA restaurar as instalações originais das unidades descritas no **ANEXO II (Localidades de Instalação dos Componentes da Solução)** deste Contrato, caso sofram danos durante a implantação da Solução, incluindo, a título exemplificativo, a demolição e recomposição de gesso, emassamento e pintura, bem como a recomposição de calçadas e jardins.

2.3.5. A execução dos serviços de implantação da Solução deverá ocorrer em dias úteis, durante o expediente das unidades indicadas no **ANEXO II (Localidades de Instalação dos Componentes da Solução)** deste Contrato, em horários previamente acordados com os respectivos responsáveis das unidades.

2.4. Da Capacitação para uso da Solução

2.4.1. A CONTRATADA deverá elaborar e ministrar **plano de capacitação** para uso da Solução, com conteúdo programático e roteiro de avaliação dos participantes, sujeito à aprovação prévia do CONTRATANTE.

2.4.2. A capacitação será realizada, preferencialmente, na modalidade de ensino a distância (EaD), desde que:

a) a formação da turma deverá compreender 150 (cento e cinquenta) usuários, organizados em grupos, cujas datas de treinamento serão definidas conforme a conveniência da Administração Pública. Ao término do treinamento, os usuários deverão estar aptos a operar a Solução, aplicando corretamente os procedimentos técnicos rotineiros e a resolução de eventuais ocorrências;

b) a carga horária mínima do treinamento deverá ser de 4 (quatro) horas;

c) a CONTRATADA deverá apresentar, de forma técnica, conceitual e prática, a Solução implantada, descrevendo-a detalhadamente e demonstrando os procedimentos necessários para que os usuários estejam devidamente preparados para executar a rotina gerencial;

d) a CONTRATADA deverá fornecer apostilas, manuais técnicos e outros insumos necessários ao treinamento; e

e) o material indicado na alínea "d", do subitem 2.4.2 deste Contrato, deverá ser devidamente certificado por responsável técnico e apresentado ao CONTRATANTE.

2.4.3. Os treinamentos serão realizados em datas a ser definidas pelo CONTRATANTE, mediante agendamento prévio, observando-se o prazo mínimo de **15 (quinze) dias úteis** entre a solicitação formal e a execução dos eventos. Os treinamentos ocorrerão, preferencialmente, em datas próximas à entrega da Solução pela CONTRATADA, condicionados à disponibilidade da agenda institucional.

2.5. Do Recebimento da Solução

2.5.1. Os **recebimentos Provisório e Definitivo** da Solução serão realizados de acordo com a entrega **em cada unidade** listada no **ANEXO II (Das Localidades de Instalação dos Componentes da Solução)** deste Contrato.

2.5.2. O **Recebimento Provisório** será realizado pelo(a) Fiscal Técnico(a) deste Contrato, no prazo de **até 15 (quinze) dias úteis**, contado do primeiro dia útil subsequente à comunicação, pela CONTRATADA, de que a instalação da Solução na unidade foi devidamente concluída. O recebimento está condicionado à:

a) realização de testes dos componentes da Solução;

b) vistoria para aceitação dos serviços executados.

2.5.3. Verificada a compatibilidade entre os serviços contratados com os executados, bem como com a qualidade e conformidade técnica da Solução, o(a) Fiscal Técnico(a) deste Contrato emitirá o **Termo de Recebimento Provisório**.

2.5.4. Após o recebimento provisório, o(a) Gestor(a) deste Contrato fará o recebimento definitivo da Solução implantada na respectiva unidade, mediante **Termo de Recebimento e Aceitação**, após constatada a quantidade e a qualidade do objeto.

2.5.5. O **Termo de Recebimento e Aceitação** será dado após o CONTRATANTE verificar a inexistência de deficiências da Solução, e por um período de funcionamento experimental de **até 10 (dez) dias corridos**, contados do primeiro dia útil após o recebimento provisório.

2.5.6. Na hipótese de qualquer divergência aos termos pactuados, não ocorrerá o recebimento definitivo, sendo a CONTRATADA notificada para, no prazo de **até 15 (quinze) dias corridos**, contado a partir do primeiro dia útil após o recebimento da notificação, proceder à regularização, sem ônus para o CONTRATANTE, observada a disposição do art. 119 da Lei n. 14.133/2021.

2.5.7. Após a regularização pertinente, e contando-se da data de apresentação para apreciação do CONTRATANTE, este terá o prazo de **até 5 (cinco) dias corridos** para verificação em face dos termos pactuados. Constatada a conformidade, será procedido o recebimento definitivo.

2.5.8. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pelo objeto adquirido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando de sua utilização.

2.5.9. Os efeitos financeiros para fins de pagamento mensal terão início a partir do recebimento definitivo a ser realizado após a implantação da Solução em cada cidade listada no **ANEXO II (Das Localidades de Instalação dos Componentes da Solução)** deste Contrato.

2.6. Da Garantia e Manutenção da Solução

2.6.1. Licenciamento e Software (VMS)

2.6.1.1. A CONTRATADA será integralmente responsável pela disponibilização, manutenção e atualização das licenças necessárias ao funcionamento do sistema de gerenciamento de vídeo (VMS), *analytics*, gravação e backup em nuvem.

2.6.1.2. Todas as atualizações, releases e versões corretivas/evolutivas deverão ser fornecidas sem qualquer custo adicional ao CONTRATANTE.

2.6.1.3. O suporte técnico deverá incluir manutenção corretiva (restauração plena da Solução em caso de falhas) e manutenção evolutiva (atualizações tecnológicas e de segurança).

2.6.1.4. O atendimento deverá estar disponível em dias úteis, das 8h às 18h (horário de Brasília), via telefone, e-mail ou outros canais digitais, com registro formal de chamados.

2.6.1.5. Caso o fabricante não preste o suporte diretamente, a CONTRATADA assumirá integralmente essa responsabilidade.

2.6.2. Equipamentos e Infraestrutura Associada

2.6.2.1. A CONTRATADA será responsável pela instalação, manutenção e substituição de equipamentos que compõem a Solução.

2.6.2.2. Eventuais substituições deverão ocorrer por equipamentos equivalentes ou superiores, sem ônus adicional ao CONTRATANTE.

2.6.2.3. A CONTRATADA deverá **assegurar** a manutenção e substituição de equipamentos, podendo utilizar assistência técnica própria ou de terceiros, desde que mantenha o cumprimento do **Acordo de Nível de Serviços** definido neste Contrato.

2.6.2.4. Caso não seja possível o reparo dentro do prazo, a CONTRATADA deverá fornecer imediatamente equipamento de backup/substituto com características compatíveis.

2.6.2.5. Todos os custos de transporte, logística, deslocamento e instalação correrão por conta da CONTRATADA.

2.6.2.6. Será exigido relatório mensal de atendimentos, contendo número do chamado, identificação do ponto/câmera, datas de abertura e fechamento, tempo de resolução, responsável técnico e descrição das ações realizadas.

2.6.3. Link de Internet Dedicado

2.6.3.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar link de internet dedicado e estável para o correto funcionamento da Solução, garantindo a transmissão contínua de dados e vídeos entre os pontos de captação (câmeras), o sistema de gerenciamento (VMS) e o ambiente em nuvem.

2.6.3.2. A disponibilidade mínima exigida para o link de Internet dedicado deverá ser de 98% (noventa e oito por cento), garantindo tempo máximo de indisponibilidade mensal de até 14h24. Esse valor assegura que, mesmo em caso de falhas temporárias de conectividade, as câmeras mantenham gravação local (em microSD de 128 GB com autonomia de até 29h) e realizem a sincronização completa dos dados com os servidores em nuvem assim que o link for restabelecido.

2.6.3.3. Caberá à CONTRATADA o fornecimento, gestão, monitoramento e manutenção desse link dedicado, sem custos adicionais ao CONTRATANTE, bem como a substituição ou ampliação de capacidade sempre que necessário para manter a qualidade do serviço.

2.6.4. Ambiente SaaS (Serviço em Nuvem e Backup)

2.6.4.1. A CONTRATADA deverá assegurar o funcionamento ininterrupto do ambiente SaaS, incluindo VMS, gravação, backup em nuvem e segurança lógica, durante toda a vigência contratual.

2.6.4.2. É responsabilidade da CONTRATADA a gestão da infraestrutura em nuvem, contemplando armazenamento, redundância, failover, backups automáticos, segurança cibernética, conformidade com a LGPD e manutenção da disponibilidade, conforme **Acordo de Nível de Serviços** contratado.

2.6.4.3. A garantia deverá abranger todos os elementos da Solução, incluindo software, hardware, rede e serviços correlatos, de forma a garantir a entrega contínua e segura ao CONTRATANTE.

2.6.4.4. Todos os profissionais da CONTRATADA envolvidos deverão possuir qualificação técnica comprovada e experiência na Solução contratada.

2.6.5. Serviços de Suporte e Relatórios

2.6.5.1. O suporte técnico abrangerá resolução de problemas, atualização de versões, configuração, dúvidas operacionais e apoio em integrações autorizadas.

2.6.5.2. O CONTRATANTE poderá realizar configurações adicionais ou integrações, sem que isso desonere a CONTRATADA de manter a garantia e o suporte da Solução.

2.6.5.3. A CONTRATADA deverá enviar relatórios mensais de suporte e manutenção ao(à) Gestor(a) deste Contrato, preferencialmente em formato eletrônico (PDF ou planilha), contendo histórico dos chamados e ocorrências.

2.6.6. Manutenção

2.6.6.1. Entende-se por **manutenção preventiva** os procedimentos realizados, em intervalos predeterminados, com o propósito de prevenir a ocorrência de defeitos ou o mau funcionamento da Solução, conservando-os em perfeito estado de uso e funcionamento, de acordo com as normas e recomendações técnicas, bem como das necessidades do CONTRATANTE.

2.6.6.2. Serviços de **manutenção corretiva** consistem na execução de medidas destinadas à eliminação de problemas, danos ou defeitos que possam surgir durante a vigência deste Contrato, visando assegurar o restabelecimento pleno do estado operacional da Solução.

2.6.6.3. As manutenções serão realizadas, quando necessário, pela CONTRATADA. Os custos correspondentes deverão estar integralmente incluídos no valor apresentado para a locação da Solução.

2.6.6.4. Na realização dos serviços de manutenção preventiva ou corretiva, caso seja necessária a remoção de componentes da Solução para reparo fora das dependências constantes do **ANEXO II (Localidades de Instalação dos Componentes da Solução)** deste Contrato, tais componentes deverão ser provisoriamente substituídos por equivalentes, assegurando-se que a continuidade dos serviços prestados não seja prejudicada.

2.6.6.5. Constituem ainda, serviços de manutenção preventiva e corretiva, a execução dos seguintes serviços:

a) reinstalação e mudança de posição de câmeras de vídeo no prazo de **até 7 (sete) dias corridos**, contado a partir do recebimento do chamado de solicitação;

b) identificação, em ambas as extremidades, do cabeamento de todas as câmeras do módulo de CFTV (anilhas ou etiquetas poliéster); e

c) as Built decorrente das alterações verificadas, tais como identificação das câmeras e outros componentes e modificações realizadas.

2.6.6.6. Em caso de impossibilidade de atendimento a chamado causada por inacessibilidade da unidades constantes do **ANEXO II (Localidades de Instalação dos Componentes da Solução)** deste Contrato, não será imputada responsabilidade à CONTRATADA quanto ao cumprimento dos prazos previstos, desde que a tentativa de atendimento tenha ocorrido dentro do prazo previsto.

2.6.6.7. A CONTRATADA deverá detalhar quando o problema for de comunicação (internet).

2.6.6.8. Na hipótese de perda, furto ou roubo de equipamentos, será de responsabilidade da CONTRATADA a substituição dos componentes, sem obrigação de reparação de eventual prejuízo material por parte do CONTRATANTE.

2.6.6.9. Manutenção Preventiva

2.6.6.9.1. A manutenção preventiva deverá ser realizada ao menos a cada três meses. Após cada execução, deverá ser elaborado relatório técnico, que será encaminhado ao(à) Fiscal Técnico(a) deste Contrato.

2.6.6.9.2. O relatório deverá detalhar os serviços realizados, mencionando os parâmetros verificados, eventuais indícios de problemas futuros, as providências adotadas e as recomendações e orientações técnicas.

2.6.6.9.3. O relatório deverá ser encaminhado juntamente com a nota fiscal ou documento equivalente de cobrança dos serviços contratados, relativo ao mês em que a manutenção preventiva foi realizada.

2.6.6.9.4. Na execução dos serviços de manutenção preventiva, devem ser observados, além dos itens relacionados a seguir, todos os procedimentos necessários para assegurar o pleno funcionamento dos componentes integrantes da Solução:

a) Componentes eletrônicos:

a.1) verificar o funcionamento de softwares, aplicativos, firmwares, bem como providenciar o fornecimento e a instalação de suas novas versões ou atualizações, sempre que disponibilizados pelo fabricante;

a.2) efetuar limpeza dos equipamentos; e

a.3) ajustes de configurações (sensibilidade de detecção de movimento, regras de análise de vídeos, correções de falhas de configurações, criação de usuários...).

b) Câmeras:

b.1) verificar imagens de modo a identificar possíveis falhas: foco, interferência, resolução, contraste, cores, enquadramento;

b.2) ajustes das lentes; e

b.3) realizar limpeza das lentes e das câmeras.

2.6.6.10. Manutenção Corretiva

2.6.6.10.1. Os serviços de manutenção corretiva visam sanar problemas, danos ou defeitos eventualmente identificados durante a execução deste Contrato, assegurando o restabelecimento do funcionamento adequado dos componentes integrantes da Solução.

2.6.6.10.2. Os serviços deverão ser executados de forma ininterrupta, 24 horas por dia, 7 dias por semana, no local de instalação da Solução, por técnicos devidamente habilitados.

2.6.6.10.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar uma Central de Atendimento para atendimento de requisições relativas à execução de serviços de manutenção corretiva e esclarecimento de dúvidas, funcionando 24 horas por dia, 7 dias por semana, por meio de número do tipo 0800 ou com tarifa local para Porto Velho/RO. O serviço poderá ser disponibilizado também por meio eletrônico.

2.6.6.10.4. Para cada chamado técnico deverá ser informado um número de controle (protocolo) para registro, bem como manter histórico de ações e atividades realizadas, contendo no mínimo:

a) data e hora de abertura e fechamento dos chamados;

b) descrição do serviço solicitado ou do erro ou falha relatada ou detectada;

c) classificação do chamado conforme o nível de criticidade;

d) identificação do técnico do CONTRATANTE que realizou o chamado;

e) identificação do técnico da eventual contratada responsável pela execução do chamado, bem como outras informações pertinentes; e

f) descrição das atividades realizadas nos chamados e da solução aplicada.

2.7. Acordo de Nível de Serviço

2.7.1. Os chamados abertos pelo CONTRATANTE deverão ser classificados conforme os níveis de

severidade a seguir descritos:

- a) **normal**; e
- b) **prioritária**.

2.7.2. Classifica-se como **severidade normal** aquela em que a Solução permanece em funcionamento, ainda que haja comprometimento pontual da disponibilidade ou do desempenho de seus componentes. Considera-se comprometimento pontual quando menos de 10% (dez por cento) dos equipamentos ou aparelhos que integram a Solução, em cada unidade listada no **ANEXO II (Localidades de Instalação dos Componentes da Solução)** deste Contrato, não estejam plenamente operacionais.

2.7.3. Considera-se como **severidade prioritária** o atendimento às situações em que a Solução se encontra inoperante ou apresenta funcionamento com desempenho ou disponibilidade significativamente comprometidos. Considera-se comprometimento significativo quando, em cada unidade prisional, 10% (dez por cento) ou mais dos componentes da Solução estejam inoperantes ou não funcionando plenamente.

2.7.4. Os chamados do tipo "**severidade normal**" deverão ser solucionados pela CONTRATADA, nos seguintes prazos:

- a) 12 (doze) horas, quando relacionados as unidades localizadas em Porto Velho/RO; e
- b) 24 (vinte e quatro) horas, quando relacionados às unidades localizadas no interior do Estado de Rondônia.

2.7.5. Os chamados do tipo "**severidade prioritária**" deverão ser solucionados pela CONTRATADA, nos seguintes prazos:

- a) 4 (quatro) horas, quando relacionados às unidades localizadas em Porto Velho/RO; e
- b) 12 (doze) horas, quando relacionados às unidades localizadas no interior do Estado de Rondônia.

2.7.6. Considerar-se-á solucionado o chamado referente aos casos previstos nos subitens **2.7.4** e **2.7.5** deste Contrato, quando a Solução estiver em pleno funcionamento, sem qualquer comprometimento relevante de sua disponibilidade ou desempenho.

2.7.7. A CONTRATADA, também ficará sujeita às seguintes glosas:

2.7.7.1. Atraso **para a resolução dos** chamados do tipo "**severidade normal**", conforme disposições do subitem **2.7.1** deste Contrato.

- a) **até uma hora ou fração de atraso:** aplicação de glosa na nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor mensal da Solução;
- b) **de uma a duas horas ou fração de atraso:** aplicação de glosa na nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, equivalente a 1% (um por cento) sobre o valor mensal da Solução;
- c) **de duas a três horas ou fração de atraso:** aplicação de glosa na nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, equivalente a 2% (dois por cento) sobre o valor mensal da Solução;
- d) **acima de três horas ou fração de atraso:** aplicação de glosa na nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, equivalente a 3% (três por cento) sobre o valor mensal da Solução, acrescendo-se 0,5% (cinco décimos por cento) a cada hora ou fração, que ultrapassar a quarta hora sem o início do atendimento; e
- e) caso seja atingido o prazo de 36 (trinta e seis) horas **sem atendimento**, o CONTRATANTE poderá aplicar a glosa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado deste Contrato.

2.7.7.2. Atraso **para a resolução dos** chamados do tipo "**severidade prioritária**", conforme disposições do subitem **2.7.1** deste Contrato.

- a) **até uma hora ou fração de atraso:** aplicação de glosa na nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, equivalente a 1% (um por cento) sobre o valor mensal da Solução;
- b) **de uma a duas horas ou fração de atraso:** aplicação de glosa na nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, equivalente a 2% (dois por cento) sobre o valor mensal da Solução;
- c) **de duas a três horas ou fração de atraso:** aplicação de glosa na nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, equivalente a 3% (três por cento) sobre o valor mensal da Solução;
- d) **acima de três horas ou fração de atraso:** aplicação de glosa na nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor mensal da Solução, acrescendo-se 0,5% (cinco décimos por cento) a cada hora ou fração, que ultrapassar a quarta hora sem o início do atendimento; e
- e) caso seja atingido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas **sem atendimento**, o CONTRATANTE poderá aplicar a glosa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado deste Contrato.

2.8. Estratégia de Transição Contratual

2.8.1. Ao término da vigência contratual ou em caso de extinção deste Contrato, a CONTRATADA deverá observar as regras de transição e encerramento já estabelecidos, com o objetivo de garantir a continuidade dos serviços, a proteção das informações e a transferência eficiente do conhecimento

técnico, de forma a não causar prejuízo ao CONTRATANTE, entre elas:

- a)** entrega das versões finais dos produtos, relatórios e documentações técnicas, incluindo topologia de rede, parametrizações do sistema de gerenciamento de vídeo - VMS, registros de manutenção e credenciais administrativas;
- b)** devolução de todos os recursos materiais e equipamentos locados, devidamente conferidos, preservando-se o estado de conservação e funcionalidade conforme inventário;
- c)** revogação de todos os perfis de acesso, senhas administrativas e autenticações vinculadas à CONTRATADA, com transferência das credenciais à equipe do CONTRATANTE, se aplicável à contratação;
- d)** eliminação e/ou desativação de caixas postais, contas de e-mail, repositórios temporários e demais acessos eletrônicos utilizados durante a execução contratual, se aplicável à contratação; e
- e)** validação técnica final da transição, assegurando a integridade das gravações, bancos de dados e imagens armazenadas, bem como a plena operação do sistema sob gestão do CONTRATANTE ou da nova contratada.

2.9. Estratégia de Independência

2.9.1. Com o objetivo de garantir a continuidade dos serviços e preservar a autonomia técnica da Administração, estabelecem-se as seguintes diretrizes destinadas a assegurar a independência tecnológica do CONTRATANTE em relação à CONTRATADA, especialmente no que se refere à operação e à manutenção do Sistema de Circuito Fechado de Televisão - CFTV:

2.9.1.1. Transferência de Conhecimento

2.9.1.1.1. A CONTRATADA deverá garantir a transferência integral de conhecimento técnico-operacional à equipe designada pela Administração, abrangendo:

- a)** a estrutura lógica e física da Solução (infraestrutura de rede, topologia, protocolos, padrões de comunicação e integração entre equipamentos e softwares);
- b)** o funcionamento detalhado do sistema de gerenciamento de vídeo - VMS, incluindo configurações de câmeras, gravações, alarmes, analytics e backup em nuvem;
- c)** o fornecimento de toda a documentação técnica e manuais atualizados, em formato digital, contendo diagramas, fluxos de configuração, parametrizações, licenciamento e instruções de manutenção;
- d)** a realização de treinamentos presenciais ou à distância voltados aos servidores indicados, de modo a possibilitar o pleno entendimento e a operação autônoma do sistema, inclusive nos casos de encerramento contratual ou substituição de fornecedor; e
- e)** a obrigação de disponibilizar, ao final da vigência contratual, um relatório técnico consolidado contendo informações necessárias à continuidade operacional do sistema, sem dependência de ferramentas ou credenciais de uso exclusivo da CONTRATADA.

2.9.1.2. Direitos de Propriedade Intelectual

2.9.1.2.1. Todos os direitos de propriedade intelectual e autoral relativos à Solução implantada, inclusive quanto à documentação técnica, topologias, parametrizações, manuais, bases de dados, modelos de integração e relatórios operacionais, serão de propriedade do CONTRATANTE.

2.9.1.2.2. A CONTRATADA não poderá reter, restringir ou condicionar o acesso aos dados, licenças, senhas administrativas, ou demais informações necessárias à manutenção e continuidade da Solução.

2.9.1.2.3. Nos casos em que o sistema de gerenciamento - VMS ou componentes complementares utilizem tecnologias proprietárias de mercado, deverá ser garantido que:

- a)** os dados gerados sejam exportáveis em formatos abertos e interoperáveis (por exemplo, CSV, JSON, MP4, ou equivalentes);
- b)** a transferência de domínio administrativo e de autenticações (contas mestres, licenças de uso, perfis de usuário) ocorra imediatamente após o término contratual, sem prejuízo ao funcionamento do sistema; e
- c)** a Administração detenha cópia integral das configurações e registros técnicos, inclusive banco de dados e arquivos de vídeo, de forma a assegurar a continuidade operacional.

DA VIGÊNCIA - CLÁUSULA TERCEIRA

3.1. A vigência deste Contrato será de **4 (quatro) anos**, contada da data de sua última assinatura pelas partes, podendo ser prorrogada por sucessivos períodos, com vista à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, até o limite de **10 (dez) anos**, conforme disposição do art. 106 c/c art. 107, ambos da Lei n. 14.133/2021, se houver interesse do CONTRATANTE e de acordo com o respectivo crédito orçamentário.

DO VALOR E DO REAJUSTE DE PREÇOS - CLÁUSULA QUARTA

4.1. O valor total estimado deste Contrato é de R\$ _____ (_____).

Item	Descrição	Quantidade/Unidade	Valor unitário do item (R\$)	Valor Total do Item (R\$)
1	Ponto de Câmera IP Tipo 1 - Bullet.	50 un		
2	Ponto de Câmera IP Tipo 2 - Fisheye.	51un		
Valor Total do Item/Grupo: R\$				

4.2. A periodicidade para eventual reajuste de preços deste Contrato será anual, contando-se a partir da data do orçamento estimado (04.05.2026), ou do último reajuste, adotando-se como parâmetro o **IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado)**, calculado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, ocorrido nos últimos doze meses, e ainda, os preços praticados no mercado e a negociação entre as partes.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CLÁUSULA QUINTA

5.1. A despesa decorrente da contratação será coberta por recursos específicos consignados no orçamento do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, Unidade Orçamentária: 03.011 - Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU, Funcional Programática: 02.122.1014.4078 - Gerir Atividades de Segurança Pessoal e Patrimonial do Poder Judiciário do Estado de Rondônia; Elementos de Despesa: 33.90.40 -Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica; Subitem: 27 - Locação de Sistemas Eletrônicos de Segurança.

DO FATURAMENTO - CLÁUSULA SEXTA

6.1. A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente em nome do **Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU, CNPJ n. 10.466.386/0001-85**. Endereço: Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76801-330.

6.1.1. Nas operações de saída de mercadoria ou de prestação de serviço sujeita à incidência de ICMS, a CONTRATADA deverá consignar, no campo de informações gerais da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, o número da inscrição do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ n. 04.801.221/0001-10), em atendimento à Lei Estadual n. 3.490, de 23 de dezembro de 2014.

DO PAGAMENTO - CLÁUSULA SÉTIMA

7.1. Da Liquidação e Pagamento

7.1.1. O pagamento será efetuado em **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, conforme Item **6.1** deste Contrato, desde que o objeto tenha sido executado.

7.1.1.1. O pagamento será realizado de forma mensal.

7.1.1.2. A execução dos serviços e o pagamento estarão limitados ao prazo de vigência deste Contrato.

7.1.1.3. Nos casos de apresentação de nota fiscal ou documento de cobrança equivalente em desacordo ao contratado ou com irregularidades, ausência da documentação necessária ao pagamento, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para o pagamento será interrompido, retirando-se a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente do sistema de Ordem Cronológica de Pagamentos, até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não implicando qualquer ônus para o CONTRATANTE. Após a regularização das falhas e omissões, o crédito excluído será reinserido na Ordem Cronológica de Pagamentos, reiniciando-se a contagem do prazo, não podendo este fato ensejar direito de reajuste de preços ou de atualização monetária.

7.1.1.4. O CONTRATANTE poderá descontar da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente **do período (mês)**, valores decorrentes de indenização, multas, glosas ou quaisquer prejuízos causados na execução deste Contrato.

7.1.1.5. A emissão da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente dos serviços mensais deverá ocorrer no mês seguinte à execução dos serviços.

7.1.1.6. Os efeitos financeiros para fins de pagamento mensal terão início a partir do recebimento definitivo a ser realizado após a implantação da Solução em cada unidade disposta no **ANEXO II (Localidades de Instalação dos Componentes da Solução)** deste Contrato.

7.1.2. O pagamento será efetuado mediante **crédito** na conta corrente indicada pela CONTRATADA, em sua proposta.

7.1.3. Haverá retenção de tributos na forma da legislação em vigor, devendo a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente destacar os valores correspondentes com ISSQN e/ou IRRF.

7.1.4. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.1.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre a data prevista para o pagamento até a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, serão calculados por meio da aplicação da fórmula: **EM = I x N x VP**, e quitados mediante apresentação de nota fiscal própria ou documento de cobrança equivalente, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$	$I = (6/100)/365$	$I = 0,00016438$
-------------	-------------------	------------------

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6% (seis por cento).

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE - CLÁUSULA OITAVA

8.1. Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento na forma prevista neste contrato.

8.2. Proporcionar todas as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir com o objeto deste contrato.

8.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA - CLÁUSULA NONA

9.1. Obrigações gerais

9.1.1. Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE, conforme art. 120 da Lei n. 14.133/2021.

9.1.2. Manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, de acordo com o art. 92, inciso XVI, da Lei n. 14.133/2021.

9.1.3. Executar diretamente o objeto deste Contrato, **vedada a subcontratação**, salvo nas hipóteses e condições **expressamente previstas no subitem 6.5** do Termo de Referência.

9.1.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais nela empregados, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido por parte do CONTRATANTE, conforme art. 119 da Lei n. 14.133/2021.

9.1.5. Responsabilizar-se integralmente pela execução do objeto deste Contrato, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade na execução dos trabalhos, dentro dos prazos estipulados e cujo descumprimento será considerado infração passível de aplicação das penalidades previstas.

9.1.6. Responsabilizar-se pelas obrigações, vícios e danos decorrentes do objeto deste Contrato, de acordo com a Lei n. 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, no que lhe couber.

9.1.7. Comunicar formal e imediatamente ao(à) Gestor(a) deste Contrato sobre possíveis alterações nos dados para contato com a Central de Atendimento.

9.1.8. Responsabilizar-se integralmente pela execução do suporte técnico, primando pela qualidade, desempenho e eficiência do serviço contratado.

9.1.9. Responder por escrito, no prazo de **até 2 (dois) dias corridos**, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes à execução deste Contrato e que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE.

9.1.10. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade que possa colocar em risco o êxito e o cumprimento dos prazos de execução deste Contrato, propondo as ações corretivas necessárias.

9.1.11. Submeter, sob autorização expressa do CONTRATANTE, qualquer alteração que se tornar essencial à continuidade na execução deste Contrato.

9.1.12. Indicar endereço de e-mail para envio de comunicações relativas à execução deste Contrato.

9.1.13. Monitorar o e-mail indicado para verificação de possíveis comunicações do CONTRATANTE.

9.1.13.1. Em caso de alteração de e-mail, a CONTRATADA deverá informar ao(à) Gestor(a) deste Contrato.

9.1.14. Apresentar endereço de e-mail da emitente da garantia contratual, caso haja, para envio de notificações no caso de eventual início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, em cumprimento ao art. 137, §4º, da Lei n. 14.133/2021.

9.1.15. Disponibilizar, durante a implantação, profissionais com conhecimento avançado sobre o funcionamento da solução, nos aspectos teórico, prático e técnico.

9.1.16. Disponibilizar "**Sistema de Monitoramento do Serviço**" e "**Central de Atendimento**" para acompanhamento dos serviços executados, conforme as condições estabelecidas neste Contrato.

9.1.17. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, quando for o caso, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

9.1.18. Executar, no prazo de **até 30 (trinta) dias corridos**, contado do primeiro dia útil após o recebimento do pedido, eventuais solicitações do CONTRATANTE referentes a alteração de endereço de instalação de alguma unidade que compõe a Solução, sem qualquer custo adicional para o CONTRATANTE.

9.1.19. Em caso de alteração de endereço em que seja necessário que a manutenção de algum dos componentes da Solução seja feita por terceiros, em razão de eventuais regras de manutenção do novo prédio em que será instalada, o pagamento em relação a essa unidade não será afetado.

9.1.20. Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-la na execução deste Contrato, participando de reuniões de acompanhamento quando solicitado.

9.1.21. Implantar, de forma adequada, juntamente com a equipe de gestão contratual, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante.

9.1.22. Disponibilizar uniforme e crachá aos técnicos responsáveis pela execução dos serviços no ambiente do CONTRATANTE e demais unidades previstas no **ANEXO II (Localidades de Instalação dos Componentes da Solução)** deste Contrato.

9.1.23. Quando do encerramento deste Contrato, providenciar a retirada de todos os componentes da Solução das dependências das unidades dispostas no **ANEXO II (Localidades de Instalação dos Componentes da Solução)** deste Contrato, no prazo de **até 30 (trinta) dias consecutivos**, salvo se houver autorização formal do(a) Gestor(a) deste Contrato permitindo a retirada em prazo distinto.

9.1.24. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações obriga-se a atender prontamente.

9.1.25. Armazenar as imagens gravadas pelo período mínimo de 90 (noventa) dias consecutivos.

9.1.26. Abster-se, durante a vigência deste Contrato, de contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão deste Contrato.

9.2. Obrigações de segurança

9.2.1. Observar, rigorosamente, todas as normas e todos os procedimentos de segurança implantados no ambiente de Tecnologia da Informação do Tribunal, em especial, a Resolução n. 350/2025, que Institui a Política de Segurança da Informação Cibernética - PSIC do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, bem como possuir nas suas instalações, onde atividades serão executadas de modo remoto, padrões de segurança da informação e de tecnologia da informação para evitar a perda ou o vazamento de informação, ataques externos e tentativas de invasão, como firewall, DLP (*Data Loss Prevention*) e sistemas antivírus.

9.2.2. Garantir a segurança das informações confidenciais e proprietárias do CONTRATANTE, caso houver, bem como não divulgar e nem fornecer a terceiros quaisquer dados e informações que tenha recebido do CONTRATANTE.

9.2.3. Manter, em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou extinção deste Contrato, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, as informações obtidas em razão de sua execução ou da relação contratual mantida com o CONTRATANTE, em especial as referentes:

a) à política de segurança adotada pelo CONTRATANTE e às configurações de hardware e de software decorrentes;

b) ao processo de instalação, configuração de produtos, ferramentas e equipamentos; e

c) a quaisquer dados e informações armazenadas em sistemas do CONTRATANTE, incluindo os relativos aos sistemas integrados ou migrados.

9.2.4. Garantir que a estrutura computacional do CONTRATANTE não seja utilizada para fins diversos daqueles do objeto relacionado à prestação do serviço.

9.2.5. Monitorar a segurança da informação, no que tange à prevenção de acessos não autorizados, tentativas de comprometimento da integridade e disponibilidade das informações, objeto deste Contrato.

9.2.6. Assinar o **Termo de Confidencialidade da Informação** disposto no **ANEXO III** deste Contrato.

9.2.7. Manter, nas dependências do CONTRATANTE, seus empregados uniformizados e identificados por meio de crachá funcional da empresa com foto recente e visível, repondo-os em casos de eventuais extravios, desgastes ou danos, mantendo-o fixado em seu vestuário e em local de tenha fácil visualização.

9.2.8. Obedecer, rigorosamente, todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente de TI e de acesso as unidades do CONTRATANTE.

9.2.9. Providenciar cópia das normas de segurança da informação e das demais normas disponibilizadas pelo CONTRATANTE, para todos seu profissionais alocados na execução dos serviços, bem como zelar pela observância de tais normas (Resolução n. 088/2019-PR e Instrução n. 020/2017-PR).

9.2.10. Acompanhar as suas atualizações das políticas de segurança no portal do CONTRATANTE. Neste caso, caberá ao(à) Gestor(a) deste Contrato ou fiscais encaminhar tais normativos.

9.2.11. Não realizar a instalação de softwares ou aplicativos no momento do reparo, configuração ou recuperação dos equipamentos entregues à manutenção que não sejam necessários para o funcionamento da Solução.

9.2.12. Possuir nas suas instalações, onde as atividades serão executadas de modo remoto, padrões de segurança da informação e de tecnologia da informação para evitar a perda ou o vazamento de informação, ataques externos e tentativas de invasão, como *firewall* e sistemas antivírus.

9.2.13. Manter o controle da segurança física e lógica de seus ambientes operacionais, estabelecendo as políticas de segurança a serem aplicadas aos serviços contratados, mantendo, ainda, em seus quadros técnicos, especialistas em segurança da informação, bem como prover serviços específicos de prevenção e reação a incidentes de segurança em Tecnologia da Informação.

9.2.14. Fornecer aos seus colaboradores equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços.

9.2.15. Notificar imediatamente o CONTRATANTE, sempre que for detectada ameaça ou ataque à Solução contratada, informando o tipo da ocorrência, a ação de resposta e as recomendações pertinentes.

9.2.16. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela [Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa](#).

9.2.17. Utilizar bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima das recomendadas pelas normas técnicas.

9.2.18. Cumprir e fazer cumprir todas as normas sobre medicina e engenharia de segurança do trabalho. Tudo o que se referir a Segurança do Trabalho dos empregados será de inteira responsabilidade da CONTRATADA (de conformidade com o que preceitua a NR-18 do Ministério do Trabalho, ou outra que vier substituí-la).

9.3. Obrigações de sustentabilidade

9.3.1. Atender, no que couber, as recomendações contidas nos seguintes normativos do Tribunal e CNJ: Resolução n. 143/2020 - Institui a Política de Sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia; Resolução n. 287-2023 - Dispõe sobre o O Plano de Logística Sustentável - PLS do Poder Judiciário do Estado de Rondônia - PJRO e as competências da comissão gestora do PLS (CGPLS) e do Núcleo de acessibilidade, inclusão e gestão socioambiental (Nages); Resolução n. 550/2024-CNJ - Dispõe sobre a Política de Sustentabilidade no Âmbito do Poder Judiciário.

9.3.2. Fornecer, em formato digital, todos documentos ou artefatos gerados em razão deste Contrato, salvo manifestação explícita do CONTRATANTE.

9.3.3. Apresentar a documentação dos produtos que integram a presente Solução, preferencialmente, na língua portuguesa do Brasil.

9.3.4. Dar preferência ao uso de bens constituídos por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2.

9.3.5. Garantir que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima das recomendadas pelas normas técnicas.

9.3.6. Coibir atitudes discriminatórias ou preconceituosas de qualquer natureza, em relação a etnia, a sexo, a religião, a estado civil, a orientação sexual, a faixa etária ou a condição física especial, intimidação, hostilidade ou ameaça, humilhação por qualquer motivo ou assédio moral e sexual.

9.3.7. Manter a operação plena e contínua do sistema de CFTV, incluindo o funcionamento das câmeras, gravação, analytics, armazenamento em nuvem e link de internet dedicado, assegurando disponibilidade mínima de 98% e suporte técnico especializado.

9.3.8. Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, incluindo práticas de logística reversa.

9.3.9. Observar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, incluindo práticas de logística reversa, conforme o caso.

9.4. Obrigações técnicas

9.4.1. Prover, manter e garantir a plena operação da infraestrutura tecnológica necessária à Solução contratada.

9.4.2. Fornecer, instalar, configurar e manter todos os componentes necessários ao funcionamento contínuo da Solução, incluindo hardware, software, conectividade, proteção elétrica e acessórios de instalação.

9.4.3. Garantir a manutenção corretiva, preventiva e/ou reposição imediata de equipamentos ou módulos que apresentem falhas, assegurando a continuidade do serviço sem ônus adicional ao CONTRATANTE.

9.4.4. Disponibilizar todas as licenças de software necessárias para o funcionamento da Solução (VMS, analytics, gravação e backup em nuvem), devidamente atualizadas e legalizadas.

9.4.5. Assegurar atualizações corretivas, evolutivas e de segurança de todos os sistemas e softwares fornecidos, sem custos adicionais.

9.4.6. Prover suporte técnico especializado para configuração, esclarecimento de dúvidas e correção de falhas relacionadas ao software e demais componentes da solução.

9.4.7. Implementar mecanismos de criptografia de dados em trânsito (TLS 1.2 ou superior) e em repouso (AES-256), além de garantir a geração e manutenção de logs de auditoria imutáveis.

9.4.8. Adotar políticas de autenticação multifator (MFA) e segregação de perfis de acesso, assegurando controle e rastreabilidade das ações realizadas nos sistemas.

9.4.9. Garantir gravação local contingencial, utilizando mídia interna (microSD) nas câmeras, com replicação automática para storage central e backup em nuvem, assegurando redundância operacional.

9.4.10. Cumprir o prazo mínimo de retenção de 90 (noventa) dias consecutivos para as gravações, realizando exclusão automática após o período, mantendo registros de auditoria dos acessos e exclusões.

9.4.11. Monitorar continuamente a integridade e disponibilidade dos dados gravados, adotando medidas preventivas e corretivas para assegurar a recuperação em caso de falhas.

9.4.12. Executar manutenções corretivas e preventivas em toda a infraestrutura contratada, incluindo substituição de peças e equipamentos defeituosos, de modo a manter a Solução em pleno funcionamento.

9.4.13. Assegurar que todos os equipamentos fornecidos sejam homologados pela Anatel e pela ABNT, atendendo às normas técnicas e ambientais aplicáveis.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO - CLÁUSULA DÉCIMA

10.1. Conforme art. 117 da Lei n. 14.133/2021 e Instrução n. 146/2024-PR do Tribunal, este será acompanhado e fiscalizado pelos(as) seguintes servidores(as):

a) Gestor(a): Mirian Lameira Pereira Marcolino, e-mail: **mirianlameira@tjro.jus.br**, telefone: (69) 3309-6601;

b) Gestor(a) Substituto(a): Fabiano Sérgio Paiva Dias de Sá, e-mail: **paivadias@tjro.jus.br**, telefone: (69) 3309-6600;

c) Fiscal Técnico: Cristiano Batista Ramos, e-mail: **cristianoramos@tjro.jus.br**, telefone (69) 3309-6541;

d) Fiscal Técnico(a) Substituto(a): Fábio Dias Leite, e-mail: **fabio.leite@tjro.jus.br**, telefone: (69) 3309-6543;

e) Fiscal Demandante: Lucas Muniz Ferreira, e-mail: **lucas.muniz@tjro.jus.br**, telefone (69) 3309-6603;

f) Fiscal Demandante Substituto(a): Josué Passos de Melo, e-mail: **josue@tjro.jus.br**, telefone:(69) 3309-6604;

g) Fiscal Administrativo: Nilson Pinho, e-mail: **nilsonnn@tjro.jus.br**, telefone: (69) 3309-6601; e

h) Fiscal Administrativo Substituto(a): Francinilson da Silva Oliveira, e-mail: **francinilsonoliveira@tjro.jus.br**, telefone: (69) 3309-6601.

10.2. A fiscalização de que trata o subitem anterior não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA quanto aos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste Contrato ou, ainda, resultante de imperfeições técnicas, vício redibitório ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior.

10.3. Os(As) Gestores(as) e os(a) Fiscais deste Contrato poderão ser localizados na sede do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, com endereço na Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76801-330.

10.4. Compete ao(à) **Gestor(a) deste Contrato**, além de outras atribuições, nos termos da lei:

a) Acompanhar os prazos de execução e de vigência deste Contrato, comunicando à CONTRATADA e à

unidade competente da Administração eventuais atrasos e encaminhando, em tempo hábil, expediente para a prorrogação deste Contrato;

b) Receber e conferir as notas fiscais ou documentos de cobrança equivalentes emitidas pela CONTRATADA, e encaminhar, devidamente certificadas/atestadas ao setor competente, observando, previamente, se a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente apresentada pela CONTRATADA refere-se ao objeto que foi efetivamente contratado;

c) Emitir documento autenticando as notas fiscais ou documentos de cobrança equivalentes, bem como certificar o recebimento do objeto adquirido/contratado;

d) Encaminhar o processo à Unidade competente para proceder à liquidação da despesa, alertando para a data limite para pagamento das notas fiscais ou documentos de cobrança equivalentes;

e) Elaborar a prorrogação deste Contrato, se possível, junto à autoridade competente (ou às instâncias competentes), que deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas necessárias;

f) Elaborar a comunicação à área competente para abertura de nova licitação, antes de findo a prestação de serviços e com antecedência razoável;

g) Cuidar das alterações de interesse da CONTRATADA, que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação, sendo que, no caso de pedido de prorrogação de prazo, deverá ser comprovado o fato impeditivo da execução, o qual, por sua vez, deverá corresponder àqueles previstos no art. 111 da Lei n. 14.133/2021 e alterações, se possível;

h) Esclarecer dúvidas e transmitir instruções à CONTRATADA, comunicando alterações de prazos, cronogramas de execução e especificações do projeto, inclusive solicitando ao setor competente da Administração, quando necessário a emissão de parecer técnico;

i) Deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização à CONTRATADA, com base nos termos contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da CONTRATADA, acionando as instâncias superiores e/ou os órgãos públicos competentes quando o fato exigir;

j) Verificar se a entrega do objeto ou a prestação do serviço está sendo executada em conformidade com o pactuado, no tocante a prazo, especificações, preço e quantidade; e

k) Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado.

10.5. Compete ao(à) Fiscal Técnico(a), além de outras atribuições, nos termos da lei:

a) Acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato nos aspectos técnicos da solução, conforme o respectivo regramento técnico aplicável;

b) Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados;

c) Ler atentamente este Contrato e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

d) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da CONTRATADA que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

e) Receber provisoriamente o objeto deste Contrato, no prazo estabelecido, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

f) Tomar conhecimento da Lei n. 14.133/2021, que estabelece Normas Gerais sobre Licitações e Contratos Administrativos e Resolução n. 468/2022-CNJ (Contratações de Soluções TIC), que regerá sua função;

g) Informar ao(à) Gestor(a) deste Contrato, em tempo hábil, irregularidades passíveis de punição, nos termos do art. 156 da Lei n. 14.133/2021;

h) Avaliar a qualidade dos serviços realizados ou do objeto entregue e justificativas, de acordo com os critérios de aceitação definidos em Contrato; e

i) Orientar a CONTRATADA, por intermédio do preposto, sobre a correta execução deste Contrato e, pelo mesmo meio, levar ao seu conhecimento as situações temerárias, recomendando medidas e estabelecendo prazo de resolução.

10.6. Compete ao(à) Fiscal Administrativo(a), além de outras atribuições, nos termos da lei:

a) Acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos de TIC nos aspectos administrativos, conforme as rotinas e procedimentos estabelecidos pelo CONTRATANTE, e as cláusulas deste Contrato ou instrumento equivalente;

b) Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados;

c) Tomar conhecimento da Lei n. 14.133/2021, que estabelece Normas Gerais sobre Licitações e Contratos Administrativos e Resolução n. 468/2022-CNJ (Contratações de Soluções TIC), que regerá sua função;

d) Manter cópia eletrônica, sempre que julgar necessário, do termo contratual e de todos os aditivos, se existentes, do Edital da licitação, da especificação técnica, do Projeto Básico ou Termo de Referência,

conforme o caso, juntamente com outros documentos que possam dirimir dúvidas originárias do cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;

e) Elaborar, por segurança, registro próprio e individualizado de cada Contrato em que conste o controle dos pagamentos e saldo;

f) Realizar o acompanhamento e controle dos prazos previstos neste Contrato, sob sua responsabilidade, para a correta execução de seu objeto, não obstante as atribuições da Divisão de Contratos e Convênios - DCC;

g) Notificar a CONTRATADA em qualquer ocorrência desconforme com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo);

h) Verificar a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da CONTRATADA para fins de pagamento; e

i) Orientar a CONTRATADA, por intermédio do preposto, sobre a correta execução deste Contrato e, pelo mesmo meio, levar ao seu conhecimento as situações temerárias, recomendando medidas e estabelecendo prazo de resolução.

10.7. Compete ao(à) Fiscal Demandante, além de outras atribuições, nos termos da lei:

a) A coordenação dos trabalhos necessários para a efetiva concretização de demanda de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação;

b) Acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato nos aspectos operacionais, incluindo a fiscalização "in loco";

c) Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados;

d) Procurar auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas para dirimir eventuais dúvidas e esclarecimentos;

e) Tomar conhecimento da Lei n. 14.133/2021, que estabelece Normas Gerais sobre Licitações e Contratos Administrativos e Resolução n. 468/2022-CNJ (Contratações de Soluções TIC), que regerá sua função; e

f) Orientar a CONTRATADA, por intermédio do preposto, sobre a correta execução deste Contrato e, pelo mesmo meio, levar ao seu conhecimento as situações temerárias, recomendando medidas e estabelecendo prazo de resolução.

DA GARANTIA CONTRATUAL - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11.1. A CONTRATADA deverá, no prazo de até **10 (dez) dias úteis** contado do primeiro dia útil após a data da última assinatura deste Contrato pelas partes, prorrogável por igual período, a critério do CONTRATANTE, prestar garantia de **5% (cinco por cento)** sobre o seu respectivo valor anual estimado, em nome do **Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU, CNPJ n. 10.466.386/0001-85**, podendo optar por uma das seguintes modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei n. 14.133/2021:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária, emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil; ou

d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

11.1.1. Se a opção de garantia recair em caução em dinheiro, seu valor será depositado junto a uma instituição financeira, na conta indicada pela Divisão de Contratos e Convênios (DCC/TJRO).

11.1.2. Se a opção de garantia se fizer na modalidade seguro-garantia ou título de capitalização, a apólice ou o título respectivo deverá ser expedido exclusivamente por qualquer das entidades controladas e fiscalizadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Deverá ser apresentado o número com que a apólice ou endosso, ou o título tenha sido registrado na SUSEP.

11.1.3. Quando a garantia for apresentada na modalidade fiança bancária, o instrumento respectivo deverá ser expedido exclusivamente por qualquer das entidades controladas e fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil e deverá ser cumprida e exequível na cidade de Porto Velho/RO.

11.1.4. Caso a garantia seja apresentada na forma de título de capitalização, deverá ser na modalidade Instrumento de Garantia, nos termos da Circular Susep n. 656/2022.

11.1.5. A garantia, nas modalidades seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, deverá ser apresentada ao CONTRATANTE com validade não inferior a **90 (noventa) dias corridos** além da vigência contratual.

11.1.6. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique

descoberto.

11.1.7. A garantia, na modalidade caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, será devolvida à CONTRATADA no prazo de **até 90 (noventa) dias corridos**, contado do término da vigência da garantia da Solução adquirida.

11.2. Na hipótese de suspensão deste Contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro, até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.3. Se, por qualquer razão, for necessária a alteração deste Contrato, a CONTRATADA ficará obrigada, caso necessário, a providenciar a complementação ou substituição da garantia, conforme a modalidade que tenha escolhido, devendo fazê-lo no prazo de **até 10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da notificação expedida pelo CONTRATANTE.

11.4. Se a garantia apresentada, conforme o caso, deixar de ser hábil para o fim a que se destina, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA, para que a substitua no prazo de **até 10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da notificação.

11.5. Se a CONTRATADA desatender qualquer dos prazos acima referidos incorrerá na multa de **5% (cinco por cento)** sobre os seguintes valores:

a) valor anual deste Contrato, no caso de descumprimento do subitem **11.1** deste Contrato; e

b) valor a ser complementado ou substituído, no caso de descumprimento do subitem **11.3** ou **11.4** deste Contrato.

11.5.1. Além da multa prevista no subitem **11.5** deste Contrato, a CONTRATADA poderá ser responsabilizada por eventuais perdas ou prejuízos causados ao CONTRATANTE, salvo na ocorrência de motivo aceitável justificado tempestivamente até o último dia do prazo. Nesse caso, o CONTRATANTE indicará novo prazo à CONTRATADA, que deverá cumpri-lo, caso contrário sofrerá a penalidade acima referida.

11.6. A garantia responderá pelo inadimplemento das condições contratuais, pelos danos ou prejuízos causados ao CONTRATANTE e pelas eventuais multas ou penalidades aplicadas, podendo ainda reter créditos decorrentes deste Contrato, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais.

11.7. O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.7.1. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de eventual descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n. 14.133/2021).

11.7.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao Contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n. 662/2022.

11.8. Uma vez aplicada multa à CONTRATADA, e realizado o desconto do valor apresentado como garantia, o CONTRATANTE poderá convocá-la para que complemente aquele valor inicialmente oferecido.

11.9. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas deste Contrato.

11.10. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução deste Contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE, com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

11.12. Desde já, a CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

11.13. No caso de extinção deste Contrato determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados no art. 137, incisos I a IX da Lei n. 14.133/2021 (havendo culpa da CONTRATADA), a garantia será executada para ressarcimento do CONTRATANTE, referente aos valores das multas e indenizações a ela porventura devidos, conforme art. 139, inciso III da referida Lei.

11.14. Quando a extinção ocorrer pelos motivos relacionados no art. 137, § 2º, incisos I a V da Lei n. 14.133/2021 (sem que haja culpa da CONTRATADA), a CONTRATADA será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda o direito à devolução da garantia, aos pagamentos devidos pela execução deste Contrato até a data da extinção e ao pagamento do custo da desmobilização (conforme art. 138, § 2º da referida Lei).

11.15. Quando a garantia contratual for na modalidade caução em dinheiro, a restituição dar-se-á mediante crédito na mesma conta corrente utilizada para liquidação da despesa decorrente da execução deste Contrato. Quando nas modalidades seguro-garantia, fiança bancária e título de capitalização a restituição far-se-á de ofício, após a execução deste Contrato.

DAS PENALIDADES E GLOSAS - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12.1. Sem prejuízo das penalidades editalícias, contratuais e das demais cominações legais, poderá ser aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de Rondônia, pelo prazo de **até 3 (três) anos**, observadas as disposições do art. 156 da Lei n. 14.133/2021, se a CONTRATADA:

- a) dar causa à inexecução parcial deste Contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total deste Contrato; e
- c) ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato sem motivo justificado.

12.2. O atraso injustificado **para a realização da reunião de alinhamento e/ou apresentação do Projeto de Implantação da Solução**, conforme disposições contidas nos subitens **2.1.1 e/ou 2.2.1** deste Contrato, sujeitará a CONTRATADA a multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o seu valor total estimado, até o 10º (décimo) dia corrido contado a partir do primeiro dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia corrido poderá cumprir-se o disposto no subitem **12.11** deste Contrato.

12.3. O atraso injustificado **para a disponibilização da Solução**, conforme disposição contida no subitem **2.3.1** deste Contrato, sujeitará a CONTRATADA a multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o seu valor total estimado, até o 10º (décimo) dia corrido contado a partir do primeiro dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia corrido poderá cumprir-se o disposto no subitem **12.11** deste Contrato.

12.4. O atraso injustificado **para a regularização pertinente**, conforme disposição contida no subitem **2.5.6** deste Contrato, sujeitará a CONTRATADA a multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o seu valor total estimado, até o 10º (décimo) dia corrido contado a partir do primeiro dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia corrido poderá cumprir-se o disposto no subitem **12.11** deste Contrato.

12.5. O atraso injustificado **a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica**, conforme disposição contida no subitem **9.1.9** deste Contrato, sujeitará a CONTRATADA a multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o seu valor total estimado, até o 10º (décimo) dia corrido contado a partir do primeiro dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia corrido poderá cumprir-se o disposto no subitem **12.11** deste Contrato.

12.6. A falta de comunicação da **alteração do endereço de e-mail**, conforme disposição contida no subitem **9.1.13.1** deste Contrato, sujeitará a CONTRATADA a multa de 1% (um por cento) sobre o seu valor total estimado.

12.7. Pelo não cumprimento dos prazos e indicadores previstos no **Acordo de Nível de Serviço** descrito no subitem **2.7** deste Contrato, a CONTRATADA estará sujeita às glosas estabelecidas no referido subitem. A partir do quinto mês consecutivo ou intercalado de faturamento, caso haja aplicação de glosa pelo descumprimento de um mesmo Nível de Serviço, dentro de um intervalo de doze meses, contados a partir da última assinatura deste Contrato, poderá ser aplicada a sanção disposta no subitem **12.11** deste Contrato.

12.8. A CONTRATADA, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução do objeto deste Contrato, deverá, até o vencimento do respectivo prazo, apresentar justificativa por escrito e de forma digital ao(à) Gestor(a) deste Contrato (***mirianlameira@tjro.jus.br***), **juntando documentos comprobatórios dos fatos alegados, bem como a indicação do novo prazo que considerar necessário para a execução da obrigação**, ficando a critério do CONTRATANTE a sua aceitação.

12.9. Vencido o prazo estipulado, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA, comunicando-lhe a data limite/hora para a execução. A partir da data/hora limite considerar-se-á recusa, podendo ser aplicada a sanção de que trata o subitem **12.12** deste Contrato.

12.10. A execução do objeto deste Contrato até a data/hora limite de que trata o subitem anterior não isenta a CONTRATADA das respectivas multas previstas nos subitens **12.2, 12.3, 12.4 e 12.5** deste Contrato.

12.11. Pelo descumprimento parcial do compromisso pela CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá extinguir este Contrato e/ou aplicar multa de **5% (cinco por cento)** sobre o seu respectivo valor total estimado.

12.12. Pelo descumprimento total do compromisso pela CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá extinguir este Contrato e/ou aplicar multa de **15% (quinze por cento)** sobre o seu respectivo valor total estimado.

12.13. As multas mencionadas nos subitens anteriores serão cumulativas.

12.14. As multas devidas, bem como os prejuízos causados ao CONTRATANTE não possuem caráter indenizatório e serão deduzidas dos valores a serem pagos ou recolhidos na forma da Lei e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

12.15. A CONTRATADA inadimplente, quando não tiver valores a receber do CONTRATANTE, terá o prazo de **até 30 (trinta) dias corridos**, após o recebimento de notificação, para recolhimento da multa ou para o ressarcimento de danos ou prejuízos a ele causados.

12.16. A aplicação de multa e/ou a extinção deste Contrato não impede que o Tribunal aplique à empresa as demais sanções previstas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021 (advertência, impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) e serão precedidas de processo administrativo mediante o qual se garantirá a ampla defesa e o contraditório.

12.17. Cautelarmente, o CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, antes da instauração do regular procedimento administrativo.

DA FORÇA MAIOR E DO CASO FORTUITO - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13.1. Ocorrendo fato novo decorrente de força maior ou de caso fortuito, nos termos da legislação vigente, que obste o cumprimento dos prazos e demais obrigações estatuídas neste Contrato, ficará a CONTRATADA isenta das multas e penalidades pertinentes.

DA INEXECUÇÃO E DA EXTINÇÃO - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14.1. Observadas as demais disposições constantes no Título III, Capítulo VIII, da Lei n. 14.133/2021, a **extinção** deste Contrato:

a) poderá ser declarada unilateralmente pelo CONTRATANTE, se a CONTRATADA inexecutar obrigação contratual (total ou parcialmente), ou se houver a incidência de algum dos casos previstos no art. 137, incisos I a IX, da Lei n. 14.133/2021, conforme disposto no art. 138 da referida Lei;

b) será declarada unilateralmente pelo CONTRATANTE se durante a vigência deste Contrato sobrevier em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, bem como atue na fiscalização ou na gestão deste Contrato, conforme Resolução n. 7/2005 do Conselho Nacional de Justiça e art. 14, inciso IV, da Lei n. 14.133/2021; e

c) poderá ocorrer consensualmente ou por via judicial, conforme disposto no art. 138, incisos II e III, da referida Lei.

14.2. Se a extinção for unilateral ou consensual, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente. E, em qualquer caso de extinção, constará nos autos a respectiva e formal motivação, assegurando-se a ampla defesa e o contraditório.

DA ALTERAÇÃO - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15.1. Este Contrato poderá ser **alterado**, com as devidas justificativas, conforme art. 124 da Lei n. 14.133/2021.

15.1.1. A revisão contratual (revisão de preços ou recomposição) é cabível diante de fatos supervenientes à formulação da proposta e externos à relação contratual, imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, podendo se dar tanto a favor da CONTRATADA quanto do CONTRATANTE.

15.1.2. Caso a CONTRATADA requeira a revisão de preços contratados, o pedido deverá ser obrigatoriamente formalizado e instruído, no mínimo, com os seguintes documentos:

a) ofício circunstanciado, subscrito pelo representante legal da CONTRATADA ou outra pessoa devidamente constituída por meio de procuração, contendo exposição detalhada e fundamentada dos fatos supervenientes que motivam o pleito de revisão contratual, com a respectiva indicação dos impactos ocorridos no equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato;

b) planilha de custos demonstrando a equação econômico-financeira original apresentada na proposta de preços que fundamentou a contratação;

c) planilha de custos atualizada, contendo a nova composição de custos que reflete a situação presente deste Contrato, evidenciando os efeitos dos fatos supervenientes alegados; e

d) documentos comprobatórios idôneos que evidenciem a ocorrência e a veracidade dos fatos supervenientes apresentados, capazes de demonstrar de modo claro e objetivo a necessidade de revisão contratual.

15.1.3. O CONTRATANTE deverá analisar o pedido de revisão contratual, verificando:

a) se os fundamentos da imprevisibilidade suscitados pela CONTRATADA efetivamente configuram fato superveniente e álea extraordinária, que guarda nexos causal com a variação de preços, apta a inviabilizar a execução contratual nos termos originalmente pactuados;

b) se foram apresentados documentos que comprovam que a CONTRATADA efetivamente arcou com os ônus da oscilação de preços durante o período respectivo;

c) quando o pedido se embasar na oscilação de preços de apenas alguns itens, se eventuais oscilações de preços de outros insumos reduziram os encargos da CONTRATADA, de modo a manter equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato como um todo;

d) se o pedido se fundamenta em algum fator de risco alocado neste Contrato e sob a responsabilidade da CONTRATADA;

e) se houve culpa da CONTRATADA pela majoração dos seus encargos e/ou se ela deu causa a atrasos injustificáveis; e

f) qual o saldo remanescente posterior ao fato gerador.

15.1.4. No curso da análise do pedido de revisão contratual apresentado pela CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá requerer informações ou documentos adicionais.

15.1.5. Cabe ao CONTRATANTE confrontar os preços apresentados pela CONTRATADA com os valores praticados no mercado, mediante realização de pesquisa própria.

15.1.6. A CONTRATADA deverá formular seu pedido de revisão previamente à prorrogação ou à extinção deste Contrato, sob pena de preclusão, na forma do art. 131, parágrafo único, da Lei Federal n. 14.133/2021.

15.1.7. A revisão deve se dar, em regra, com efeitos retroativos, a contar da data do evento que ocasionou a alteração da equação econômico-financeira da proposta, devendo a CONTRATADA formular o pedido tão logo tenha conhecimento da repercussão dos fatos supervenientes.

15.1.8. A mera variação de preços ou flutuação cambial não é, por si só, suficiente para justificar a revisão contratual.

15.1.9. Eventual pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato deverá ser analisado e respondido pelo CONTRATANTE, no prazo de **até 60 (sessenta) dias corridos**, contado a partir da instrução completa do requerimento pela CONTRATADA.

DA SUSTENTABILIDADE - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16.1. Considerando a atuação institucional do CONTRATANTE na promoção de políticas de responsabilidade social e ambiental, além da inclusão de critérios de sustentabilidade nas especificações do objeto, foram previstas, no subitem **9.3** deste Contrato, as obrigações pertinentes à CONTRATADA.

DA PROTEÇÃO DE DADOS - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17.1. Em conformidade com a Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e a Resolução n. 363/2021, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, as partes obrigam-se a observar integralmente as normas referentes ao tratamento de dados pessoais relacionadas ao objeto deste Contrato. Comprometem-se, ainda, a resguardar os direitos e garantias fundamentais, especialmente quanto à liberdade, privacidade e confidencialidade das informações, em estrita observância à legislação aplicável.

DA PUBLICAÇÃO - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18.1. O CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato deste Contrato no Diário da Justiça Eletrônico - DJE e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP em **até 20 (vinte) dias úteis** contados da data de sua última assinatura pelas partes como condição de sua eficácia, nos termos do art. 94 da Lei n. 14.133/2021.

DOS CASOS OMISSOS - CLÁUSULA DÉCIMA NONA

19.1. Os casos omissos serão resolvidos pelas partes em comum acordo, por meio de termo aditivo, em conformidade com a Lei n. 14.133/2021, e demais normas estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n. 8.078/1990 e nas normas e princípios gerais dos contratos.

DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIA E DO FORO - VIGÉSIMA

20.1. Serão adotados métodos de resolução consensual das controvérsias administrativas e litígios decorrentes deste Contrato, conforme Recomendação n. 140/2023 do CNJ.

20.2. As partes elegem o Foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir dúvidas e controvérsias oriundas deste Contrato, quando não solucionadas consensualmente, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento, em meio eletrônico, constante no Processo Administrativo em epígrafe, através do Sistema Eletrônico de Informações do CONTRATANTE, para que produza os devidos efeitos legais.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Karina Miguel Sobral

Juíza Secretária Geral

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA
ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA E QUANTITATIVO

Grupo	Item	Descrição	Quantidade/Unidade	Valor unitário do item (R\$)	Valor Total do Item (R\$)
1	1	Ponto de Câmera IP Tipo 1 - Bullet.	50 un		
	2	Ponto de Câmera IP Tipo 2 - Fisheye.	51un		
Valor Total do Item/Grupo: R\$					

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA**1. Requisitos de Arquitetura da Informação****1.1. Vocabulário e Padrões****a) Nomenclatura única de ativos:**

Cada ativo deverá seguir o padrão CAM <UF> <Local> <Tipo> <Seq>.

Exemplo: CAM_RO_TRIBUNAL_SALA_01_FISH (Fisheye na sala de audiência).

b) Metadados mínimos por dispositivo/câmera:

CameraID, Modelo, Serial, IP, MAC, RTSP_URL, ONVIF_Profile, Local/Sala, Tipo (Fisheye/Bullet), PoE_Port, FirmwareVersion, DataInstalacao, Responsavel, Permissoes, AnaliticosAtivos, PoliticaRetencao.

c) Dicionário de eventos / severidade:

Padronização de nomes e níveis (INFO / WARNING / ALERT / CRITICAL) para todos os eventos registrados (offline, perda de frames, analytics trigger, LPR match, acesso não autorizado).

d) Formato e fuso horário:

Todos os timestamps e arquivos gravados deverão seguir o padrão ISO-8601, com fuso horário UTC + offset local, sincronizados via NTP.

1.2. Cadeia de Custódia e Metadados Forenses

- a) Cada frame/instantâneo deve conter assinatura digital ou watermark para garantir autenticidade e não-repúdio.
- b) Logs de acesso e auditoria centralizados, registrando usuário, data/hora e ação realizada, com retenção durante a vigência do contrato.
- c) Exportação forense: possibilidade de exportar imagens e vídeos com carimbo e código preservando a originalidade do conteúdo.

1.3. Políticas de Retenção e Exclusão Automática

- a) Backup em nuvem com retenção obrigatória de 90 (noventa) dias.
- b) Exclusão automática de dados no 91º dia, com registro de operação em log auditável.

2. Requisitos de Arquitetura Tecnológica**2.1. Software - VMS (Video Management System)**

- a) A contratada será integralmente responsável pelo fornecimento, gestão e manutenção das licenças necessárias para operação do VMS, incluindo licenciamento por canal/câmera.
- b) Licenciamento mínimo: 101 câmeras, contemplando visualização e gravação.
- c) A contratada deverá comprovar formalmente a legalidade do licenciamento, mediante documentação oficial emitida pelo fabricante ou sublicenciamento autorizado.
- d) Ferramenta de gestão de licenças/ativação online/offline deverá ser fornecida.

2.2. Hardware mínimo esperado

- a) **Câmeras:** Tipo 1 (Bullet) e Tipo 2 (Fisheye). As especificações detalhadas de cada modelo encontram-se descritas no subitem 2.7.1. **deste ANEXO I.**
- b) **Switch PoE e Rack :** Equipamento de comutação de rede com portas compatíveis com o padrão IEEE 802.3af/at, capaz de prover alimentação elétrica (Power over Ethernet) às câmeras IP conforme a demanda do projeto. O conjunto deverá ser devidamente instalado em rack metálico padrão, com organização e ventilação adequadas, assegurando acesso, manutenção e dissipação térmica apropriados aos

equipamentos de rede.

- c) **Proteção elétrica:** UPS/nobreak, aterramento e proteção contra surtos, conforme especificações do Caderno Técnico.

2.3. Rede e Conectividade

- a) **Capacidade mínima de uplink por câmera:** 8 Mbps + 30% de margem, conforme fórmula:
(Número de câmeras × 8 Mbps) + 30% de margem.
Exemplo: 1 câmera → 10,4 Mbps mínimo.

2.4. Infraestrutura de Nuvem e Servidores do VMS

2.4.1. A infraestrutura de computação em nuvem necessária para o pleno funcionamento da solução será de responsabilidade integral da Contratada, incluindo todos os componentes de processamento, armazenamento, rede, segurança, gerenciamento e disponibilidade necessários à execução do serviço.

2.4.2. Deverá ser disponibilizado ambiente em nuvem capaz de hospedar todos os sistemas e serviços relacionados ao VMS (Video Management System), bem como seus módulos complementares (gravação, backup, autenticação e auditoria), garantindo alta disponibilidade, escalabilidade e conformidade com os requisitos de segurança da informação estabelecidos neste Termo de Referência.

2.4.3. A Contratada deverá assegurar:

- a) Hospedagem em datacenters localizados no território nacional, certificados no mínimo com ISO 27001 ou equivalente;
- b) Responsabilidade total pela gestão e manutenção dos servidores virtuais ou físicos que compõem o ambiente do VMS, incluindo sistema operacional, patches de segurança, banco de dados e serviços auxiliares;
- c) Monitoramento contínuo (24x7) da infraestrutura e dos serviços hospedados, com mecanismos de alerta e mitigação de falhas;
- d) Criptografia de dados em repouso (AES-256) e em trânsito (TLS 1.2 ou superior), com chaves gerenciadas pela contratada;
- e) Backup automático dos dados e configurações críticas, respeitando o prazo mínimo de retenção definido neste documento;
- f) Isolamento lógico entre os ambientes de diferentes clientes, garantindo que nenhuma informação do TJRO seja compartilhada com terceiros; e
- g) Responsabilidade por custos operacionais e licenças relacionadas à infraestrutura em nuvem, sem ônus adicional ao TJRO.

2.4.4. O TJRO atuará apenas no acompanhamento e fiscalização dos serviços, sem necessidade de prover infraestrutura própria para suporte à solução hospedada.

2.5. Armazenamento e Backup

- a) **Arquitetura híbrida:** a gravação local será realizada nos **cartões de memória** microSD/microSDHC/microSDXC das próprias câmeras, conforme especificado no *subitem 2.7*, garantindo armazenamento temporário em caso de perda de conectividade.
- b) Suporte a failover e sincronização automática (self-healing).
 - b.1) **Replicação e sincronização:** os dados gravados localmente serão replicados diretamente para storage em nuvem (sistema de armazenamento centralizado na nuvem que consolida todos os vídeos das câmeras), com retenção mínima de 90 dias.
- c) **Segurança e conformidade:** os dados devem ser armazenados criptografados (AES-256 em repouso e TLS 1.2+ em trânsito) e a exclusão automática de backups após 90 dias deve ser auditável, conforme políticas descritas no subitem 1.3. Políticas de Retenção e Exclusão Automática.
- d) Criptografia: AES-256 em repouso e TLS 1.2+ em trânsito.
- e) Exclusão automática de backups **após 90 dias, com registro de operação em logs auditáveis.**

2.6. Conectividade com o Sistema VMS

- a) O acesso ao Sistema de Gerenciamento de Vídeo (VMS) deverá ser realizado, **preferencialmente, por meio de portal Web**, utilizando canal criptografado com certificado digital válido emitido por autoridade certificadora reconhecida.
- b) Alternativamente, a contratada poderá disponibilizar conexão VPN dedicada, garantindo acesso seguro dos usuários autorizados à ferramenta VMS.
- c) Em ambos os cenários, deverão ser observados os requisitos de segurança já estabelecidos neste documento, incluindo criptografia em trânsito (TLS 1.2 ou superior), autenticação multifator (MFA) e

registro de logs de acesso imutáveis.

2.7. Requisitos Específicos para Modelos de Câmeras

2.7.1. Tipo 1 - Bullet

- a) Resolução: 5 MP (2592 × 1944)
- b) Sensor: 1/2.7" Progressive Scan CMOS
- c) Sensibilidade: 0,003 Lux (color, F1.4, AGC ON), 0 Lux com IR ligado
- d) Compressão: H.265+, H.265, H.264+, H.264, MJPEG
- e) Streams: até 4 streams
- f) Shutter: 1/3 s a 1/100.000 s
- g) WDR: 120 dB True WDR
- h) Armazenamento local: microSD até 256 GB (com criptografia)
- i) Alarmes: 1 entrada / 1 saída
- j) Áudio: entrada e saída
- k) Proteção: IP67
- l) Alimentação: PoE 802.3af (8,5 W) ou 12VDC
- m) Funções inteligentes: análise de vídeo básica

2.7.2. Tipo 2 - Fisheye

- a) Resolução: 6 MP (3072 × 2048 @30fps) ou superior
- b) Sensor: 1/1.8" Progressive Scan CMOS
- c) Sensibilidade: 0,3 Lux
- d) Compressão: H.265+, H.265, H.264+, H.264, MJPEG
- e) Shutter: 1 s a 1/100.000 s
- f) WDR: Digital
- g) Armazenamento local: microSD 128 GB
- h) Áudio bidirecional (microfone embutido + alto-falante)
- i) Alarmes: 1 entrada / 1 saída
- j) Proteção: IP67 + IK10
- k) Alimentação: PoE 802.3at (15 W) ou 12VDC
- l) IR: até 15 m
- m) Funções inteligentes: detecção de movimento, contraste, dia/noite

2.8. Estimativa Prática de Banda e Armazenamento

2.8.1. Upload por localização:

Tabela 1 (Estimativa de Upload por localidade)

Localização	Quant. de equipamentos	Requisito Mínimo de Largura de Banda de Upload (Mbps).
Ariquemes	4	41,6
Alta Floresta D'Oeste	4	41,6
Buritis	2	20,8
Cacoal	6	62,4
Colorado D'Oeste	2	20,8
Costa Marques	2	20,8
Guajará Mirim	6	62,4
Jaru	4	41,6
Ji Paraná	6	62,4
Machadinho D'Oeste	2	20,8
Nova Mamoré	2	20,8
Ouro Preto D'Oeste	2	20,8
Pimenta Bueno	2	20,8

Presidente Médici	2	20,8
Rolim de Moura	10	104
São Francisco do Guaporé	4	41,6
Vilhena	8	83,2
Porto Velho	33	343,2
Nota: Os valores acima correspondem à estimativa por equipamento.		

2.8.2. Estimativa de armazenamento:

2.8.2.1. Infraestrutura de armazenamento escalável, com exclusão automática, quotas por câmera e monitoramento de integridade, de responsabilidade da contratada.

- a) **Retenção obrigatória:** 90 (noventa) dias.
- b) **Bitrate de referência:** 8 Mbps por câmera + 30% de margem.
- c) **Volume utilizado em ambientes similares:** até 100 TB.

2.9. Segurança, Conformidade e LGPD

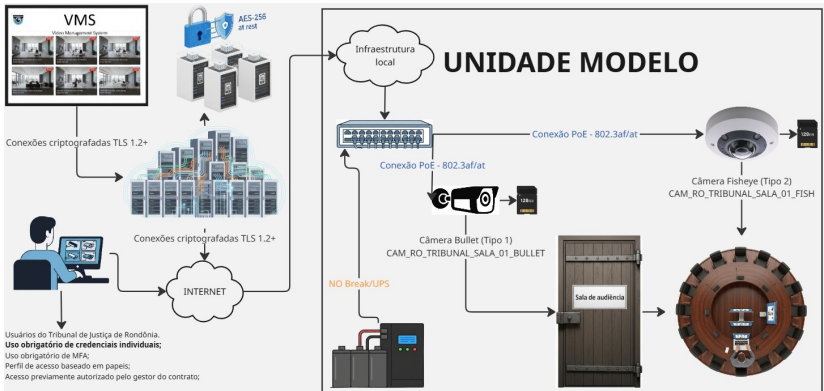
- a) Dados hospedados em datacenters no território nacional (Brasil).
- b) Implementação **obrigatória de MFA** para todos os usuários.
- c) **Criptografia** AES em repouso, TLS em trânsito.
- d) **Logs de auditoria** imutáveis e monitoramento da integridade de arquivos.

2.10. Infraestrutura de Referência

2.10.1. A figura a seguir apresenta uma ilustração meramente exemplificativa da infraestrutura mínima esperada para a locação de equipamentos e sistema de Circuito Fechado de Televisão - CFTV em nuvem, para monitoramento de Salas de Audiências em Unidades Prisionais, Unidades Socioeducativas e Centros de Ressocialização do Estado de Rondônia, incluindo câmeras, sistema de gerenciamento de Vídeo (VMS), gravação, infraestrutura de rede, link de acesso dedicado à internet, backup, instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva.

2.10.2. A imagem não isenta a Contratada da responsabilidade integral sobre o fornecimento de todos os equipamentos, softwares e componentes necessários ao perfeito funcionamento da solução, mesmo que não estejam explicitamente representados.

Imagem 1 - Descrição Técnica da Infraestrutura Ilustrada



3. Composição dos Elementos da Solução

3.1. A solução deverá contemplar, no mínimo, os seguintes elementos:

3.1.1. Câmeras (CFTV)

- a) **Tipo 1 (Bullet):** resolução mínima 5 MP, suporte a compressão H.265+/H.265/H.264+, WDR ≥ 120 dB, microSD interno para redundância, alimentação PoE (802.3af) ou 12VDC, proteção IP67, funções básicas de analytics.
- b) **Tipo 2 (Fisheye):** resolução mínima 6 MP, visão 360°, áudio bidirecional, microSD interno, proteção IP67 + IK10, IR ≥ 15 m, alimentação PoE (802.3at).
- c) Cada câmera deverá ser registrada e gerenciada no VMS, com identificação única conforme padrão definido (ex.: CAM_RO_TRIBUNAL_SALA_01_BULLET).

3.1.2. Switch PoE Gerenciável

- a) Padrões IEEE 802.3af/at.
- b) Capacidade de alimentar todas as câmeras do ponto de instalação.
- c) Suporte a VLANs, SNMP, QoS e monitoramento remoto.

3.1.3. Proteção Elétrica

- a) Nobreak/UPS dedicado, com autonomia mínima suficiente para manter câmeras, switch e SD-WAN em funcionamento durante quedas de energia, garantindo gravação contínua no microSD local.
- b) Aterramento e proteção contra surtos elétricos.

3.1.4. Infraestrutura de Conectividade

- a) Conexões criptografadas TLS 1.2+ para tráfego de vídeo e dados.
- b) Criptografia em repouso (AES-256) para gravações e backups.
- c) Banda de uplink conforme fórmula definida no documento técnico (8 Mbps por câmera + 30% de margem).

3.1.5. Ambiente de Armazenamento e Backup

- a) Gravação local em microSD para contingência de perda de link.
- b) Replicação para storage centralizado e backup em nuvem com retenção mínima de 90 dias.
- c) Exclusão automática de dados após o prazo definido, com registro em log auditável.

3.1.6. Sistema de Gerenciamento de Vídeo (VMS) e licenças necessárias para operação do VMS, incluindo licenciamento por canal/câmera.

- a) Acesso remoto por usuários do TJRO mediante credenciais individuais, MFA obrigatório e controle de perfis de acesso baseados em papéis.
- b) Registro de logs de auditoria imutáveis (acessos, ações e exportações).
- c) Interface de operação web e/ou desktop, conforme especificações do fabricante.

3.1.7. Infraestrutura local - Pontos de Rede com Infraestrutura

- a) Refere-se ao ponto de rede com infraestrutura , apto para a instalação dos componentes do sistema de CFTV, cabendo à futura Contratada realizar a instalação dos equipamentos e garantir a manutenção corretiva da infraestrutura.
- b) A reinstalação ou mudança de posição de câmeras (CFTV) e demais componentes deverá ser executada pela Contratada no prazo máximo de até 7 (sete) dias corridos, contados a partir do recebimento do chamado de solicitação.
Caso não exista ponto de infraestrutura disponível na unidade de destino, competirá à Contratada adotar as providências necessárias para a instalação da infraestrutura completa, assegurando o pleno funcionamento do sistema.

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA

LOCALIDADES DE INSTALAÇÃO DOS COMPONENTES DA SOLUÇÃO

Item	Unidade	Quantitativos de salas da unidade	Cidade	Endereço
1	Centro de Ressocialização de Ariquemes	1	Ariquemes/RO	Linha C-75, KM 01, Zona Rural de Ariquemes.
2	Casa do Albergado e Presídio Feminino de Ariquemes	1		Rua: Caraíbas, Bairro: Setor das Grandes Áreas, n°: s/n - CEP: 76.870-000. Ponto de Referência: Em Frente ao Areal Bela Vista
				Av. Amapá, s/n, Bairro Santa

3	Cadeia Pública de Alta Floresta do Oeste	1	Alta Floresta do Oeste/RO	Felicidade - CEP 76.954-000. Anexo a Delegacia de Policia Civil
4	Centro de Ressocialização de Alvorada do Oeste	1	Alvorada do Oeste/RO	RO 473 KM 2,5 Zona Rural, SENTIDO URUPÁ - CEP: 76.930-000
5	Centro de Ressocialização Jonas Ferreti	1	Buritis/RO	Estrada Projetada KM 7, Zona Rural - CEP: 76.880-000
6	Casa de Detenção de Cacoal	1	Cacoal/RO	Av. Itapemerim , nº 421 Bairro Brizon - CEP 76915-000
7	Casa de Prisão Albergue de Cacoal	1		Av. Afonso Pena, 3085 - Bairro Princesa Isabel - CEP 76.915-000
8	Centro Socioeducativo de Cacoal	1		Avenida Inderval José Brasil, nº 470 - Bairro Novo - Cacoal/RO
9	Cadeia Pública de Colorado do Oeste	1	Colorado do Oeste/RO	Av. Guaporé, 3465 - Bairro Santa Luzia CEP: 76993-000
10	Casa de Detenção de Costa Marques	1	Costa Marques/RO	Avenida Cabixi, nº 1666, Setor 01, CEP: 76.971-000
11	Casa de Detenção de Guajará Mirim	1	Guajará Mirim/RO	Av. Mascarenhas de Moraes, nº 1649, Bairro 10 de Abril
12	Casa de Detenção Feminina de Guajará Mirim	1		Av. Antonio Correia da Costa, s/n, Bairro Industrial
13	Unidade Prisional Semiaberto e Aberto Masculino de Guajará Mirim	1		Av. Mascarenhas de Moraes, nº 1649, Bairro 10 de Abril
14	Centro Regional de Ressocialização Augusto Simon Kempe	2	Jaru/RO	Rodovia RO 436, km 05, Zona Rural, CEP: 76.890-000
15	Penitenciária Agenor Martins de Carvalho	1		Estrada do Nazaré, km 4,6, Zona Rural - CEP: 76.909-623

16	Centro Socioeducativo de Ji Paraná	1	Ji-Paraná/RO	Av. Transcontinenta 5862 - Santiago (BR 364) - Ji-Paraná/RO - CEP: 76.914-878
17	Casa de Detenção de Ji-Paraná	1		Avenida Dois de Abril, Bairro Urupá (em frente ao Vera Cruz) CEP: 76900-114
18	Centro de Ressocialização de Machadinho do Oeste	1	Machadinho do Oeste/RO	RO 133 Km 06, Bairro: Zona Rural, Nº: s/n - CEP: 76868-000
19	Penitenciária Regional de Nova Mamoré	1	Nova Mamoré/RO	BR 425, Km 40 - Área Rural, CEP: 76850-000
20	Casa de Detenção de Ouro Preto do Oeste	1	Ouro Preto do Oeste/RO	Rua Padre Adolpho Rhol, 793, Bairro Jardim Bandeirantes, CEP: 76.920-000
21	Casa de Detenção de Pimenta Bueno	1	Pimenta Bueno/RO	Avenida Presidente Dutra, s/n, Bairro Pioneiros - CEP: 76.970-000. Anexo a Delegacia de Polícia Civil
22	Cadeia Pública de Presidente Médici	1	Presidente Médici/RO	Rua Minas Gerais, nº 2776 - Bairro Centro, CEP: 76.916-000
23	Casa de Prisão Semiaberto de Rolim de Moura - Central de Monitoramento	1	Rolim de Moura/RO	Rua Barão de Melgaço, 3507 - Bairro Planalto - CEP: 76.940-000
24	Penitenciária Regional de Rolim de Moura	2		Rua H, nº 6399 - Bairro Cidade Alta - CEP: 76.940-000
25	Unidade Socioeducativa de Rolim de Moura	1		Av. Rio Madeira, 5757 - Boa Esperança - Rolim de Moura/RO - CEP: 76.940-000
26	Casa de Detenção de	1		Av. Macapá, 5791, Bairro São Cristóvão - CEP: 76.940-000. Ponto de referência: Prédio anexo

	Rolim de Moura			às dependências da Delegacia de Polícia Civil - UNISP
27	Casa de Detenção de São Francisco do Guaporé	1	São Francisco do Guaporé/RO	Avenida Brasil, 3742, Cidade Baixa - CEP: 76.935-970
28	Casa de Detenção de São Miguel do Guaporé	1	São Miguel do Guaporé/RO	Rua Dom Pedro II, 2605, Centro, CEP: 76.932-000
29	Centro de Ressocialização Cone Sul	1	Vilhena/RO	BR 364, KM 4 - CEP: 76.980-000, Saída para Cuiabá
30	Colônia Penal e Presídio Feminino e Monitoramento de Vilhena	1		Rua Rosalina Adélia Marangoni, 3590 - Bairro Jardim América - CEP 76980-000
31	Unidade Socioeducativa de Vilhena	1		Av. Capitão Castro, Nº 2081 - Vilhena/RO - CEP: 76980-228
32	Casa de Detenção de Vilhena	2		Av. Capitão Castro, 2047 - Bairro Centro - CEP 76980-000
33	Penitenciária Aruana - PEA	1		Estrada da Penal, Bairro: Zona Rural, nº 1857 - CEP: 76.824-052
34	Penitenciária Jorge Thiago Aguiar Afonso - 603	1		Estrada da Penal, Bairro: Zona Rural de Porto Velho, nº: S/N, CEP: 76.834-899. Ponto de Referência: Entre as Penitenciárias Aruana e Milton Soares - 470
35	Penitenciária Milton Soares de Carvalho - PEMSC	1		Estrada da Penal, Bairro: Zona Rural de Porto Velho, nº: S/N, CEP: 76.834-899.
36	Centro de Detenção Provisória de Porto Velho - CDP/PVH	4		Estrada da Penal, Bairro: Zona Rural, nº: KM: 5,5 - CEP: 76.800-000. Ponto de Referência: Centro de Detenção

				Provisório - antigo URSO BRANCO
37	Centro de Ressocialização Vale do Guaporé - CRVDG	1		Estrada da Penal KM, 5,5, Bairro: Zona Rural, Complexo Penal de Porto Velho
38	Penitenciária Edvan Mariano Rosendo - Panda	2	Porto Velho/RO	Estrada da Penal, KM 4,5, Bairro: Zona Rural, N°: S/N - CEP: 76.800-000. Ponto de Referência: em frente ao restaurante Brasileirinho.
39	Penitenciária de Médio Porte - Pandinha	1		Estrada da Penal, Km 4,5, Zona Rural, Porto Velho/RO - CEP: 76801-974.
40	Penitenciária Suely Maria Mendonça - PESMM	1		Rua Antônio Violão, Bairro: Academia de Polícia, n° 4675 - CEP: 76.824-749. Ponto de Referência: ao lado do NOA
41	Unidade de Internação Masculina Provisória (Rio de Janeiro)	1		Rua: Jacy Paraná, 2758 - Nossa Senhora das Graças -Porto Velho/RO - CEP: 76.808-000
42	Unidade de Internação Masculina Provisória Setenciada II (Amazonas)	1		Av. Amazonas, 6871 - Escola de Polícia - Porto Velho/RO - CEP: 76.824-556.
43	Unidade de Internação Provisória e Setenciada Feminina (Gorayeb)	1		Rua Elias Gorayeb,3337, Bairro - Liberdade - Porto Velho/RO - CEP:76.904-110

Quantidade estimada de salas de audiências e câmeras (CFTV) por localidade:

Número de Unidades	Unidade	Número de salas	Município	Quantidade de Ponto Tipo 1 - Câmera (Bullet)	Quantidade de Ponto Tipo 2 - Câmera (Fisheye)
1	Centro de Ressocialização de Ariquemes	1	Ariquemes/R	1	1
	Unidade Socioeducativ				

2	a de Ariquemes	1	Ariquemes/RO	1	1
3	Cadeia Pública de Alta Floresta D'Oeste	1	Alta Floresta D'Oeste/RO	1	1
4	Centro de Ressocialização de Alvorada D'Oeste	1	Alvorada D'Oeste/RO	1	1
5	Centro de Ressocialização Jonas Ferretti	1	Buritis/RO	1	1
6	Casa de Detenção de Cacoal	1	Cacoal/RO	1	1
7	Casa de Prisão Albergue de Cacoal	1	Cacoal/RO	1	1
8	Centro Socioeducativo de Cacoal	1	Cacoal/RO	1	1
9	Cadeia Pública de Colorado D'Oeste	1	Colorado D'Oeste/RO	1	1
10	Casa de Detenção de Costa Marques	1	Costa Marques/RO	1	1
11	Casa de Detenção de Guajará Mirim	1	Guajará Mirim/RO	1	1
12	Casa de Detenção feminina de Guajará Mirim	1	Guajará Mirim/RO	1	1
13	Unidade Prisional Semiaberto e Aberto Masculino de Guajará Mirim	1	Guajará Mirim/RO	1	1
14	Centro Regional de Ressocialização Augusto Simon Kempe	2	Jaru/RO	2	2
15	Penitenciária Agenor Martins de Carvalho	1	Ji Paraná/RO	1	1
16	Casa de Detenção de Ji Paraná	1	Ji Paraná/RO	1	1
17	Centro Socioeducativo de Ji Paraná	1	Ji Paraná/RO	1	1
18	Centro de Ressocialização de Machadinho D'Oeste	1	Machadinho D'Oeste/RO	1	1
19	Penitenciária Regional de Nova Mamoré	1	Nova Mamoré/RO	1	1
20	Casa de Detenção de Ouro Preto D'Oeste	1	Ouro Preto D'Oeste/RO	1	1
21	Casa de Detenção de Pimenta Bueno	1	Pimenta Bueno/RO	1	1
	Cadeia Publica de Presidente Médici		Presidente Médici/RO		

22	Médici	1		1	1
23	Casa de Prisão Semiaberto de Rolim de Moura - Central de Monitoramento	1	Rolim de Moura/RO	1	1
24	Penitenciária Regional de Rolim de Moura	2	Rolim de Moura/RO	2	2
25	Casa de Detenção de Rolim de Moura	1	Rolim de Moura/RO	1	1
26	Unidade Socioeducativa de Rolim de Moura	1	Rolim de Moura/RO	1	1
27	Casa de Detenção de São Francisco do Guaporé	1	São Francisco do Guaporé/RO	1	1
28	Casa de Detenção de São Miguel do Guaporé	1	São Miguel do Guaporé/RO	1	1
29	Centro de Ressocialização Cone Sul	1	Vilhena/RO	1	1
30	Colônia Penal e Presídio Feminino e Monitoramento de Vilhena	1	Vilhena/RO	1	1
31	Casa de Detenção de Vilhena	2	Vilhena/RO	1	1
32	Unidade Socioeducativa de Vilhena	1	Vilhena/RO	1	1
33	Penitenciária Aruana - PEA	1	Porto Velho/RO	1	1
34	Penitenciária Jorge Thiago Afonso Aguiar Afonso - 603	1	Porto Velho/RO	2	2
35	Penitenciária Milton Soares de Carvalho - PEMSC	1	Porto Velho/RO	1	1
36	Centro de Detenção Provisória de Porto Velho - CDP/ PVH	4	Porto Velho/RO	4	5
37	Centro de Ressocialização Vale do Guaporé - CRVDG	1	Porto Velho/RO	1	1
38	Penitenciária Edvan Mariano Rosendo - Panda	2	Porto Velho/RO	2	2
39	Penitenciária de Médio Porte - Pandinha	1	Porto Velho/RO	1	1
40	Penitenciária Suely Maria Mendonça - PESMM	1	Porto Velho/RO	1	1
	Unidade de Internação				

41	Masculina Provisória (Rio de Janeiro)	1	Porto Velho/RO	1	1
42	Unidade de Internação Masculina Provisória Setenciada II (Amazonas)	1	Porto Velho/RO	1	1
43	Unidade de Internação Provisória e Setenciada Feminina (Gorayeb)	1	Porto Velho/RO	1	1
TOTAL		50		50	51

ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO

Este acordo sobre informações confidenciais é celebrado entre a empresa, entidade de direito privado sediada na, inscrita no CNPJ/MF sob nº. e com Inscrição Estadual nº....., doravante denominada Contratada, representada neste ato na forma do seu Estatuto Social, e o PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA, sediado na cidade de Porto Velho-RO, doravante denominado "PJRO".

FUNDAMENTOS

A Contratada e o mantém relacionamento, por força do Contrato nº/....., firmado em...., de, de, e para que a Contratada possa realizar atividades nas dependências do é necessário e desejável que este revele à Contratada, sob forma escrita, verbal ou qualquer outra forma tangível, certas informações proprietárias e confidenciais relativas aos seus processos de trabalho.

As INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS do definidas no item '1' são proprietárias e confidenciais, e só estão sendo reveladas à Contratada em razão da execução contratual prevista no Contrato acima referido, e por nenhuma outra razão, não desejando o transmitir à Contratada qualquer interesse ou direito de propriedade intelectual, nem tornar tais INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS públicas ou de conhecimento comum.

TERMOS E CONDIÇÕES

1. INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL

1.1. Para os propósitos do Contrato e deste Termo de Confidencialidade, o termo "INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS" irá significar quaisquer informações e dados de natureza confidencial que venham a ser revelados em decorrência da execução do Contrato nº/....., inclusive, mas sem se limitar a, segredos institucionais, informações técnicas e relativas a desenvolvimento, estratégias, operações, desempenho, tecnologia, negócios e processos, técnicas de programação de computador, e outras informações proprietárias designadas como tais, ou assim subentendidas, pelas PARTES, sejam elas apresentadas na forma escrita, oral, gráfica, eletrônica ou por outro meio qualquer de registro. O termo "INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS" irá incluir quaisquer amostras, modelos ou protótipos, ou partes destes.

2. SIGILO

2.1. A Contratada pactua que todas as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS serão mantidas no mais estrito sigilo. A Contratada se compromete a não copiar, não usar em seu próprio benefício, nem revelar ou mostrar a terceiros, nem publicar tais informações, no território brasileiro ou no exterior, persistindo a obrigação de sigilo por tempo indeterminado após o encerramento do que originou o presente termo.

2.2. Só os representantes da Contratada cuja avaliação das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS seja necessária e apropriada para os propósitos especificados da execução do Contrato terão acesso às INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS. As INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS serão usadas pela Contratada somente para os propósitos limitados estabelecidos na execução do Contrato.

2.3. Com respeito aos sócios, diretores, empregados, agentes e representantes da Contratada e outras pessoas que necessitem ter acesso às INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, a Contratada pactua obter de todas essas pessoas um Acordo de Sigilo obrigando-as a respeitar os mesmos pactos de sigilo aqui contidos.

2.4. Todas as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS de posse da Contratada e sob seu controle deverão ser guardadas e mantidas a salvo num lugar seguro, com proteção adequada para assegurar que nenhuma pessoa não autorizada tenha acesso a essas INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS.

2.5. A Contratada concorda em notificar imediatamente o , por escrito, qualquer utilização indevida, revelação não autorizada, esbulho ou apropriação indébita das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS que lhe forem reveladas, ou qualquer violação do Contrato que chegue ao seu conhecimento.

3. PROPRIEDADE

3.1. Todos os materiais, inclusive, mas sem limitações a documentos, desenhos, modelos, protótipos, dispositivos, esboços, projetos, listas de componentes, programas de computador, mapas, propostas, informações financeiras ou comerciais, e dados (juntamente com quaisquer meios de suporte, p. ex.: discos, fitas), fornecidos pelo à Contratada, permanecerão sendo de propriedade do .

3.2. Todas as anotações, juntamente com quaisquer análises, compilações, estudos ou outros documentos elaborados pela Contratada ou por seus representantes, que contenham ou reflitam de outra maneira as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, reveladas pelo , serão também consideradas INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, e serão havidas como de propriedade da Contratada somente naquilo que não conflitar com direitos preexistentes do .

4. LIMITAÇÃO DE OBRIGAÇÕES E DIREITOS

4.1. A Contratada concorda que não adquire qualquer título, posse, direitos de propriedade intelectual ou outros direitos para usar, vender, explorar, copiar ou desenvolver mais qualquer INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL, em razão da execução do Contrato. Caso as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS sejam ou venham a ser objeto de requerimento de patente, requerimento de direito autoral, ou direito autoral, a Contratada concorda e entende que o terá todos os direitos e socorros legais disponíveis como resultado dos referidos requerimentos de patente, requerimentos de direito autoral, ou direitos autorais, e que a revelação de tais INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS à Contratada não afeta de maneira alguma esses direitos e socorros.

4.2. A Contratada entende que a revelação das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS aqui prevista tem bases não-exclusivas, e que o poderá, a qualquer tempo, e sem limitações, revelar as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS de sua propriedade a outros, sob obrigações de sigilo similares àquelas previstas em Contrato.

4.3. Nada neste instrumento irá obrigar o a revelar à Contratada qualquer informação em particular.

4.4. O nome, a marca e a logomarca da Contratada são de sua propriedade exclusiva e encontram-se devidamente registrados junto aos órgãos competentes e protegidos pelas leis de propriedade intelectual, de modo que o presente instrumento não confere ao qualquer direito, direto ou indireto, sobre o nome, a marca e a logomarca pertencentes à Contratada, sendo vedada qualquer forma de utilização, exploração, reprodução e/ou veiculação destes, em conexão ou não com o objeto deste instrumento, sem a autorização prévia e expressa da Contratada.

5. NÃO-REVELAÇÃO

5.1. Tanto a Contratada como seus respectivos representantes, prepostos, funcionários, agentes e terceiros, direta ou indiretamente relacionados, na forma dos Acordos de Sigilo assinados, concordam que durante o período de vigência do Contrato nº./....., e após o seu encerramento será mantida, por prazo indeterminado, a proibição de revelação e de uso em benefício próprio ou de terceiros das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS.

5.2. As restrições estabelecidas neste documento não se aplicarão a quaisquer informações, dados ou outros materiais cedidos, na medida em que existir, ou vier a existir, qualquer uma das condições seguintes:

a) Fossem previamente conhecidas pela Contratada, livre de qualquer obrigação de mantê-las confidenciais conforme demonstrado pelos seus registros escritos, desde que ele não tenha recebido tais informações, direta ou indiretamente, do;

b) Sejam ou se tornem de domínio público, por revelação que não seja desautorizada;

c) Sejam obtidas independentemente pela Contratada sem conhecimento das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, conforme demonstrado pelos seus registros escritos, desde que tais informações, ou informações correlatas, não tenham sido antecipadas em processo de patentes previamente publicados, de titularidade do TJRO;

d) Sejam reveladas a terceiros, sem restrições, pelo ; ou

e) Sejam recebidas legalmente pela Contratada de uma terceira parte cuja revelação não tenha violado qualquer sigilo ou outra obrigação legal; ou

f) Que venham a ser tornadas públicas por ação ou omissão não atribuível à Contratada.

5.3. As INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS não serão consideradas pertencentes ao domínio público simplesmente por estarem parcialmente incorporadas a descobertas em geral, ou porque características individuais suas, componentes seus ou combinações disso sejam agora ou venham a ser conhecidos pelo público.

6. DEVOLUÇÃO DA INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL

6.1. Quando do encerramento do Contrato e/ou das relações de negócios entre a Contratada e o , ou mais cedo, de comum acordo entre as PARTES, a Contratada deverá entregar em até 15 (quinze) dias ao , ou a quem ele designar, toda e qualquer INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL em sua posse ou sob seu controle, exceto se o , por intermédio de prévia permissão por escrito, tenha concordado em que a informação seja retida pela Contratada.

6.2. A Contratada irá se certificar de que todas as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS e cópias, ou extrações destas, tenham sido devolvidas ao , ou a quem ela designar, bem como que sejam destruídas, de maneira irreversível, todas as cópias instaladas na memória de seus equipamentos ou em qualquer outro tipo de suporte, inclusive as cópias de segurança (backup).

7. REVELAÇÃO ORDENADA EM JUÍZO

7.1. A Contratada não será responsável pela revelação de INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS caso esta seja feita em resposta a ordem judicial, contanto que seja dada notificação ao , tão logo tal ordem seja recebida, para que este possa buscar uma medida protetora, caso seja adequado.

8. ACORDO DE OBRIGAÇÃO DOS SUCESSORES

8.1. Este Termo de Confidencialidade terá caráter obrigatório e deverá vigorar em benefício das PARTES aqui signatárias, de seus herdeiros, administradores, sucessores e depositários.

9. DA VIGÊNCIA

9.1. Este Termo de Confidencialidade se efetivará a partir da data da assinatura do Contrato a que está vinculado e terminará com a cessação do mesmo, ressalvados nos efeitos da vedação contida no item 5 do presente ajuste.

9.2. O encerramento deste Termo não eximirá a Contratada de cumprir com as obrigações e responsabilidades assumidas durante sua vigência.

10. FORO

10.1. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com este Termo de Confidencialidade, as PARTES elegem o Foro de Porto Velho - RO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais, privilegiado que seja. Assim, justas e Contratadas, as PARTES assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias.

Porto Velho, ____ de _____ de 202_.

Presidente do

Representante legal da Contratada



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO DAS CHAGAS VITALINO FEITOSA, Assessor (a) Jurídico (a)**, em 03/06/2026, às 13:36 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI <https://www.tjro.jus.br/sistema-eletronico-de-informacoes-sei>, informando o código verificador **5691554** e o código CRC **B8CE3785**.